

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

LEANDRO DE SOUZA

**ANTIEPOPEIA DOS DESCOBRIMENTOS:
ANÁLISE DA NARRATIVA DE INSUCESSO DA NAU SANTO ANTÔNIO**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História Ibérica, nível profissional, pelo Programa de Pós-Graduação em História Ibérica da Universidade Federal de Alfenas.

Área de concentração: Cultura, Poder e Religião.

Orientador: Carlos Tadeu Siepierski.

**ALFENAS/MG
2020**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Central – Campus Sede

Souza, Leandro de
S729a Antiepopéia dos descobrimentos: análise da narrativa de insucesso da Nau
Santo Antônio / Leandro de Souza – Alfenas, MG, 2021.
115 f.: il. –

Orientador: Carlos Tadeu Siepierski.
Dissertação (Mestrado em História Ibérica) – Universidade Federal de
Alfenas, 2020.
Bibliografia.

1. Descobertas e explorações portuguesas. 2. Narrativas – Estruturas -
História. I. Siepierski, Carlos Tadeu. II. Título.

CDD- 946

Ficha Catalográfica elaborada por Marlom Cesar da Silva
Bibliotecário-Documentalista CRB6/2735

LEANDRO DE SOUZA**ANTIEPOPEIA DOS DESCOBRIMENTOS: ANÁLISE DA NARRATIVA DE
INSUCESSO DA NAU SANTO ANTÔNIO**

A Banca examinadora abaixo-assinada aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História Ibérica pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Ensino e Pesquisa de História Ibérica.

Aprovada em: 18 de dezembro de 2020.

Prof. Dr. Carlos Tadeu Siepierski
Instituição: Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG

Prof. Dr. Adailson José Rui
Instituição: Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG

Prof. Dr. Ítalo Oscar Riccardi León
Instituição: Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Tadeu Siepierski, Professor do Magistério Superior**, em 18/12/2020, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ítalo Oscar Riccardi Leon, Professor do Magistério Superior**, em 21/12/2020, às 21:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adailson José Rui, Professor do Magistério Superior**, em 18/01/2021, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0438781** e o código CRC **B26790E1**.

Dedico aos meus pais, meus irmãos, minha esposa, minha filha, a todos os meus professores (as) e aos meus amigos (as) pelo apoio na realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Alfenas pela oportunidade oferecida.

Ao Prof^o Dr. Carlos Tadeu Siepierski, orientador, pela paciência, dedicação, conhecimentos transmitidos e confiança depositada na realização deste trabalho.

À Coordenação do Curso de Pós-Graduação pela política de incentivo à produção acadêmica.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

Aos meus familiares e amigos que me apoiaram desde o momento em que decidi cursar a Pós-Graduação. Sem o apoio incondicional de todos e a minha vontade nada seria possível, meu eterno reconhecimento.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento – 001.

Cantem poetas o poder romano,
Submetendo nações ao jugo duro,
O Mantuano pinte, o Rei troiano,
Descendo a confusão do reino escuro.
Que eu canto um Albuquerque
soberano
Da fé, da cara pátria firme muro,
Cujo valor é ser, que o céu lhe inspira
Pode estancar a Lacia e Grega Lira.

(TEIXEIRA, 1601)

RESUMO

O presente trabalho refere-se ao período da História dos Descobrimentos portugueses na América, especificamente no Brasil, com a abordagem voltada para as narrativas de viagens difundidas no século XVI e XVII e que enfatizavam o insucesso nas navegações portuguesas. Analisamos uma narrativa que descreve os percalços pelo quais passaram a tripulação da Nau Santo Antônio na viagem entre Pernambuco e Lisboa, em 1565. Tomamos como fonte histórica a segunda versão da narrativa, “Relação de Naufrágio que passou Jorge Albuquerque de Coelho, Capitão e Governador de Pernambuco” (1601), conhecida como o Relato da Nau Santo Antônio. Utilizamos também uma das versões da fonte, o relato homônimo presente na compilação idealizada pelo historiador Bernardo Gomes de Brito, intitulada História Trágico - Marítima (1735 e 1736). Como aporte teórico conceitual do nosso trabalho abordamos a Narratologia, disciplina voltada para os estudos literários em que se analisa a estrutura das narrativas, conceitos elaborados por Tzvetan Todorov (1972, 1996), Gérard Genette (1972), Roland Barthes (1972) e Mike Bal (1990). Para as análises das narrativas de insucesso utilizamos as contribuições de Madeira (2005), Seixo e Carvalho (1996), Vitorino (1996), Ideias (1996) e Zurbach (1996), pertencentes ao Grupo de Estudo da História dos Descobrimentos e que analisam os relatos apresentados na obra História Trágico – Marítima. Por fim será apresentado como proposta didática o objeto de aprendizagem elaborado na plataforma virtual E-XERTE, que aborda o insucesso na História dos Descobrimentos para ser aplicada na Educação Básica.

Palavras-chave: História dos Descobrimentos. Narratologia. Estruturas Narrativas de Insucesso

RESUMEN

El presente trabajo se refiere al período de la Historia de los Descubrimientos Portugueses en América, específicamente en Brasil, con un enfoque centrado en las narrativas de viajes difundidas en los siglos XVI y XVII que enfatizaba el fracaso, el hundimiento de las grandes navegaciones portuguesas. Analizaremos como fuente histórica la segunda versión de la narrativa, “Lista del naufragio que pasó Jorge Albuquerque de Coelho, Capitán y Gobernador de Pernambuco” (1601), conocido como el Informe de la Nau Santo Antônio y también, una de las versiones de la fuente, el relato homónimo presente en la recopilación idealizada por el historiador Bernardo Gomes de Brito, titulada Historia Tragico - Marítima (1735 y 1736). Como aporte teórico conceptual de nuestro trabajo, utilizaremos la Narratología, disciplina centrada en los estudios literarios en la que analiza la estructura de las narrativas, conceptos desarrollados por Tzevetan Todorov (1972, 1996), Gerrard Genette (1972), Roland Barthes (1972) y Mike Bal. (1990). Los aportes de Madeira (2005), Seixo y Carvalho (1996), Vitorino (1996), Ideias (1996) y Zurbachd (1996) se utilizarán para analizar las narrativas fracasadas, pertenecientes al Grupo de Estudio sobre Historia de los Descubrimientos que analiza los relatos presentes en la obra História Trágico - Marítima. Finalmente, presentaremos como propuesta didáctica el objeto de aprendizaje elaborado sobre la plataforma virtual E-XERTE, que aborda el fracaso en la Historia de los Descubrimientos para ser aplicado en la Educación Básica.

Palabras clave: Historia de los Descubrimientos. Narratología. Estructuras Narrativas de fracasso.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Aporte teórico conceitual para análise das narrativas.....	16
1.2	Organização do texto dissertativo	18
2	NAS FRONTEIRAS DA HISTÓRIA E LITERATURA, A NARRATIVA DE INSUCESSO E A NARRATOLOGIA.....	20
2.1	As narrativas de insucesso	24
2.2	A Narratologia.....	27
3	CONTEXTO HISTÓRICO DO RELATO DA NAU SANTO ANTONIO E SUAS REEDIÇÕES POSTERIORES.....	35
3.1	História trágico – marítima	47
3.2	Breve síntese dos temas tratados na narrativa	55
4	O RELATO DA NAU SANTO ANTONIO: ANÁLISE ESTRUTURAL E TEMÁTICA DA NARRATIVA	57
4.1	A ida – apresentação e permanência.....	64
4.2	Retorno (Brasil – Portugal)	67
4.3	Tempestade e naufrágio	69
4.4	A chegada e salvamento.....	79
5	O INSUCESSO NA HISTÓRIA DOS DESCOBRIMENTOS COMO OBJETO DE APRENDIZAGEM	84
5.1	O ensino e aprendizagem	84
5.2	A busca pela prática educativa democrática	86
5.3	O ensino de história e suas tecnologias	89
5.4	Sequências de atividades do objeto de aprendizagem.....	90
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
	REFERÊNCIAS.....	112

LISTA DE FIGURAS

Figura1 - Tela de conteúdos A.....	90
Figura 2 - Tela de conteúdos B.....	91
Figura 3 - Tela de conteúdos C.....	91
Figura 4 - “Navegar e viver”.....	92
Figura 5 - Curiosidades.....	92
Figura 6 - Tela de apresentação.....	93
Figura 7 - “A Europa”.....	93
Figura 8 - “As grandes Navegações” A.....	94
Figura 9 - “As grandes Navegações” B.....	94
Figura 10 - Tela de exercício A.....	95
Figura 11 - “O poder do Rei”.....	95
Figura 12 - Tela de exercício B.....	96
Figura 13 - “O Absolutismo”.....	96
Figura 14 - Tela de exercício C.....	97
Figura 15 - “O Caminho ao desconhecido”.....	97
Figura 16 - Vídeo.....	98
Figura 17 - Desbravando o Atlântico A.....	98
Figura 18 - Desbravando o Atlântico B.....	99
Figura 19 - Conteúdo sobre o mar A.....	99
Figura 20 - Conteúdo sobre o mar B.....	100
Figura 21 - Conteúdo sobre o mar C.....	100
Figura 22 - Conteúdo sobre o mar D.....	101
Figura 23 - Tela de exercício D.....	101
Figura 24 - “As primeira navegações” A.....	102
Figura 25 - “As primeira navegações” B.....	102
Figura 26 - Complementando.....	103
Figura 27 - Tela de exercício E.....	103
Figura 28 - “As especiarias”.....	104
Figura 29 - Exercício de memorização.....	104
Figura 30 - “A queda de Constantinopla” A.....	105
Figura 31 - “A queda de Constantinopla” B.....	105
Figura 32 - Tela de Exercício F.....	106
Figura 33 - Complementação com vídeo A.....	106
Figura 34 - Sobre os piratas A.....	107
Figura 35 - Sobre os piratas B.....	107
Figura 36 - “Organizando as informações”.....	108
Figura 37 - Complementação com vídeo B.....	108
Figura 38 - Tela de referências A.....	109
Figura 39 - Tela de referências B.....	109

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Capa do relato do naufrágio segundo Britto.....	36
Imagem 2 - Segunda edição da narrativa.....	40
Imagem 3 - Soneto dedicado a Jorge Alburquerque.....	42
Imagem 4 - Prólogo da narrativa sobre Jorge de Alburquerque.....	44
Imagem 5 - Continuação do prólogo sobre o naufrágio de J. Alburquerque.....	46
Imagem 6 - Capa da obra que narra o naufrágio.....	48
Imagem 7 - Contracapa da obra.....	49
Imagem 8 - Capa do relato de Bento Teixeira.....	53
Imagem 9 - Prólogo da versão de Britto.....	54

1 INTRODUÇÃO

Por estar banhado pelo mar em toda sua extensão geográfica, o Reino de Portugal, durante o século XV investiu de forma ambiciosa e estratégica na atividade marítima e mercantil. Iniciava-se o período de transformação de um estado em formação que deixava de ser apenas o reino subordinado a outros reinos nações, para se transformar em um grande império ligado às atividades ultramarinas. Dom João II, “O Príncipe Perfeito”, ordenou e ajudou no planejamento da primeira grande viagem pelo atlântico, mais precisamente pela costa africana, a viagem de Bartolomeu Dias, no ano de 1487.

Mas o que de fato levou *El-rei* a investir nestas empreitadas, segundo o historiador Prado (1939, p. 05), “era um regime em aparência contrário ao principio monárquico”. Prado relata em sua obra vários motivos para que a *Era dos Descobrimentos* fosse iniciada e levada até as últimas consequências, ao bem-estar de poucos e a morte e o fim para muitos.

Herança do passado, mal-estar financeiro, zelo político de nações rivais, competição com a Espanha na América do Sul, conveniência de bases navais no grande percurso da rota comercial das Índias, e outras circunstâncias obrigavam o governo àquela contradição. Teria preferido o soberano colonizar pontos estratégicos de tanta importância com os seus próprios recursos, guarnecendo de portugueses a terra virgem que se lhe deparava entre os domínios de Carlos V e o caminho do oriente. Um Brasil a renovar o êxito da empresa que povoara as ilhas do Atlântico, já então reservatório de gente para as armas da coroa e fonte de renda para o erário público, era sedutora perspectiva. Mais até, que a própria Índia fabulosa, pois ao invés de precário monopólio mercante, era a posse de fato, completa e absoluta, uma reprodução de Portugal no outro hemisfério, onde os povoadores e seus descendentes trabalhariam séculos afora para maior grandesa da velha monarquia. Infelizmente toda sorte de descaroáveis obstáculos deliam sonhos e projetos (PRADO, 1939, p. 05 e 06).

O Império Marítimo Português desenvolveu duas rotas oceânicas neste período. A primeira delas em direção às Índias, Oceano Pacífico e Oceano Índico, mais precisamente, continente Asiático e o oriente da África e a outra rota marítima do Oceano Atlântico, o “Novo Mundo” ou as Américas. Pelo caminho oriental, em especial as investidas às Índias, os portugueses tiveram dificuldades em sustentar o domínio militar nestas áreas devido às lideranças e as concorrências estabelecidas nestas nações do Pacífico e Índico. Pelo Ocidente, especificamente desbravando a rota do Atlântico, os portugueses encontraram

territórios com possibilidades de domínio, exploração e extensão de sua cultura, mas adiantamos que este processo de colonização não ocorreu de imediato, conforme menciona Carvalho (1996),

A oposição das relações entre Poder, Predomínio e Permanência no Mar (Índia) *versus* Terra (Brasil), fazia-se, com efeito, acompanhar de um estatuto orgânico de atividades muito diferenciadas, respectivamente do tipo 'terciárias-comércio (Índia) / primárias-produções da terra (Brasil)', caso (brasileiro) que se adivinhava ser de futuro bastante promissor (CARVALHO, 1996, p. 17).

Em especial, trataremos o Brasil como extensão geográfica em nossa pesquisa. Em 1500, a armada marítima comandada por Pedro Álvares Cabral, fidalgo, explorador português, navegador e comandante militar, a mando de Dom Manoel I, "o venturoso", seguiu rumo às Índias pela rota divulgada pelo navegador português Vasco da Gama, em que contornava a costa do continente africano. Pedro Álvares Cabral em sua viagem constatou que, segundo consta na obra História do Brasil de Frei Vicente do Salvador,

Por capitão-mor de 12 naus, afastando se da costa do Guiné, que já era descoberta ao Oriente, achou *estoutra* ao Ocidente, da qual não havia notícia alguma foi costeando alguns dias até chegar a um porto seguro, do qual a terra vizinha ficou com o mesmo nome (SALVADOR, 1627, p. 03).

Esta porção de terra foi registrada como Vera Cruz por Pêro Vaz de Caminha, na Carta a El Rei D. Manuel (1500). Após o registro é inaugurada a colônia que viria a ser conhecida também como terra de lucros e riquezas para o império português. Segundo consta na história este primeiro momento, conhecido como período pré-colonial de 1500 a 1530, a exploração do Pau – Brasil, madeira nativa da mata Atlântica foi à primeira riqueza material que os colonizadores extraíram das terras da nova colônia. Obtida pelos portugueses através da prática do escambo com os indígenas, a madeira teve sucesso no mercado europeu. Também existiram neste período, relatos de viagens que documentaram o momento de contato entre os portugueses e os nativos e o reconhecimento da geografia, fauna e flora local pelas viagens realizadas pelos portugueses. As narrativas de Américo Vespúcio são alguns exemplos destes documentos.

Neste período pré-colonial se destaca a mudança que ocorre no reinado português. O monarca Dom Manoel I, segundo consta no relato do historiador e cronista português Damião Góis (1749), contrai "uma febre espécie de modorra"

que o leva a morte. Sua sucessão fica a cargo de seu filho mais velho, Dom João III, naquele momento com apenas 19 anos, conhecido como “o piedoso” e “o colonizador”. Outro ponto a se destacar eram os malogros da colonização até aquele período. Segundo Prado (1939, p. 08) “embora não evitasse que de permeio viessem degredados, homisiados, e outros indesejáveis á coletividade colonial”. Esta invasão de pessoas consideradas escória do reino português, não estabelecia de fato o vínculo colonizador a nova colônia.

Somente 30 anos após o descobrimento realizado por Pedro Álvares Cabral, a coroa portuguesa, a mando do monarca Dom João III, realizou as devidas incursões pelo novo continente. Estas explorações estavam sob a responsabilidade do nobre, militar e administrador colonial português Martins Afonso de Sousa, que tinha como função se estabelecer na colônia e povoar estas novas terras. Os reinos concorrentes e inimigos, entre eles a Espanha, França, Holanda e Inglaterra, cada vez mais possuíam interesses nestes novos domínios, em especial, neste período os franceses já mostravam interesse nos territórios pertencentes à coroa portuguesa.

Como estratégia para demarcar os territórios da nova colônia, o rei Dom João III propôs a criação do sistema de Capitanias Hereditárias, que consistia em dividir em porções de terra a nova colônia e concedê-las aos nobres de confiança do rei. No total foram divididas 15 capitanias para 12 donatários; alguns donatários receberam mais de uma capitania. Este sistema tinha como objetivo povoar a colônia e dividir a administração colonial, estratégia esta que teve seu período de ascensão e queda, destacando-se neste período da história o envolvimento da nação portuguesa com as atividades marítimas e colonizadoras.

Analisando o prisma da cultura da sociedade portuguesa no século XV e início do século XVII, segundo Domingues (2016, p.01) diz que “cerca de 25% da população estava envolvida diretamente com a navegação”. Outro dado relevante que vem ao encontro da definição descrita por Domingues (2016), sobre a participação direta dos portugueses na navegação, vem de Vitorino Magalhães Gondinho,

Segundo estimativa, a população média de Portugal entre 1500 e 1580 era de 1,5 milhão e meio de habitantes; destes, 280 mil no início e 360 mil no final do século - cerca de $\frac{1}{4}$ da população total – andavam embarcados ou estavam diretamente envolvidos com os negócios da navegação (GONDINHO, 1971, *apud* MADEIRA, 2005, p. 27).

Os principais agentes das empreitadas marítimas eram a nobreza, o clero, tecelões, artesãos e outras ocupações mercantilistas naquele período. Sobre a prática marítima Prado divulga em números o cenário desta corrida das Grandes Navegações,

De 1497 a 1612 partiram dos portos portugueses para a Índia, 800 embarcações. Dessas só 425 tornaram a aparecer porque as outras tiveram sorte vária, naufragando, ardendo, consumindo-se de velhas, ou aprisionadas por corsários e piratas. A incúria também contribuía para a dissolução da frota indiana (PRADO, 1939, p. 18).

Este sentimento de crise pelas perdas além-mar confrontava-se como uma nova forma de organização de trabalho, novas formas de contrato e o aumento da demanda da mão de obra que, conseqüentemente, impulsionava o comércio (MADEIRA, 2005).

Aliados à hegemonia marítima portuguesa, documentos de diversos tipos foram divulgados neste período. Grande parte destes textos somente tornou-se pública no século XIX e, ainda hoje, esses textos são encontrados e analisados através de pesquisas historiográficas, contribuindo para novas concepções e reconstruções da história de Portugal e dos países que foram colonizados neste período. Zurbach (1996, p. 211) define que o tema da “Literatura dita de Viagem, parte integrante da História de Portugal e da sua relação com o Mundo, deu origem a *corpus* multiforme de textos”. Carvalho (1996, p.15) cita que “existiram inúmeros documentos, ou tipos de narrativas que descrevem estes momentos de ascensão da cultura marítima portuguesa”. Carvalho descreve a abundância e também a relação destes documentos a outros atributos socioculturais específicos compondo o que ele intitula como a série Literatura de Viagens da Historiografia Cultural Portuguesa, caracterizada pela multiplicidade de formas e gêneros.

Como principais formas textuais daquele período destacam-se segundo Carvalho (1996, p.15), “o Diário de bordo, o Diário, o Guia Náutico, o Tratado, a Carta, a Carta ânua, o Relatório, a Suma, a Descrição, a Relação, a Crônica, o Relato, o Roteiro, o Itinerário, as Memórias, a Jornada e outros subgêneros”. Esta diversidade textual disponibilizada entre os agentes que participavam diretamente e, ou indiretamente, do trabalho marítimo foram os principais meios de comunicação entre eles. Seixo (1996) cita duas ordens de problemas de caráter epistemológico na atenção dada a este tipo de texto:

A que constrói a plausibilidade da sua leitura em função de uma diversidade de lições filológicas e a que encara sua integração numa tipologia discursiva genérica que funciona por vezes como figuração dominante do discurso literário, tipo romanesco (SEIXO, 1996, p. 163).

Estas tipologias textuais são documentos que pertencem à classe das narrativas de viagens deste período, elas possuem herança histórica e cultural na Europa. Consta-se na segunda edição da obra *Viagem à terra do Brasil* de Jean de Lery (1961, p. 04 e 05), nas notas introdutórias escrita por Milliet, que “a simples narrativa de viagem constituía-se em uma literatura de êxito popular, traziam novos conceitos de aventuras, emoções, com um sabor inédito para seus ouvintes/leitores”. A nova experiência trazia consigo o desejo de novidade, este desejo se concentrava diretamente nas forças ativas dos indivíduos que se deleitavam com as narrativas de viagens.

Com intenção de aprofundar um pouco mais sobre o impacto deste conjunto de narrativas, Ideias intitula esta série de documentos como “Literatura de Viagens em Expansão” e que,

Configura-se, na sua globalidade, como um heteróclito corpo textual narrativo que é, antes de mais um instrumento de apreensão, compreensão e representação da realidade, complexa e em mutação, que se deparou ao homem português de Quinhentos enquanto trilhava as vias dos processos descobridor e expansionista a que se entregara e com ele, toda Europa (IDEIAS, 1996, p. 69).

Estas narrativas continham interesses relacionados às empresas marítimas portuguesas da época, pois era possível obter informações importantes sobre esse período de colonização. Nelas se exaltavam a religiosidade nas viagens, as realizações das cruzadas em nome do Catolicismo e da Contrarreforma, as ordens da Coroa acatadas pelos navegadores, o valor da honra e o reconhecimento aos reis de Portugal, a catequização e a prática religiosa em terras e povos colonizados, o encontro e o contato com os povos nativos das colônias e das terras descobertas, os estabelecimentos dos colonizadores em terras recém-dominadas, o registro e o envio de especiarias e pedras preciosas cada vez mais abundantes, entre outras informações que facilitavam a comunicação entre a colônia e a metrópole através dos viajantes.

Existe também uma realidade inversa e insurgente naquele período da sociedade portuguesa. Era o sentimento trágico, que pairava sob os céus lusitanos. De acordo com Madeira (2005),

Dessa série de *narrativas de desastre* (Pastor, 1983), que encena um imaginário trágico, apresentando os portugueses, como perdedores e introduzindo uma contracoerência na interpretação da empresa conquistadora europeia. Apesar dessa correlação ter sido proposta por todos os estudiosos que se debruçaram sobre as narrativas de naufrágios e parecer um tanto evidente, não há como escapar a referência às crises moral e material, à situação histórica depressiva que dominava a sociedade ibérica e que se acentuou após a derrota portuguesa de Alcácer-Quibir (1578) e o domínio dos reis de Castela sobre Portugal (1580 – 1640).” Acompanhados dessa crise moral e material os portugueses viviam um clima de pessimismo, a percepção da decadência, a centralidade teológica, o dogmatismo e a intolerância evidenciam-se em uma parte das expressões literárias e artísticas da época (MADEIRA, 2005, p.48).

Acompanhado a este clima pesado, os registros textuais da navegação eram fruto de desejo das nações inimigas, por se tratar de documentos sigilosos despertava o interesse entre os piratas e os corsários. A prática do Corso tinha o apoio dos reinos, em especial, dos franceses, dos holandeses e dos ingleses que saqueavam os navios em busca de mantimentos, especiarias, mapas e rotas marítimas, entre outras informações. As narrativas de viagem documentavam estes encontros nem sempre pacíficos entre as tripulações.

No ano de 1565 é publicado o Relato de Naufrágio que passou Jorge Albuquerque de Coelho, Capitão e Governador de Pernambuco, mesmo ano da viagem. A primeira edição desta narrativa se perdeu com o tempo, não existe registro material dela. Temos como registro histórico desta viagem, a segunda edição da narrativa, homônima, e lançada no ano de 1601, pelo poeta português Bento Teixeira Pinto. A segunda edição da narrativa será utilizada como uma das fontes de nossa pesquisa. Nesta obra se preserva a escrita portuguesa do século XVI, relata a aventura marítima de um capitão português e sua tripulação em uma viagem, com uma série de insucessos, saindo do Brasil, especificamente de Olinda, da Capitania de Pernambuco em direção a Lisboa, Portugal.

1.1 Aporte teórico conceitual para análise das narrativas

A Narratologia, disciplina ligada aos estudos literários que tem como objetivo analisar e problematizar as estruturas narrativas de um texto, foi

divulgada no século XX pelos formalistas russos e, mais tarde, pelos estruturalistas. Esta disciplina será nossa base teórica conceitual para analisar a construção da narrativa que analisamos.

Os principais nomes que utilizaram em seus estudos esta disciplina teórica foram Tzevetan Todorov, Gerrard Genette, Roland Barthes e, mais contemporaneamente Mike Bal. Dentre os estudos divulgados por cada autor percebemos que Tzevetan Todorov realizou seu aprofundamento analítico dos textos nas concepções elaboradas pelos formalistas russos, no início do século XX. Conseqüentemente, Todorov contribuiu nas concepções coetâneas dos estruturalistas franceses, Genette e Barthes, que, de forma dialógica, elaboraram conceitos direcionados ao estudo estrutural das narrativas. Sabemos que parte dos estudos dos estruturalistas está diretamente voltada para o âmbito da linguística, que em nosso caso não será o foco de análise.

Em primeiro plano, as discussões que surgem estão na questão sobre o que pode ser definido como o real e verossímil em uma narrativa, separando-as em duas bases iniciais para a sua construção: a narrativa histórica (real-narrativo) e a narrativa fictícia (verossímil-dramático). Tais conceitos estão presentes nas discussões dos filósofos gregos na antiguidade clássica, outros conceitos vão sendo organizados nos acontecimentos e ou ações que são relatados na forma e sentido de uma narrativa. Estes conceitos desconstroem a concepção de que somente o texto é a história, ela depende exclusivamente do relato para se transformar em uma narrativa, propriamente dita.

Sendo assim, a partir do relato podemos mencionar outros conceitos, como a narração que se concretiza nas ações e acontecimentos e, como complemento, a descrição que está direcionada às representações na narrativa. Estas duas concepções, a narração e a descrição, não estão entregues ao leitor de forma ingênua, é necessário estudo aprofundado sob o texto para que consiga separá-las e perceber a importância de cada uma dentro da narrativa. Estas concepções vão estar diretamente ligadas ao discurso (fala), conforme menciona a crítica estruturalista. Desta maneira, a base de uma narrativa, segundo a Narratologia, vai se configurar como força motriz no discurso considerando suas partes imprescindíveis que a configuram. Por exemplo, o tempo, o aspecto e o modo, como elementos sob os quais se concretiza uma narrativa de forma genuína.

Em nosso campo de estudo, as narrativas de insucesso estão direcionadas a uma tipologia narrativa que teve seu auge de difusão no século XVI na Europa. Período em que as narrativas de viagem eram os principais registros das grandes navegações. Estes documentos foram, em grande parte, encomendados pelos monarcas ou autoridades ligadas à religião, seja católica ou protestante, com a intenção de descobrir novos territórios ou até mesmo disseminar a fé e moral cristã nestes novos territórios de domínios. Estas narrativas foram textos que não atingiram o cânone, no âmbito das literaturas de viagem, obtendo a característica de serem documentos divulgados de forma individual, com ênfase nas viagens ultramarinas que não tiveram resultados de sucesso conforme a tradição canônica dos documentos divulgados sobre as viagens do período dos descobrimentos, em especial as Américas, África e Ásia, por Colombo, Vasco da Gama e outros.

1.2 Organização do Texto Dissertativo

No primeiro capítulo apresentamos as aproximações e distanciamentos que se encontram entre a história e a literatura, a constituição da narrativa de insucesso documento este que será o tipo de fonte da nossa pesquisa e os conceitos difundidos pela Narratologia.

Em seguida, no segundo capítulo abordamos o contexto histórico da Capitania de Pernambuco que está presente diretamente na historicidade da *Relação de Naufrágio que passou Jorge Albuquerque de Coelho, Capitão e Governador de Pernambuco*, fonte da nossa pesquisa. Introduzimos neste capítulo informações relacionadas à fonte, sua autoria e as edições que foram divulgadas naquele período, a 1º edição data-se do ano de 1565 e a 2º edição do ano de 1601. E encerramos o capítulo com a importante obra de Bernardo Gomes de Brito, a *História Trágico-Marítima (1735-1736)*, compêndio este que divulgou no século XVIII, as narrativas de insucesso que ocorreram no período histórico em que se encontra nosso estudo.

No terceiro capítulo, analisamos a estrutura da narrativa utilizada como fonte em nossa pesquisa. Através de esquemas organizacionais utilizados por pesquisadores, pertencentes ao grupo de pesquisa da História dos Descobrimientos, que trabalham com estas narrativas.

O quarto capítulo será apresentado através das teorias e do uso de tecnologias na educação, como elaboração de uma proposta pedagógica para ser inserida na educação básica, com tema do recorte histórico em que estamos analisando, a História dos Descobrimentos. Esta proposta pedagógica pode ser considerada como estratégia ou intervenção educacional e tem como objetivo apresentar de forma interdisciplinar, este conteúdo histórico. Na prática educacional da proposta será realizada a inclusão de outros eixos didáticos e disciplinares, assim como a literatura, geografia e artes, que dialogam diretamente com o campo da história. Como material didático desta estratégia educacional iremos utilizar o software E-xerte, plataforma digital de ensino, com a organização de um minicurso para ampliar os horizontes e conhecimentos dos participantes sobre o tema a ser estudado.

2 NAS FRONTEIRAS DA HISTÓRIA E LITERATURA, A NARRATIVA DE INSUCESSO E A NARRATOLOGIA

Utilizar como fonte de análise as relações entre História e Literatura, acima de tudo, é compreender os ensejos do pensamento humano, de acordo com as necessidades de cada época. Aristóteles cita, na Poética (*apud* SOUZA, 1987, p. 209), “que não é ofício do poeta narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade”. Esta afirmação sobre a representação dos documentos e a escrita, até o século XVII eram os grandes traços da comunicação humana. Segundo Ricouer (2008) os processos de escrita e de leitura no âmbito da história são seguimentos entendidos como forma de gerar novos discursos, entre eles o da memória, que se relaciona com a ficção,

É no ponto de interseção entre a história como trabalho literário e a leitura como meio de recepção privilegiado, no sentido de uma hermenêutica da recepção, que a memória é instruída; ela é instruída por esses dois processos, de escrita e de leitura. Passaríamos ao lado dessa conjunção de base se não tomássemos em linha de conta a última etapa da operação historiográfica: a produção de uma literatura que lhe é própria. Naturalmente, a tarefa histórica repousa inteiramente sobre a escrita, como indica o papel desempenhado pelos testemunhos escritos dos nossos arquivos: ousamos inclusive ligar a origem da história à da escrita. Mas a história gera novas espécies de escrita: livros e artigos, conjunto de cartas, de imagens, de fotos e de outras inscrições. É justamente nesta fase que a historiografia, no sentido lato do termo, pode instruir a memória. Essa conjunção da escrita e da leitura encontra-se na experiência partilhada da narrativa (RICOUER, 2008, p. 04 e 05).

Neste sentido, as convicções que foram formuladas pelos escritores possuíam marcas constantes destas duas formas de representar um fato, sendo difícil a separação dos discursos em ambas. Dentro da escrita historiográfica se dividiam, segundo Chartier (2009), em duas maneiras de registrar o texto histórico:

Cada um desses lugares impõe a história não apenas objetos próprios, mas também modalidades do trabalho intelectual, formas de escrituras, técnicas de prova e de persuasão. Um bom exemplo disso é, entre os séculos XVI e XVIII, o contraste entre a história dos historiógrafos dos príncipes e a história dos eruditos antiquários. A primeira, a dos historiógrafos oficiais, está organizada em forma de um relato dinástico que narra a história dos reis e da nação, identificados uns com a outra, e mobiliza as figuras da retórica para que, como destaca Louis Marin (1981, p. 95) ‘o que não é representado no relato pelo narrador, o é enquanto efeito do relato durante a leitura pelo narratário’. A segunda história, dos eruditos, se faz por fragmentos, se apoia em investigações

eruditas (documentais, arqueológicas, numismáticas, filológicas) e se aproxima dos usos e costumes humanos (CHARTIER, 2009, p. 18).

Esta consciência das formas de relatar os fatos ocorridos neste período, séculos XVI e XVIII, possibilitou a cultura escrita e, aos seus principais fomentadores, os autores, editores, donos de casas de impressão, produzir a história. A partir de princípios e formas em que a ficção e a verdade possam estar vinculadas umas as outras em um determinado documento.

Com a intensificação dos métodos científicos, a fronteira entre os discursos entre História e Literatura, no século XIX, se distanciou devido às diversas maneiras de representação do homem em relação à cultura e a sociedade. Chartier (2009) utiliza o termo memória, para denominar a ficção, assim o discurso histórico sintetiza a importância destas distintas visões relacionando-as uma a outra,

Não se trata de reivindicar a memória contra a história, à maneira de alguns escritores do século XIX, e sim de mostrar que o testemunho da memória é o fiador da existência de um passado que foi e não é mais. O discurso histórico encontra ali a certificação imediata e evidente da referencialidade de seu objeto. Mesmo que aproximadas dessa maneira, a memória e a história continuam sendo incomensuráveis. A epistemologia da verdade que rege a operação historiográfica e o regime da crença que governa a fidelidade da memória são irreduzíveis, e nenhuma prioridade, nem superioridade, pode ser dada a uma à custa da outra." (2009, pp. 23 e 24)

Este processo só veio a se modificar no século XX, com o olhar mais abrangente da História Cultural, ou Nova História Cultural. A contemporaneidade cada vez mais utiliza em suas pesquisas fontes-documentos que se estabelecem na fronteira das ciências das humanidades, entre a História e a Literatura. Este método de pesquisa intitulou-se como Nova História ou História Cultural, que consiste na prática de realizar-se pesquisa em História não apenas utilizando os textos históricos, em suma, os documentos oficiais e canônicos. Estudos tendo como aporte outros tipos de fontes sejam eles de origem literária, antropológica e social, dão ênfase ao plano das ideias da História Cultural. Estas novas abordagens possibilitam a intertextualidade, algo além dos materiais e metodologias tradicionais da ciência histórica. No âmbito da História Cultural vamos trazer o discurso, a partir da visão de Chartier, de três autores que dissertaram coetaneamente às primeiras definições metodológicas sobre a Nova História,

Comment on écrit l'histoire (Como se escreve a história), de Paul Veyne (1971), Metahistory (Meta-história), de Hayden White (1973), e L'Écriture de l'Histoire (A escrita da história), de Michel de Certeau (1975). Veyne (1971, p. 67), ao afirmar que a história “é, antes de tudo, um relato e o que se denomina explicação não é mais que a maneira de a narração se organizar em uma trama compreensível”, Hayden White (1973, p. IX), ao identificar “as formas estruturais profundas da imaginação histórica” com as quatro figuras da retórica e da poesia clássica, ou seja, a metáfora, a metonímia, a sinédoque e a ironia, e de Certeau (1975, p. 110), ao afirmar que “o discurso histórico pretende dar um conteúdo verdadeiro (que vem da verificabilidade), mas sob forma de uma narração”, obrigavam os historiadores a abandonar a certeza de uma coincidência total entre o passado tal como foi e a explicação histórica que o sustenta (CHARTIER, 2009, p. 11 e 12).

A História Cultural, também chamada de Nova História, termo utilizado por Hunt (1989), mas não sendo de sua autoria, têm na definição de Pesavento (2014), o seguinte pensamento,

Se a História é chamada de Nova História Cultural, como o faz Lynn Hunt (1989), é porque está dando a ver uma nova forma de a História trabalhar a Cultura. A Cultura é ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, as coisas, às ações, e aos atores sociais se apresentarem de forma cifrada, portando já um significado e uma apreciação valorativa (PESAVENTO, 2014, p.15).

Esta definição para trabalhar a História e a Cultura, privilegiando não somente os documentos tidos como verdadeiros ou canônicos, irão servir de fonte para o aumento e difusão do acervo historiográfico sobre um determinado tema ou período a ser pesquisado. Sabemos que nada substitui o texto histórico, esta nova proposta metodológica tem como proposição agregar ainda mais conhecimentos sobre a análise a ser difundida. Ricouer cita que,

É com a história cultural que a pretensão da história de anexar a memória à esfera da cultura atinge o seu auge. Da memória como matriz da história passámos à memória como objeto da história. Com o desenvolvimento do que chamámos a história das mentalidades – embora este termo esteja atualmente mais ou menos desacreditado – essa inserção da história entre outros fenómenos culturais que podemos chamar representações, está, em princípio, legitimada. Ela pode até revelar-se útil no interesse da autocrítica da memória, sobretudo ao nível da memória coletiva. O carácter seletivo da memória, auxiliado nesse aspeto pelas narrativas, implica que os mesmos acontecimentos não sejam memorizados da mesma forma em períodos diferentes (RICOUER, 2008, p.04).

Através da utilização da retórica, as narrativas podem explicar o presente, reinventar o passado e pensar o futuro. O foco sempre será o destino e o leitor do período em questão. As narrativas entram no plano da representação de práticas,

sejam elas de origem individual ou coletiva, ou questões relacionadas aos homens ou a sociedade da época em que as narrativas são produzidas.

Segundo Borges (2010, p. 94), a “História está como processo social e disciplina e a Literatura como forma de expressão artística e possuidora de historicidade”, esta relação proporciona a produção do conhecimento histórico quando analisada. Assim, podemos entender que as narrativas literárias de uma época possibilitam evidenciar o imaginário do período histórico escrito em questão. Pesavento (2014) propõe que,

Nessa medida, é a História que formula as perguntas e coloca as questões, enquanto a Literatura opera como fonte. A Literatura ocupa, no caso, a função de traço, que se transforma em documento e passa a responder às questões formuladas pelo historiador. Não se trata, no caso, de estabelecer uma hierarquia entre História e Literatura, mas sim de precisar o lugar de onde se faz a pergunta (PESAVENTO, 2014, p. 82).

A utilização do material literário não serve apenas para trazer conclusões e informações do período a ser estudado, o que importa revelar são as representações sobre a mentalidade da época. Estas representações podem ser entendidas como visões interpretativas sobre o propósito da pesquisa em humanidades, visto que o trabalho do escritor literário não é a tentativa de transpor o real, como é o papel do historiador tradicional. Segundo Pesavento (2014, p. 113), “o historiador se vale do texto literário não mais como uma ilustração do contexto em estudo”. A utilização da literatura funciona como se fosse uma porta de entrada para as sensibilidades de um tempo passado, proporcionando ao pesquisador encontrar elementos que não existam em outros documentos. O literato nas suas entrelinhas possibilita apresentar situações e, ou visões, sobre uma determinada época que nem sempre a história consegue representar através de sua proximidade e possibilidade do fato real, do que está documentado.

Segundo Esteves (2010, p. 18), no capítulo *Narrativas de Extração Histórica: sob o signo do hibridismo*, obra que discute a linha tênue que existe entre História e Literatura, “Não se trata entretanto, de substituir a História pela ficção (Literatura), mas de possibilitar uma aproximação poética em que todos os pontos de vista, contraditórios mas convergentes, estejam presentes”. Neste caso, percebemos que a ficção não terá nunca, e nem é da sua natureza eliminar os fatos documentados na história. A ficção funciona, segundo Steenmejer (apud

Esteves, 2010, p. 18), como uma espécie de “representação totalizadora” dos fatos históricos. Não se constituindo de uma verdade universal a ser seguida, porém, a ficção possui a capacidade de ser a leitora privilegiada dos signos da história. Com a intenção de complementar as diferenças entre ficção e história, utilizaremos a definição proposta por Chartier (2009):

Entre história e ficção, a distinção parece clara e resolvida se se aceita que, em todas as suas formas (míticas, literárias, metafóricas), a ficção é um discurso que informa o real, mas não pretende representá-lo nem abonar-se nele, enquanto a história pretende dar uma representação adequada da realidade que foi e já não é (CHARTIER, 2009, p. 24).

2.1 As Narrativas de Insucesso

Como fonte de nosso estudo, as narrativas de insucesso do século XVI, terão em sua origem discursiva traços evidentes de ficção relacionando as ações contidas nos relatos ao conceito da verossimilhança. Por se tratar de discurso registrado através de um relato, seja oral, ou escrito, os fatos que se realizam nestes trabalhos são representações recorrentes das empresas marítimas instituídas pelos portugueses durante o século XVI. Chartier reflete sobre a importância da oralização do texto escrito,

Ainda nos séculos XVI e XVII, a leitura implícita do texto, literário ou não, constituía-se numa oralização, e seu ‘leitor’ aparecia como ouvinte de uma palavra lida. Dirigida tanto ao ouvido quanto ao olho, a obra brinca com formas e procedimentos aptos a submeter o texto às exigências próprias da performance oral (CHARTIER, 1998, p. 17).

As narrativas, segundo Zurbach (1996, p.212), “pertencem ao conjunto dos documentos, cujo estudo enquanto discurso costuma ser reenviado em forma prioritária para o território do historiador e da História”. Neste sentido, além de serem documentos que representavam este período dos descobrimentos, reconstruindo de forma autônoma personagens que fizeram parte da historiografia portuguesa, também foram representadas ações que descreviam o caos humano eminente. Finalizando a ação quase sempre em um epitáfio coletivo constituindo-se, como afirma Chartier (2002, p. 83), “como o terceiro registro da cultura escrita na cidade”. A produção do livro, manuscrito ou impresso, é sucedida de outras duas tipologias do texto escrito neste período. Como primeira forma se encontram os textos de inventários após os falecimentos e sucessivamente a este modelo

encontramos os escritos do cotidiano e do privado, os livros de conta, livros de razão, cartas, bilhetes e outros.

Refletimos sobre o que diz Madeira (2005), parafraseando a autora Lanciani (1979), inserindo este tipo de narrativa no âmbito dos estudos literários, a partir de quando se refere à matriz literária ao sucesso editorial das narrativas alcançado na época:

Primeiramente, pela tradicionalidade do gênero – entendendo-o como pertencente à literatura de viagens – um repositório de formas e motivos de grande circulação na Europa; em segundo lugar, pelo envolvimento da população portuguesa na aventura ultramarina (MADEIRA, 2005, p. 26).

Sendo assim, entende-se que estas narrativas desde a sua formação possuem uma natureza híbrida e refletem por um lado, o olhar histórico-empírico de seus realizadores sobre a experiência em alto mar e, por outro, a informação didática para uma sociedade em formação que vivia sob a influência presente da cultura marítima. Esta difusão informativa era realizada através de impressões das primeiras tipografias portuguesas, caracterizando-se na pré-existência de um mercado editorial da época, traços exclusivamente literários. Abordaremos a questão do mercado tipográfico mais a frente no próximo capítulo e com a devida atenção.

As narrativas de insucesso são informações que pertencem ao conjunto de documentos de viagens realizadas nos fins do século XVI e que o próprio nome evoca a característica principal da viagem. Estas narrativas constituem entre a fronteira dos estudos literários e históricos se materializando nos registros oficiais das ações e dos acontecimentos dos sujeitos que nelas participaram. Madeira (2005, p. 34) caracteriza estes documentos como relatos de naufrágio, e que possuem “um importante repertório retórico, fonte inestimável para o estudo do imaginário marítimo daquela cultura”, e que se encontra totalmente disforme no envolvimento de uma sociedade de negociantes diretamente ligada à exploração colonial e ao comércio ultramarino.

São documentos que não são considerados canônicos neste período, mas, tiveram sua funcionalidade no momento de seu acontecimento. Após a sua divulgação contribuiu-se com o imaginário português do século XVI, principalmente sobre as novas percepções descritas de rotas marítimas nunca antes navegadas e de locais geográficos totalmente desconhecidos à realidade

dos portugueses. Os ouvintes e leitores do século XVI se deparavam com a descrição da nau como espaço de convivência em meio a uma viagem com representações de naufrágio, terras e povos desconhecidos, espaços e situações de sobrevivência impróprias à condição e a natureza humana.

Sobre a questão da recepção dos textos que circularam no século XVI, daremos a devida importância ao papel do leitor, em relação a sua autonomia e reconhecimento, para que a obra perdurasse e, ao mesmo tempo, pertencesse a sua comunidade. Segundo Chartier (1998),

A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados. Segundo a bela imagem de Michel de Certeau, o leitor é um caçador que percorre terras alheias. Apreendido pela leitura, o texto não tem de modo algum ou ao menos totalmente o sentido que lhe atribui seu autor, seu editor ou seus comentadores. Toda história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor (CHARTIER, 1998, p.77).

Esta liberdade do leitor vem acompanhada também, de acordo com Chartier (1998, p.16) pelo “engajamento do corpo, inscrição num espaço, relação consigo e com os outros”, neste sentido temos uma realidade ínfima apta a realizar a leitura. Poucos eram os homens e mulheres preparados e alfabetizados para cumprimento desta ação no século XVI. O recurso utilizado para a promoção e divulgação das obras era a leitura em voz alta, Chartier (1998) descreve a função desta ação cíclica da oralidade para o escrito e do escrito para a oralidade,

Comunicar o texto aos que não sabem decifrar, mas também cimentar as formas de sociabilidade imbricadas igualmente em símbolos de privacidade – a intimidade familiar, a convivência mundana, a convivência letrada”. (CHARTIER, 1998, p.16 -17).

Apesar de os textos não atingirem ao cânone, conforme mencionado anteriormente, Madeira (2005, p.26) relata que o sucesso destes textos, se deu em grande parte, no surgimento de numerosas tipografias que se estabeleceram muito cedo em Portugal, “as casas de impressão publicavam os relatos sob a forma de libretos em edições populares e baratas, trazendo na folha de rosto sua síntese, e como ilustração, uma gravura que representava a cena do naufrágio”. (Apêndice - Imagem 01).

Através das leituras e análises referenciais surgem questões sob o prisma do modelo destas narrativas. Estas questões refletem mudanças compreensíveis do pensamento humano daquela época. Mudanças que ocorreram no período da

Europa, pré-moderna, entre o renascimento tardio e as primeiras impressões do Barroco português e possuem em sua essência dois pontos de vista fundamentais. De um lado, a cultura humanista que resulta ao culto às tradições, ao empirismo, à erudição, às influências retomadas do mundo clássico grego, ao cristianismo e suas doutrinas e dogmas e, por outro lado, o advento da cultura científica, a Matemática, a Astronomia e a Lógica, em resumo as ciências da modernidade. Esta dicotomia do pensamento humano, que está presente nestas narrativas, reflete diretamente nas mudanças culturais e no modo de vida da sociedade portuguesa do século XVI.

As narrativas produzidas neste período, entre os anos de 1552 até 1651, foram disponibilizados de forma artesanal, segundo Madeira (2005, p.116) “destacava-se pelo modo de transmissão, privilegiando a dicotomia do erudito-popular, oral-escrito, informal-institucional, impressos de forma barata em folhetos de cordel”. Conhecidas também pelo nome de relação de naufrágio, Matos (1996) focaliza a definição deste tipo narrativo através de sua funcionalidade e menciona que,

A relação de naufrágio poder-se-á entender segundo duas perspectivas: a didática, que tem por objetivo dar a conhecer pormenores de navegação, perigos em locais pontuais da costa e de mar alto, possíveis atitudes a tomar e até fornecimento de dados para o traçado de rotas marítimas; e a perspectiva legal, que visa dar a conhecer elementos para uma possível análise da causa de naufrágio. Uma vez que se destina ao conhecimento do Rei, não deverá denegrir o poder instituído, nem nenhuma instituição a ela interligada (MATOS, 1996, p.140).

A difusão destes relatos, e/ou narrativas, possibilitavam que futuras armadas marítimas evitassem erros cometidos durante a viagem, de modo que vidas poderiam ser poupadas. Firmava-se o pacto de veracidade dos apoiadores das empreitadas marítimas aos seus destinatários, os caminhos percorridos pelos conquistadores e suas aventuras ultramarinas, dados importantes e técnicos sobre os meios de transporte utilizados entre eles as Naus, Caravelas, Batéis e outras embarcações da marinharia portuguesa. Eram também documentos que emitiam informações sobre o carregamento de produtos e mantimentos que havia nas embarcações e aproximações real/ficcionais do sentimento da proximidade com o fim da existência humana, conseqüentemente, o perigo da morte.

2.2 A Narratologia

Segundo Bal (1990, p.11), a Narratologia, “dicho segmento de la realidad, el corpus, en torno al cual intenta pronunciarse la narratología, se compone de los textos narrativos”. Esta disciplina de análise literária surge então como proposta teórica de análise dos textos narrativos. Suas definições analíticas se constituem sobre as mais variadas formas em que podem ser representadas as narrativas. Este método teórico começou a ser difundido sob as ideias formalistas e estruturalistas que se desenvolveram na crítica literária a partir do século XX. Tais estudos deram luz às questões da narrativa e, também, do discurso (fala), seja de origem filosófica, histórica ou literária, entre outros. A análise do discurso narrativo se concretiza em três tópicos, nas relações da narrativa e história, narrativa e narração e entre história e narração, a essência destes três tópicos mencionados, configura-se em Narratologia.

As narrativas segundo Barthes (1966, *apud*, PINTO, 1972, p.19) se apresentam de diversas maneiras “podendo ser oral, es crita, pela imagem, fixa ou móvel, pode estar presente no mito, na lenda ou na fábula e em variados gêneros da escrita, inclusive na tragédia”. Compreender o processo da gênese das narrativas e o modo que ela se apresenta, condicionada a um tipo de registro seja escrito, falado ou representado, propõe o fato ou a ação a se revelar a ótica humana. Barthes quando menciona a existência da possibilidade da narrativa se apresentar na tragédia, compreendemos que é possível abordar a narrativa de insucesso a partir dos conceitos teóricos da Narratologia. Este tipo de narrativa se destaca por possuir vários traços significativos do texto trágico, possuem também fatos e ações que evidenciam o surgimento da tragédia no texto. Os aspectos psicológicos, sociais, culturais dos agentes que nela participam se mostram evidentes ao leitor/espectador e causam estranhamento devido às cenas pesadas que são relatadas.

A narrativa utilizada como fonte desta pesquisa possui como mote principal a temática do trágico desde o momento inicial da narrativa. Com a chegada dos irmãos Albuquerque, vindos de Portugal para o Brasil, especificamente na Capitania de Pernambuco. Em especial, na situação problemática de permanência desta Capitania que, no momento, suas fronteiras eram invadidas pelos *gentios* (índios) e os povos inimigos da coroa portuguesa. Esta situação

ameaçava a segurança e o poder de comando da autoridade portuguesa instalada e, conseqüentemente de toda colônia. Jorge de Albuquerque é incumbido a ser o General de Guerra e promover a retirada das ameaças dos nativos e outros inimigos frente a colônia portuguesa. Seus feitos no texto demonstram o quão trágico se transforma estas investidas portuguesas. Apesar de conquistar êxito nas guerras promovidas, há certos momentos que o relato apresenta a figura dos personagens e suas ações, mesmo na vitória, com peso e sofrimento e não com glórias como toda a vitória merecer ser contada. Jorge de Albuquerque, insatisfeito no Brasil, decide retornar a Portugal e esta decisão tomada, do início ao fim do relato da viagem, é marcada por fatos que representam uma totalidade trágica embutida no texto.

Genette (1966, *apud*, PINTO, 1972, p. 258), em seu estudo sobre as narrativas textuais, busca nas oposições que existem no texto dramático e no narrativo, pelas concepções dos filósofos Platão e Aristóteles, para compreender os conceitos iniciais da Narratologia: “O primeiro (texto dramático) sendo considerado pelos dois filósofos como mais plenamente imitativo que o segundo (texto narrativo)”. Neste debate de ideias sobre o dramático e o narrativo, Genette (1966, *apud*, PINTO, 1972, p. 259 e 260) dá vazão à análise dos textos e define que “a narrativa é um modo enfraquecido, atenuado de representação literária”. O que podemos compreender com esta definição defendida por Genette é que toda narrativa possui como base de sua existência a presença sintomática da ficção, mesmo que considerado como pobre no âmbito da ficção. Não necessariamente pode-se dizer com propriedade que o texto narrativo é a verdade real, do presente, do acontecimento; é necessário compreender a verossimilhança de cada situação representada na obra.

A narrativa se divide em dois modelos, a narrativa histórica e a narrativa fictícia, segundo Genette (1966, *apud*, PINTO, 1972, p. 260) na narrativa histórica “o historiador - narrador deve ser muito sensível à mudança de regime, quando passa do esforço narrativo na realização dos atos realizados à transcrição das falas pronunciadas”, por outro lado, a narrativa fictícia “exerce igualmente a esta sensibilidade de mudança sobre os conteúdos verbais e não verbais”. Conclui-se então que estes conceitos possibilitam analisar a fonte desta pesquisa da seguinte maneira. O insucesso como narrativa histórica tem como objetivo concretizar o que está escrito e documentado, privilegiando os fatos conforme

eles aconteceram. Por exemplo, o acontecimento de uma viagem marítima, de ida e volta Portugal – Brasil, Brasil – Portugal, no século XVI por uma nau comandada por portugueses. Um dos objetivos da viagem era retomar territórios e pacificar a colônia, esta viagem marítima tem como regresso o litoral brasileiro Pernambuco com destino a Portugal.

Como estamos tratando de um relato, através da fala de um narrador, podemos tratar este texto também como narrativa fictícia que permite a funcionalidade de representação do texto. É permitida a interferência criativa e representativa da ação a ser contada, sendo assim, sua natureza narrativa possui a narrativa histórica (o fato, o acontecimento) redigida a partir de um relato oral de um participante da viagem (representação). Ao analisar estas narrativas, compiladas na História Trágico-Marítima (1735 – 1736), e que ocorreram nos fins do século XVI e início do século XVII, concebe-se sua forma híbrida de acordo com a definição proposta por Genette (1972). As narrativas deste período possuem como matriz um acontecimento real, histórico, mas também refletem a representação de uma situação criada, na maior parte das vezes caótica, vivenciada pelos agentes, e são ainda características próprias dos textos históricos e fictícios.

Ao analisar o texto narrativo temos o agente para relatar uma narração, no caso, o narrador, assim a narração se concretiza a partir de signos linguísticos propostos por um narrador que conta, ou relata, uma história. Bal (1990, p. 13) menciona que “la afirmación de que un texto narrativo es aquel en que se relata una historia, implica que el texto narrativo no es la historia”, em outras palavras partimos, do princípio de que o texto narrativo está mais vinculado ao relato do narrador do que o fato histórico em si. E este mesmo fato histórico, não pode ser definido como a única maneira de se concretizar a história. O relato pode ser considerado uma forma do texto narrativo, por exemplo, em nosso caso, a narrativa de insucesso, apresentada como uma série de acontecimentos lógicos e cronologicamente relacionados sobre um determinado fato que ocorreu na História dos Descobrimentos no século XVI.

Bal (1990, p.13) cita que “un acontecimiento es la transición de un estado a otro. Los actores son agentes que llevan a cabo acciones, se define aquí como causar o experimentar un acontecimiento.” A autora segue seu raciocínio sobre as

ações e acontecimentos dentro de uma narrativa, utilizando como exemplo a fábula,

La fábula, entendida como material al que se da forma de historia, se ha definido como una serie de acontecimientos. Dicha serie se construye siguiendo ciertas leyes. Llamamos a esto la lógica de los acontecimientos. Los estructuralistas suelen operar a partir del presupuesto de que la serie de acontecimientos que se presenta en una historia debe responder a las mismas leyes que controlan el comportamiento humano, puesto que de otro modo seria imposible entender un texto narrativo. Si tomamos el comportamiento humano como criterio para la descripción de los acontecimientos, entonces surge inmediatamente la pregunta sobre el funcionamiento de los instrumentos de la acción, los actores. La sugerencia de Greimas de que se describa a los actores en su relación con los acontecimientos ofrece una posible respuesta. Sin embargo, ni Bremond ni Greimas han tenido en cuenta otros elementos que en una fábula son lógicamente descriptibles. Un acontecimiento, por muy insignificante que sea, siempre ocupa un tiempo en la realidad. El tiempo es de carácter hipotético en una fábula, en la cual los acontecimientos no han ocurrido «realmente» (BAL, 1990, p.14).

A autora destaca em sua definição sobre como apresentam os conceitos-chaves como, por exemplo, os ‘acontecimentos’, os ‘agentes’ (atores), o ‘tempo’ e o ‘lugar’. Estes conceitos, por ora definidos como elementos, diferenciam um relato de outro. Para Bal (1990, p.15), “los elementos se organizan de cierta manera en una historia. La disposición de unos con respecto a los otros es tal que puedan producir el efecto deseado.” A narrativa do século XVI possui os elementos citados pela autora para dar organização ao texto e situar o leitor/espectador na história. Estas narrativas foram relatadas por participantes das viagens e documentadas, ou organizadas e impressas por pessoas que não participaram da viagem. Neste caso, os responsáveis por transcrever, ou traduzir, o relato, tinham que possuir o domínio destes elementos de forma organizada apoiados a uma refinada retórica e maestria para atingir os efeitos desejados na narrativa.

Para complementar a análise dos elementos, Todorov (apud, PINTO, 1972, p. 218) reflete sobre a homologia da narrativa que se caracteriza, segundo o autor, em “tentar dispor de diferentes maneiras os acontecimentos que se sucedem, para descobrir, a partir das relações que se estabelecem a estrutura do universo representado”. Desta forma, descobre-se uma dependência entre certos elementos apresentados pela narrativa e a solução está em encontrar as relações na sucessão dos acontecimentos e ações presentes nela. No relato analisado nesta pesquisa há um entendimento proposital sobre a disposição dos

acontecimentos, de acordo com a homologia da narrativa proposta por Todorov (1972): a narrativa tem o tempo de escrita diferente do tempo do acontecimento da ação, desta maneira se apresentam elementos que indicam prematuramente o que irá acontecer, o leitor/espectador é convidado a compartilhar do universo a ser representado no relato.

Genette (1972) e Todorov (1996) sugerem dois caminhos ao aprofundarmos na análise de uma narrativa. Um viés marcado por representações de ações e de acontecimentos que constituem a narração propriamente dita e está condicionada a processos puros da narrativa acentuando-se no tempo e em sua dramaticidade. Por outro lado, as representações de objetos e dos personagens caracterizam-se como descrição da história, suspendendo a questão temporal na narrativa e espalhando-a no espaço. Entre narração e descrição as diferenças se encontram no seu conteúdo narrativo. Genette (1972) cita que,

A descrição poderia ser concebida independentemente da narração, mas de fato não se encontra por assim dizer, nunca em estado livre; a narração, por sua vez, não pode existir sem descrição, mas esta dependência não a impede de representar constantemente o primeiro papel. A descrição é muito naturalmente *ancilla narrationis*, escrava sempre necessária, mas sempre submissa jamais emancipada. (GENETTE, apud PINTO, 1972, p. 262 e 263).

Todorov (1996) reflete sobre as temporalidades que são necessárias para a construção da narração (relato) e da descrição,

Tanto la descripción como el relato (narración) presuponen la temporalidad, pero la naturaleza de esta temporalidad es distinta en cada caso. (...) El tiempo de 'duración pura' se opone al tiempo de los acontecimientos. La pura descripción no es suficiente para hacer un relato (narración), pero este no excluye la descripción (TODOROV, 1996, p. 68).

Percebe-se que existem pontos de vista dos autores sobre a questão entre narração e descrição, Todorov (1996) menciona a narração como relato e que se aproximam, em primeiro plano, na questão temporal que deve ser considerada e a autonomia da narração sobre a descrição também é compartilhada pelos autores.

Na narrativa, as definições sobre narração e descrição propostas por Genette (1972) possuem um papel significativo no decorrer da história. Em nosso caso, por exemplo, os relatos pertencentes à História Trágico-Marítima, do século XVI, possuem no título da obra estas duas concepções. Existe conforme

mencionado pelo teórico estruturalista o papel da narração definido logo no título da obra *Relato de Naufrágio que passou Jorge Albuquerque de Coelho, Capitão e Governador de Pernambuco*. O conteúdo narrado na obra será de um naufrágio que ocorreu. Este acontecimento pressupõe ao leitor e/ou espectador o local e o tempo em que se passa tal ação. Ao analisar a descrição na narrativa deparamos novamente com título, em que o nome do personagem Jorge Albuquerque de Coelho está presente, com seus títulos e honrarias, Capitão e Governador de Pernambuco. Em todo o texto existem traços de narração e descrição conforme elaborados pelos autores Genette (1972) e Todorov (2006).

Outro ponto de importância no entendimento sobre a narrativa está na função de troca que existe no interior dela. Sempre haverá um doador e um destinatário da narrativa, Barthes (1972) contribui de forma significativa nas discussões sobre esta função de troca elaborando três concepções,

A primeira considera que a narrativa é emitida por uma pessoa (no sentido plenamente psicológico do termo); esta pessoa tem um nome, é o autor, em que se trocam sem interrupção a personalidade e a arte de um indivíduo perfeitamente identificado, que toma periodicamente a pena para escrever uma história: a narrativa (notadamente um romance) não é então mais que a expressão de um *eu* que lhe é exterior. A segunda concepção faz do narrador uma espécie de consciência total, aparentemente impessoal, que emite a história do ponto de vista superior, o de Deus: o narrador é ao mesmo tempo interior a seus personagens (pois sabe tudo o que neles se passa) e exterior (pois não se identifica mais com um que com outro). A terceira concepção, a mais recente (Henry James, Sarte), preconiza que o narrador deve limitar sua narrativa ao que podem observar ou saber os personagens: tudo se passa como se cada personagem fosse um de cada vez emissor da narrativa (BARTHES, apud PINTO, 1972, p. 48).

Dentre as concepções descritas por Barthes (1972) para analisarmos as narrativas, a segunda concepção do narrador é a que mais se encaixa na fonte de estudo da pesquisa que estamos trabalhando, visto que as outras duas concepções relacionadas por Barthes (1972) estão mais presentes nas narrativas pós século XVIII, que privilegiam os atores permitindo maior troca entre o emissor e o receptor. Na segunda concepção, sendo o narrador uma espécie de consciência total, ele permite que o leitor experimente a ação, ou mundo representado, sem possibilidades de articular, sem lacunas, seguindo o próprio entendimento e retórica do narrador, seja na ordem da narração ou da descrição, sem interferência externa ao texto.

O canal de comunicação entre o narrador e o leitor e/ou espectador, se apresenta na narrativa como referente ao discurso (fala). Genette (*apud* PINTO, 1972, p. 272) cita que o discurso “não tem nenhuma pureza a preservar, pois é o modo natural da linguagem, o mais aberto e o mais universal, acolhendo por definição todas as formas”. Por outro lado, a narrativa “é um modo particular, definido por certo número de exclusões e de condições restritivas (recusa do presente, da primeira pessoa, etc.)” (GENETTE, *apud* PINTO, 1972, p. 272). Desta forma, o discurso pode narrar sem cessar de ser discurso, já a narrativa não tem esta liberdade, não pode discorrer sem sair de si mesma. Ao tratar as narrativas de viagens do século XVI, a capacidade discursiva do narrador direciona toda a trama da história. Este canal de comunicação, segundo Todorov (1972), divide o discurso em três grupos, o tempo da narrativa, onde se exprime a relação entre o tempo da história e o do discurso, passando em seguida para os aspectos da narrativa ou a maneira pela qual a história é percebida pelo narrador e, por último, os modos da narrativa que dependem do tipo de discurso utilizado pelo narrador para nos fazer conhecer a história. Estes três grupos servirão de base para compreendermos as estratégias que o narrador utilizou para criar o relato da Nau de Santo Antônio (1601).

No próximo capítulo abordaremos a narrativa que será utilizada como fonte de nossa pesquisa, seu contexto histórico e questões relacionadas às suas edições divulgadas. Como instrumento de resgate histórico e complementação do trabalho, mencionaremos, também, o a compilação realizada pelo historiador Bernardo Gomes de Brito com a obra intitulada, História Trágico-Marítima (1735 - 1736).

3 CONTEXTO HISTÓRICO DO RELATO DA NAU SANTO ANTONIO E SUAS REEDIÇÕES POSTERIORES

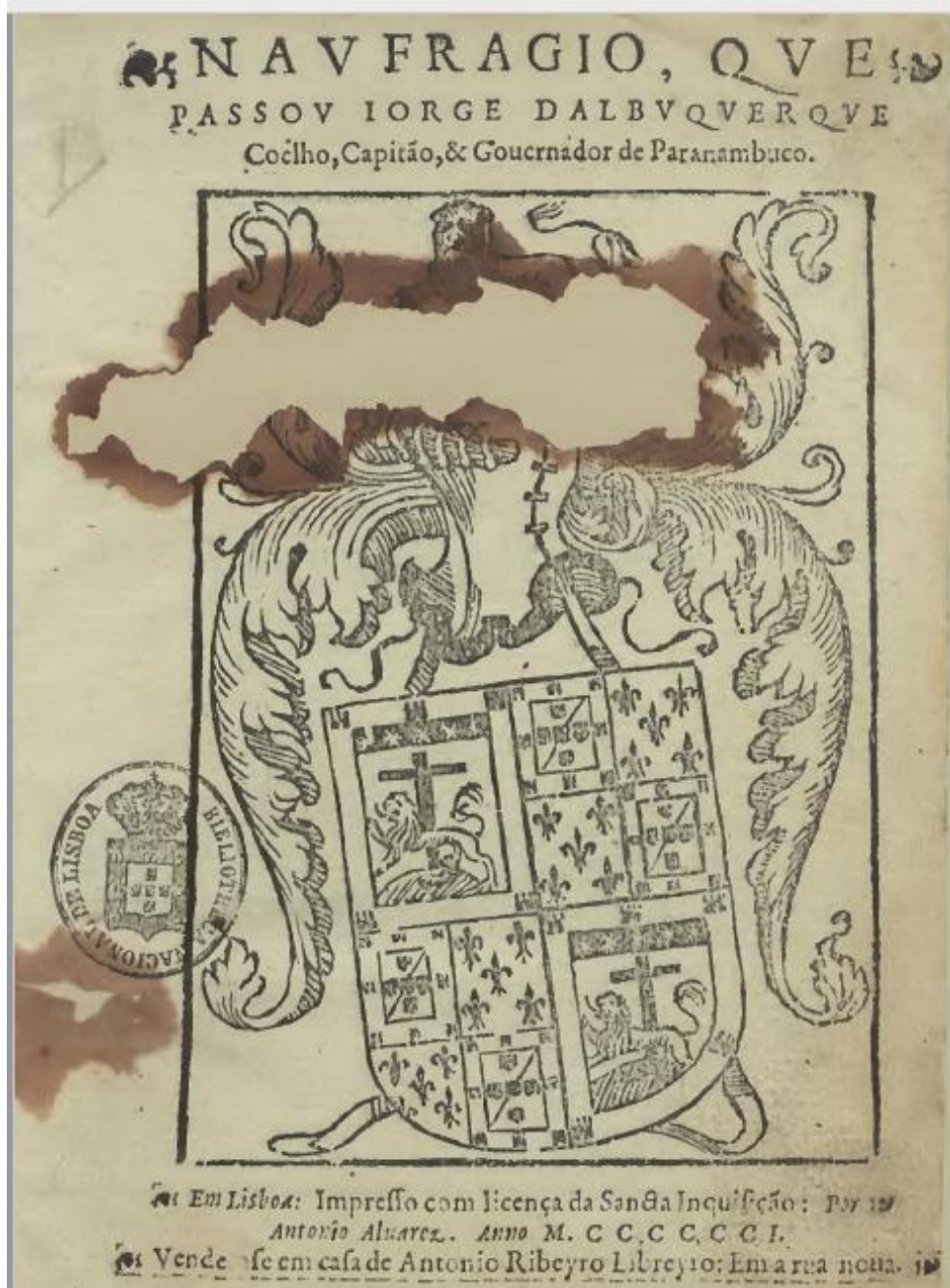
O Relato de Naufrágio que passou Jorge de Albuquerque... (1565), conhecido também como Relato da Nau Santo Antônio, apresenta fatos relevantes a sua existência ao contexto histórico anterior ao seu acontecimento. Fatos estes que os historiadores o consideram como documento pertencente à historiografia portuguesa do século XVI. Após a criação do sistema de Capitanias Hereditárias a mando de Dom João III, no ano de 1534, o militar Duarte Coelho Pereira por seus serviços realizados em apoio a Portugal em viagens para o Oriente, mais precisamente China (1506), Sião (1516 e 1517), Malaca (1521) e Índia (1531), recebe da coroa a doação de 60 léguas de costa no Brasil, atualmente onde se localizam os estados de Pernambuco e Alagoas. Duarte Coelho Pereira, capitão-donatário, funda a Capitania de Pernambuco, ou a Nova Lusitânia, assim nomeada pelos colonizadores portugueses, conforme consta na Carta de Doação emitida pela Coroa Portuguesa:

Sessenta léguas de terra (...) as quais começarão no rio São Francisco (...) e acabarão no rio que cerca em redondo toda a Ilha de Itamaracá, ao qual ora novamente ponho nome rio [de] Santa Cruz (...) e ficará com o dito Duarte Coelho a terra da banda Sul, e o dito rio onde Cristóvão Jacques fez a primeira casa de minha feitoria e a cinquenta passos da dita casa da feitoria pelo rio adentro ao longo da praia se porá um padrão de minhas armas, e do dito padrão se lançará uma linha ao Oeste pela terra firme adentro e a terra da dita linha para o Sul será do dito Duarte Coelho, e do dito padrão pelo rio abaixo para a barra e mar, ficará assim mesmo com ele Duarte Coelho a metade do dito rio de Santa Cruz para a banda do Sul e assim entrará na dita terra e demarcação dela todo o dito Rio de São Francisco e a metade do Rio de Santa Cruz pela demarcação sobredita, pelos quais rios ele dará serventia aos vizinhos dele, de uma parte e da outra, e havendo na fronteira da dita demarcação algumas ilhas, hei por bem que sejam do dito Duarte Coelho, e anexar a esta sua capitania sendo as tais ilhas até dez léguas ao mar na fronteira da dita demarcação pela linha Leste, a qual linha se estenderá do meio da barra do dito Rio de Santa Cruz, cortando de largo ao longo da costa, e entrarão na mesma largura pelo sertão e terra firme adentro, tanto, quanto poderem entrar e for de minha conquista. (...) (DOCUMENTOS HISTÓRICOS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1929, p. 69 – 70).

Duarte Coelho Pereira, de origem nobre, apesar de não ter uma infância com lar constituído foi criado por uma tia materna. Seu pai, Gonçalo Coelho, navegador e explorador, comandou duas expedições que vieram ao Brasil no início do século XVI. Juntamente com Américo Vespúcio, exploraram a costa brasileira de domínio português, firmadas no Tratado de Tordesilhas. Na segunda

viagem ao Brasil, Duarte Coelho Pereira esteve presente junto ao pai como tripulante da armada lusitana.

Imagem 01 – Capa do relato do naufrágio segundo Britto



Fonte: Brito (1736)

Como o primeiro benfeitor da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho Pereira realiza a viagem de chegada ao Brasil em 1534. O acompanhava na expedição sua esposa Brites de Albuquerque, seu cunhado Jerônimo de Albuquerque, muitos parentes e algumas famílias portuguesas. Esta expedição tinha como principal objetivo povoar as terras do Novo Mundo e dar início ao que

seria a grande estratégia mercantil da Capitania de Pernambuco no Brasil, a exploração e cultivo da cana de açúcar. Nos dez primeiros anos do estabelecimento da Capitania, os portugueses, em busca de se manterem em terras brasileiras, além de construírem benfeitorias, vilas e sesmarias começaram a fazer alianças com povos nativos e também a provocar guerras contra os nativos que se opunham ao domínio português. Ao mesmo tempo, faziam frente a ameaças dos franceses que se aproximavam pelo mar, em busca de recursos provindos da costa brasileira e praticavam saques e roubos às embarcações portuguesas.

Neste período crítico, pelos constantes conflitos contra os povos que opunham aos domínios dos portugueses, prosperava o engenho e cultivo da cana de açúcar. Esta cultura da cana de açúcar era de enorme valia para a sobrevivência dos portugueses e, também ao reconhecimento da coroa portuguesa em relação aos serviços prestados por capitão donatário Duarte Coelho Pereira. No ano de 1549, o Brasil começou a ser administrado por um governador – geral Tomé de Souza, subordinado ao reino, esta mudança obrigava aos donatários a prestar contas ao governador geral. Tão grande era a importância da Capitania de Pernambuco naqueles períodos que os impostos foram isentos pela coroa portuguesa.

A Capitania de Pernambuco foi considerada a mais rica de todas as capitanias portuguesas neste período da colonização. Segundo as percepções dos escritores da época, o jesuíta Fernão Cardim (apud FRANÇA E HUE, 2016, p.92) cita que, "As fazendas maiores e mais ricas que as da Bahia, os banquetes de extraordinárias iguarias, os leitos de damasco carmesim, franjados de ouro e as ricas colchas da Índia". O historiador e literário Gabriel Soares de Sousa, responsável por escrever o Tratado Descritivo do Brasil (1851), descreve a Capitania de Pernambuco:

É tão poderosa esta capitania que há nela mais de cem homens que têm de mil até cinco mil cruzados de renda, e alguns de oito, dez mil cruzados. Desta terra saíram muitos homens ricos para estes reinos que foram a ela muito pobres, com os quais entram cada ano desta capitania quarenta e cinquenta navios carregados de açúcar e pau-brasil, o qual é o mais fino que se acha em toda a costa (SOUSA, 1851, p.58).

Duarte Coelho Pereira em 1554, depois de duas décadas a frente da capitania retorna a Portugal enfermo. Pouco tempo depois morre deixando a

próspera capitania aos cuidados de sua esposa e de seu cunhado. Seus dois filhos nascidos em terras brasileiras, Duarte Coelho de Albuquerque e Jorge de Albuquerque Coelho, vão para Portugal estudar e não retornam de imediato para a colônia. Somente no ano de 1560, o filho mais velho Duarte de Coelho Albuquerque se desloca ao Brasil por ordem da Rainha D. Catarina. A Rainha percebe as dificuldades encontradas para a manutenção da Capitania segundo consta no próprio relato,

No tempo que a Rainha D. Catharina Avó d'El Rey D. Sebastião governava este Reyno de Portugal por feo Neto, veyo nova do Brazil, e da Capitania; de Pernambuco, que os mais dos Principaes dos Gentios, que na dita Capitania havia, estavam alevantados contra os Portuguezes, e tinham cercados os mais dos Lugares e Villas que na dita Capitania havia. Pela qual razão a dita Rainha mandou a Duarte Coelho de Albuquerque, que era herdeiro da Capitania, que a fosse socorrer (TEIXEIRA, 1601, p.13).

O primogênito da família Coelho Albuquerque, indicado pela rainha para cumprir a ordem em assumir a capitania, pede a ela que permita a companhia de seu irmão, Jorge de Albuquerque de Coelho, nesta empreitada para o Brasil.

E por saber e entender quão necessário lhe era levar contigo seo irmão Jorge de Albuquerque Coelho, pedio à Rainha, que mandasse ao dito seo Irmão, que o acompanhasse no socorro daquela Capitania, e fosse com ele para o ajudar a soccorrella, como foy, por lhe a dita Senhora Rainha mandar, que acodisse àquella necessidade, pelo serviço que nisso 'fazia a Deos, e a El Rey seo Neto, e ao bem do povo desse Reyno." (TEIXEIRA, 1601, p. 13).

Em 1560 desembarcam no porto de Olinda os dois irmãos, Duarte Coelho Albuquerque e Jorge de Albuquerque de Coelho. Duarte Coelho toma posse da Capitania e recebe o título de "Capitão e Governador". Jorge de Albuquerque Coelho é escolhido com 20 anos de idade, através da influência da posição política de sua família na capitania, "General de Guerra e Conquistador de terra da dita Capitania" (TEIXEIRA, 1601, p.14). Apesar de noviço Jorge Albuquerque conhecia muito bem aquela região e, logo que assumiu o posto de General de Guerra, iniciou os trabalhos contra os inimigos (gentios). Conta-se na narrativa que Jorge de Albuquerque tinha um espirito de liderança e uma compaixão sem tamanho pelos portugueses, às vezes "dando de comer e os vestindo tudo a sua custa" (TEIXEIRA, 1601, p.14), um líder nato. E com seu trabalho de guerra, logo a Capitania de Pernambuco começava a respirar ares pacíficos e a favor ao poder supremo da coroa portuguesa,

E com esta diligencia e brevidade que pôs nesta conquista, a pôde conquistar dentro em cinco anos, estando tão povoada de inimigos que quando chegou à dita Capitania por mandado da Rainha D. Catharina, não ousavão os Portugueses que moravam na Villa de Olinda, a sair fora da Villa, mais que uma ou duas legoas pela terra dentro, e ao longo da Costa três quatro legoas; e depois que acabou de a conquistar, seguramente podem ir quinze vinte legoas pela terra dentro, e setenta ao longo da Costa, por tantas ter a dita Capitania de jurisdição. E deixando a Capitania conquistada, e os inimigos quietos, e pacíficos, com pedirem paz, a qual lhe concederão, se embarcou, e veio para este Reyno na Nao Santo Antônio, na qual viagem lhe aconteceu o que neste Naufrágio se contém (TEIXEIRA, 1601, p.14 e 15).

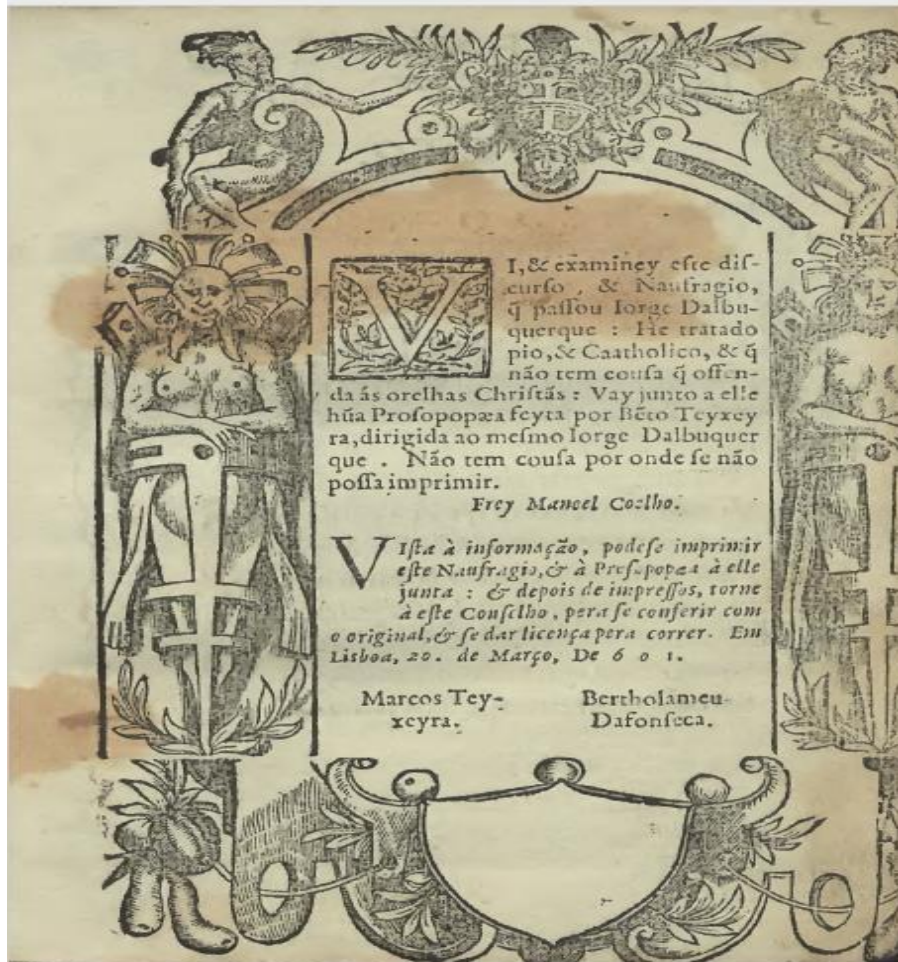
Em suas batalhas e descobertas pelo interior do Brasil, o General de Guerra Jorge de Albuquerque foi um dos primeiros portugueses a buscar o curso do Rio São Francisco. O português explorou, juntamente com sua tropa, e guerreou as tribos de *gentios* que surgiam pela frente tudo ao favor da Rainha Dona Catharina e ao seu neto D. Sebastião, herdeiro do trono. Após 05 anos de batalhas e sucessos nas investidas contra os inimigos, que ameaçavam a segurança da Capitania de Pernambuco decide Jorge de Albuquerque Coelho retornar a Portugal, mais precisamente, no ano de 1565.

Jorge de Albuquerque embarca em Pernambuco, no mês de maio do ano 1565, mais precisamente do porto de Olinda. O Capitão português e sua tripulação a bordo da Nau Santo Antônio iniciam a viagem com destino a Portugal. Uma viagem muito conturbada e com uma série de perdas materiais e humanas durante o seu trajeto. Sua chegada a Portugal é ao porto de Cascaes, em Belém após 05 meses de viagem, no dia 04 do mês de outubro daquele mesmo ano. Meses depois é publicada em Portugal a primeira edição do *Relato de Naufrágio que passou Jorge Albuquerque de Coelho Capitão e Governador de Pernambuco*, de autoria do piloto de ofício Afonso Luís, sobrevivente da viagem como tripulante e não como comandante da tripulação. Não se tem a data exata do lançamento da primeira edição da narrativa, pesquisadores afirmam que foi impressa no mesmo ano da viagem, em 1565. O relato narra todo o trabalho que passaram os que estavam a bordo da Nau Santo Antônio, porém não há registro da existência desta primeira edição e menos ainda sobre a vida de Afonso Luís.

A segunda edição da narrativa é publicada em 1601, de autoria do poeta luso-brasileiro Bento Teixeira Pinto em parceria com a tipografia Antônio Alvarez. A segunda edição foi publicada em conjunto com a epopeia lírica *Prosopopeia*, obra escrita em versos decassílabos, considerada como a primeira manifestação

luso-brasileira na literatura. Bento Teixeira Pinto em sua obra lírica realiza uma homenagem aos feitos do Capitão Jorge de Albuquerque de Coelho. Na epopeia são divulgadas as ações de guerra, empreitadas marítimas e por terra, a favor do Reino de Portugal realizado pelo Capitão. A narrativa foi impressa e divulgada em formato de cordel, sendo a forma recorrente daquele período, e teve boa aceitação por parte dos leitores/espectadores (ouvintes). Como as edições eram ilustradas facilitavam aos iletrados conhecer a história, fato curioso sobre a segunda edição da narrativa foi que a obra conseguiu alcançar a margem de mais de mil cópias, sendo reconhecida como umas das narrativas (relatos de naufrágio) com maior popularidade no século XVI.

Imagem 02 – Segunda edição da narrativa



Fonte: Brito (1736)

Muitos historiadores chegaram atribuir a autoria da primeira edição desta narrativa ao poeta Bento Teixeira Pinto. Mas segundo o historiador Varnhagen, autor a História Geral do Brazil (1877, p. 255) era impossível Bento Teixeira, o

poeta, ser o autor deste relato de naufrágio devido ao registro da sua data de nascimento ser no ano de 1561, 04 anos antes do acontecimento do naufrágio.

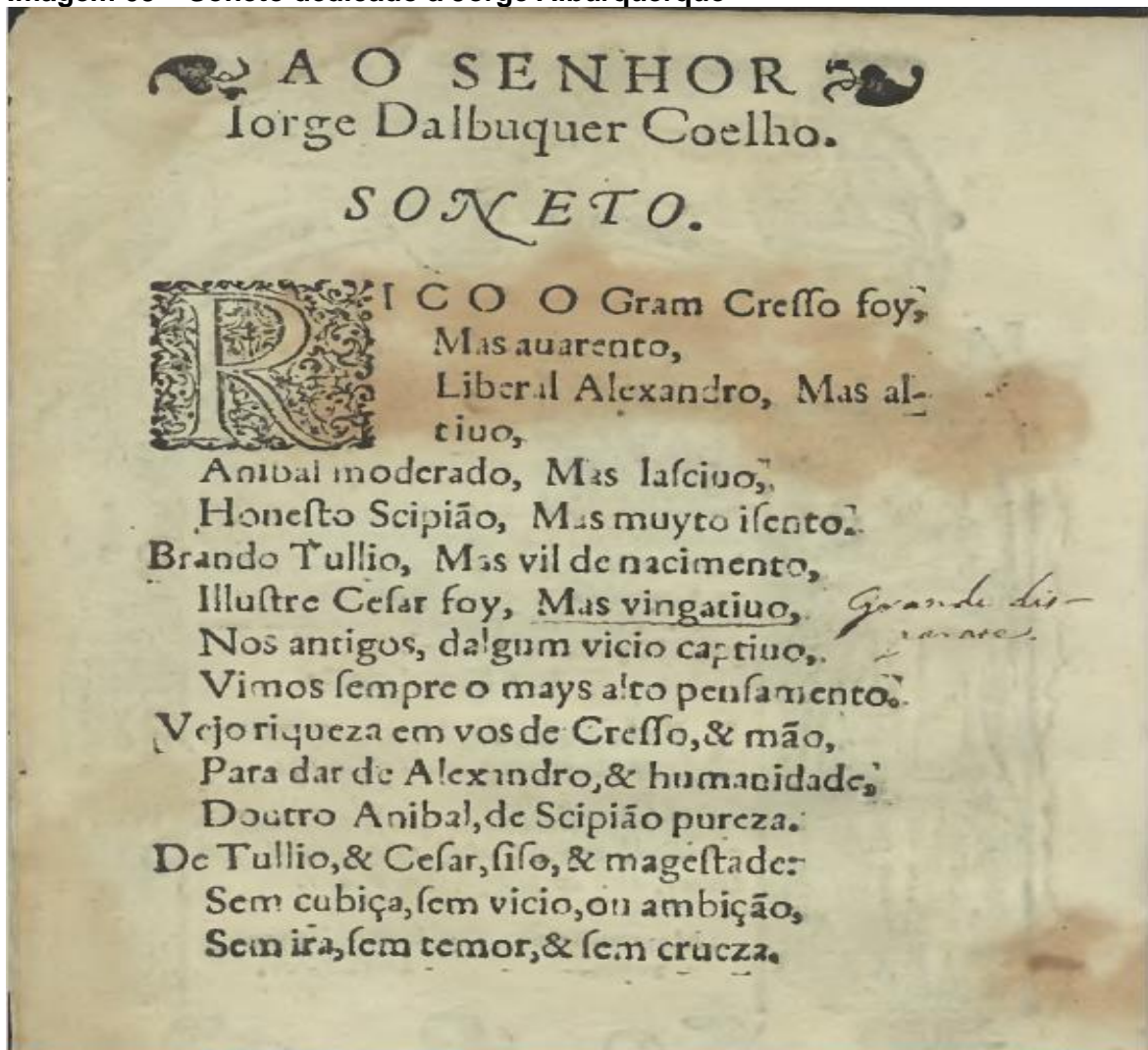
Bento Teixeira Pinto, segundo sua biografia, nasceu em Lisboa no ano de 1561, seus pais se mudaram para o Brasil no ano de 1567 para a Capitania de Espírito Santo. Depois que seus pais faleceram Bento Teixeira Pinto se muda para Capitania de Ilhéus, onde se casa em 1584 com a Filipa Raposa. Ao se declarar que era judeu, Bento foi perseguido pela Igreja Católica e teve que se mudar para a Capitania de Pernambuco onde lecionou gramática, aritmética e língua latina. O poeta não teve sucesso em sua estadia na Capitania de Pernambuco, existem duas versões sobre os acontecimentos de sua trajetória nesta Capitania. A primeira versão por alegar adultério, Bento Teixeira assassinou sua esposa e se refugiou no Mosteiro de São Bento em Olinda. Na segunda versão a esposa o denunciou as autoridades religiosas que Bento era judeu levando-o aos tribunais. Após ser absolvido assassinou sua esposa, por vingança, refugiando-se no Mosteiro de São Bento sendo depois perseguido, preso e enviado a Lisboa onde faleceu no ano de 1600. A história relata que este último fato tenha acontecido em 1595, quando se refugiou ao Mosteiro de São Bento e neste período foi quando o poeta reescreveu o *Relato de Naufrágio que passou Jorge Albuquerque de Coelho Capitão e Governador de Pernambuco*, em conjunto, como apêndice, sua única obra lírica, a *Prosopopeia*. Esta obra somente viria ser impressa no ano de 1601 pela tipografia de Antônio Alvarez.

Merece destaque também em nosso trabalho a história da tipografia de Antônio Alvarez. Antes de mencionarmos quem foi o tipógrafo é importante entender que a marca tipográfica deste impressor, vem na verdade de sua família que levava o nome Antônio Alvarez, em períodos distintos no século XVI e século XVII. Segundo Torres (2014, p. 01) a marca tipográfica era utilizada “por uma família de impressores de nome Antônio Alvarez, que trabalharam em Lisboa, numa sequência cronológica compreendida ente cerca de 1585 e 1659”. A autora, em seu estudo sobre o significativo trabalho desta família de impressores em Lisboa do século XVI, cita que

Com o nome Antônio Alvarez, e membros da mesma família, existiram em Lisboa, não dois impressores (pai e filho), mas sim três (pai, filho e neto), que aí tiveram oficina própria. A estes junta-se ainda o impressor Vicente Alvares, respectivamente filho, irmão e tio dos anteriores (TORRES, 2014, p. 01).

De acordo com a pesquisa bibliográfica elaborada pela autora a origem da família é castelhana conjeturando-se uma ligação de parentesco com os impressores de Sevilha, Antón Alvarez e Cristóbal Alvarez. O primeiro tipógrafo com o nome Antônio Alvarez teve várias parcerias durante sua jornada tipográfica, inclusive Antônio Ribeiro, mencionado como criador do prólogo da segunda edição da narrativa em que estamos analisando. A marca tipográfica da família Alvarez se encontra na capa da narrativa (imagem 01).

Imagem 03 – Soneto dedicado a Jorge Alburquerque



Fonte: Teixeira (1601)

A segunda edição do relato da Nau Santo Antônio (1601) está disponível para consulta no catálogo virtual da Biblioteca Nacional de Lisboa; a edição original e impressa da obra encontra-se nos arquivos da biblioteca. Segundo Madeira (2005) há quatro cópias da segunda edição desta narrativa, uma cópia

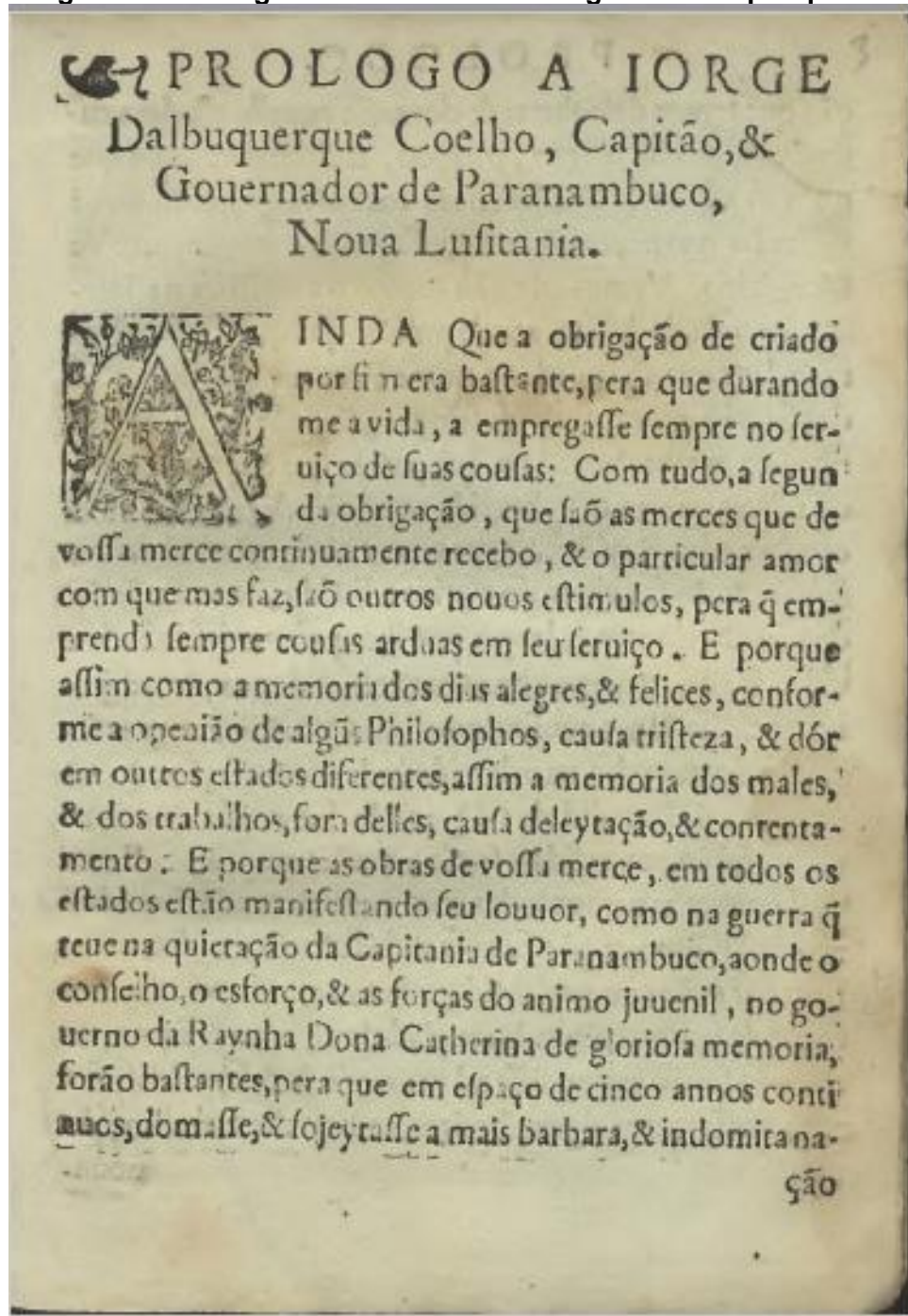
na Biblioteca da Ajuda em Lisboa, outras duas no Brasil, sendo uma cópia na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e outra na Faculdade de Direito de Recife e, por fim, existe uma cópia na Biblioteca Católica da Universidade Americana de Washington.

A forma estrutural da narrativa facilitou o entendimento do leitor/espectador que fora das ações do relato vislumbrava a saga da Nau Santo Antônio e da sua tripulação em direção a Portugal, a partir de uma descrição cronológica, Vitorino (1996), resume o relato da seguinte maneira:

A primeira partida do navio do porto da Vila de Olinda (Brasil) data de 16 de Maio de 1565. Cinco dias mais tarde, os marinheiros dão-se conta de que o barco está carregado em demasia e regressam ao porto para alijar a carga. A nova partida realiza-se a 2 de junho. O vento sopra tão forte que se abre uma fenda no barco e, pouco depois, parte-se o gurupés. Nestas condições decidem os navegantes aportar na Ilha de Cabo Verde. Tendo a ilha quase a vista, são assaltados por um navio francês (dia 27 de junho). Apenas alguns dos marinheiros, sob o comando de Jorge de Albuquerque, resistem a este ataque, razão pela qual o barco português, acaba por ser tomado. No meio destes trabalhos, surge uma tempestade que afasta o barco francês e põe em perigo o português. Ao cabo de três dias, a tempestade amainou. A 15 de setembro surge, de novo, o barco francês, não tão destruído como o português. Dois dias depois do reencontro, os franceses pilharam as restantes mercadorias, fatos e alimentos aos portugueses e partiram. Jorge de Albuquerque tenta reparar as velas, pois a tempestade tinha destruído as amarras, as enxárcias, as âncoras, os cabos e até o leme. Passaram fome e sede, resistiram a novos ventos fortes. Morrem alguns marinheiros. A 27 de setembro avistam ao longe um barco que não os socorre. No dia 03 de outubro, perto do cabo da Roca, pedem ajuda a um navio que, apressado, também não os conduz até a costa. Mas nesse mesmo dia, uma pequena embarcação ouve seus gritos desesperados e ajuda-os a chegar à terra com segurança (VITORINO, 1996, pp. 194-195).

Neste resumo dá para termos a ideia de o quanto as questões cronológicas eram importantes para a forma de a narrativa ser compreendida didaticamente. Fatos e acontecimentos que ocorriam durante a viagem foram relatados com a verossimilhança e o abuso da retórica para que o leitor ou o ouvinte prendesse as sensações e a situação trágica. Por se tratar de um texto que se intitula como “Relação de Naufrágio”, a predisposição para o insucesso, para o universo trágico era o primeiro convite direcionar a atenção à obra.

Imagem 04 – Prólogo da narrativa sobre Jorge de Albuquerque



Fonte: Teixeira (1601)

Para compreender a forma como as narrativas deste período eram publicadas, é necessário fazer uma leitura sobre a apresentação da obra, ver e analisar com olhar de pesquisador quais os caminhos pré-textuais que os autores, tipógrafos, autoridades monárquicas e eclesiásticas deixavam suas marcas no texto, sejam elas tipográficas ou manuscritas. Inicialmente, nos deparamos com capa da obra (Apêndice - imagem 01), o título enfatizando o “Naufrágio” e as

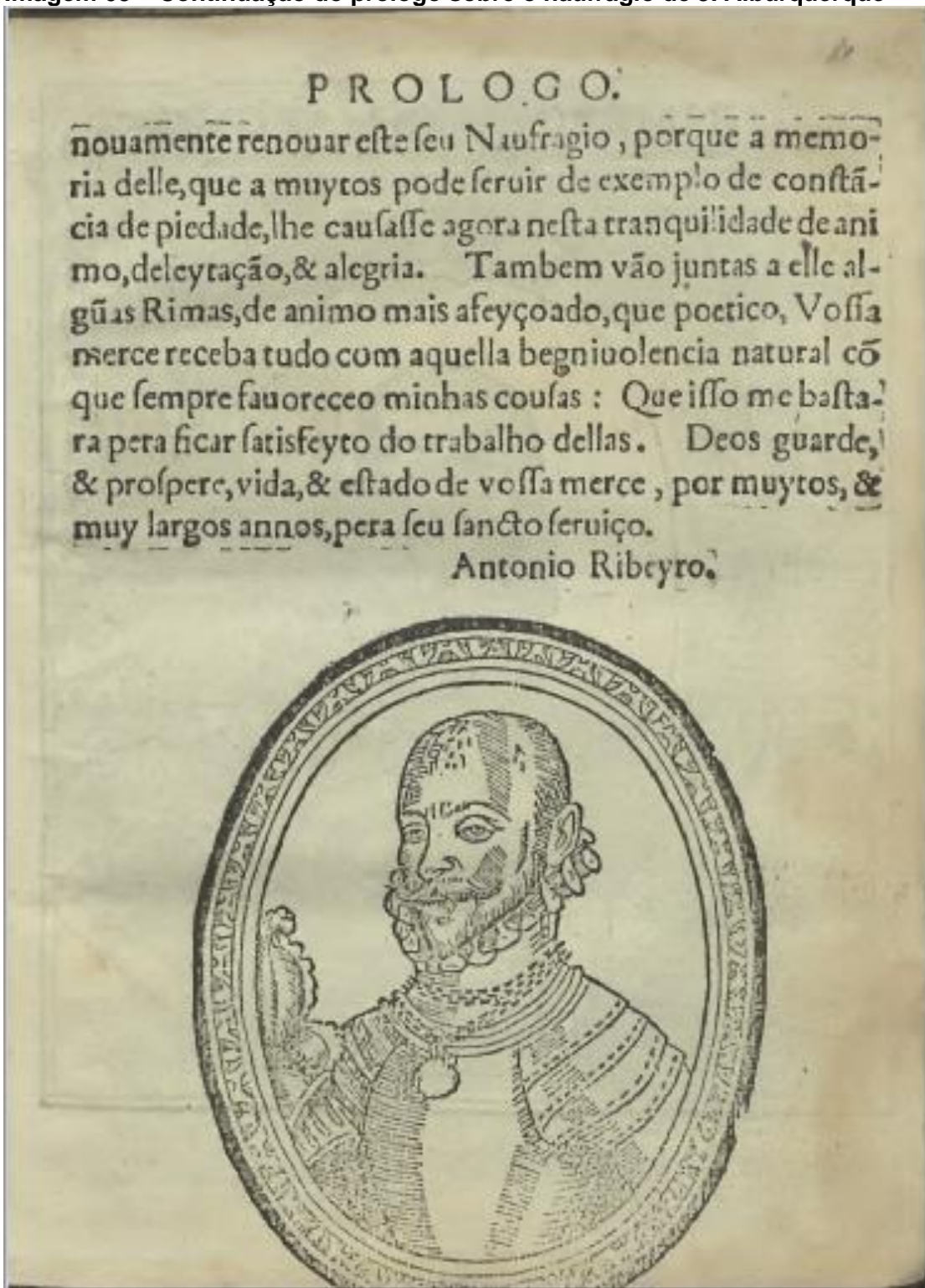
demais informações contidas no título, com letra em caixa baixa (menores). Abaixo do título temos o brasão que representava neste período, ano de 1601, a junção dos reinos de Portugal e Espanha, na segunda fase da Dinastia Filipina, ou Dinastia Habsburgos, que durou de 1580 – 1640. Também neste brasão representava-se a Capitania de Pernambuco, a família Albuquerque de Coelho e, abaixo do brasão, a inscrição da licença da Santa Inquisição com a descrição do nome de quem publicou a obra. O ano da publicação em algarismos romanos e o local onde se comercializava o relato.

Na página seguinte (ver imagem 02 no apêndice) temos o parecer do Bispo Frey Manoel Coelho representante da Santa Inquisição. Destaca-se no texto os princípios cristãos, em especial a moral católica e que nada ferem conteúdo relatado a postura religiosa, ou conforme cita o Bispo, as “orelhas Cristãs” (1601, p.07). Existe a informação de que junto à narrativa possui a epopeia lírica *Prosopopeia*, escrita por Bento Teixeira Pinto e, também, o aval firmado por Marcos Teyxeyra e Bartolomeu da Fonseca autorizando a impressão das obras em questão. Neste ponto há uma suposição de que o motivo da segunda edição desta obra ter sido impressa novamente pode ser que no texto da primeira edição possuía alguma informação que a igreja ou a coroa portuguesa não concordava. Desta forma, as próprias autoridades censuravam e punham fim ao texto original, porém ao invés de proclamar o fim da obra eles a reproduziam novamente com a intenção de que o texto continuasse a existir, de acordo com as normas impostas pelos poderes da cultura, do poder e da religião. Mas pensemos bem e que tudo isto não passa de uma hipótese, assim como a história de Bento Teixeira Pinto, citada anteriormente, será que se a igreja soubesse que o poeta luso – brasileiro fosse judeu permitiria publicar sua obra? São questões que ultrapassam a fronteira de nossa pesquisa, mas que dariam base para se desenvolver trabalhos posteriores sobre o tema.

Em seguida à autorização da Santa Inquisição (apêndice, imagem 03), temos um soneto que não apresenta autoria, mas supõe que seja de Bento Teixeira Pinto ou do escritor Antonio de Castro, poeta português do século XVI, que ajudou o piloto Afonso Luis escrever a primeira edição do relato. Este soneto é dedicado a Jorge de Albuquerque de Coelho lembrando suas façanhas e comparando-as aos heróis da antiguidade. Destacam-se nos versos do soneto

Creso – Rei da Lidia, Aníbal – estadista cartaginês, Cipião - astuto político, Alexandre – O Grande, Tulio - rei de Roma e Cesar – ditador romano.

Imagem 05 – Continuação do prólogo sobre o naufrágio de J. Alburquerque



Fonte: Teixeira (1601)

Dando continuidade à apresentação inicial da obra temos o Prólogo (apêndice, imagens 04 e 05), redigido pelo livreiro Antônio Ribeiro. É dirigido a Jorge de Albuquerque de Coelho e dá ênfase aos trabalhos realizados pelo Capitão português, principalmente na Capitania de Pernambuco. Descreve as façanhas do capitão português ao se instalar por cinco anos em guerras contra os índios pela retomada e pacificação da capitania em benefício da Coroa portuguesa, em especial a Rainha Dona Catarina, naquele período responsável pela regência do trono. Antônio Ribeiro, também menciona outras aventuras do capitão Jorge de Albuquerque em mar pela costa da África rememorando as façanhas e a sobrevivência sobre a tutela dos naufrágios que ocorriam naquele período. O livreiro ainda lhe dedica belas palavras quando se trata da segunda edição da obra que irá publicar e percebemos neste trecho a afirmação do desaparecimento da primeira edição:

E porque de todo se não extinguisse tal memoria e desejando de fazer a vossa mercê algum serviço, tomei este trabalho, de novamente de renovar este seu Naufrágio, porque a memoria dele, que a muitos podem servir de exemplo, de constância de piedade, lhe causasse agora nesta tranquillidade de ânimo, deleitação e alegria (TEIXEIRA, 1601, p.04).

O prólogo é finalizado pela menção à epopeia lírica de Bento Teixeira Pinto ao final da narrativa, algumas solicitações cordiais para Jorge de Albuquerque e a representação do busto Antônio Ribeiro, finalizando, assim, a parte pré-textual da narrativa.

Percebemos o quanto era presente a influência de outras pessoas em uma obra neste período e que o papel e existência do autor só irão ser mencionados no texto da obra. Esta forma textual de grande sucesso neste período, ainda existe até os dias atuais, porém a menção atual aos direitos dos autores está sempre em evidência diferentemente do período quinhentista. O personagem Jorge de Albuquerque de Coelho é mais importante, ou mais enfatizado, por exemplo, que o autor da primeira edição, o piloto de ofício Afonso Luís e o autor da segunda edição, o poeta Bento Teixeira Pinto.

3.1 História Trágico – Marítima

Organizada pelo historiador português Bernardo Gomes de Brito, nos anos de 1735 e 1736, a obra História Trágico – Marítima é um compilado (apêndice,

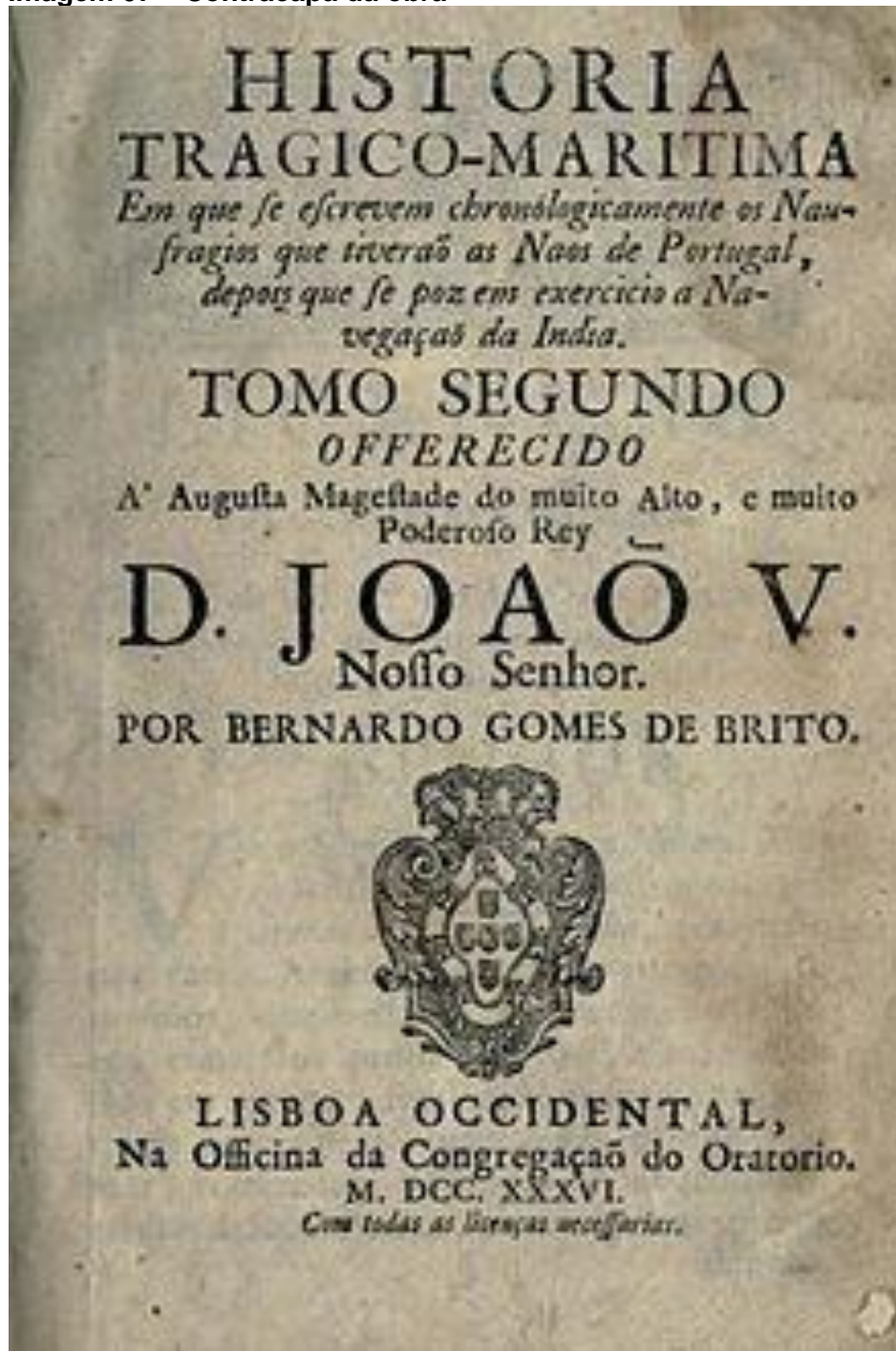
imagens 06 e 07) dividido em dois tomos (volumes) e contendo um total de 12 (doze) narrativas, ou relatos de naufrágios. Segundo Lanciani (1979, p. 08), “alguns outros relatos foram agrupados posteriormente por qualquer bibliófilo e encadernados em conjunto nas impressões seiscentistas ou em falsificações mais tardias, num pseudo-terceiro volume da mesma colectânea”. Mas estas edições posteriores não são consideradas partes da obra organizada por Bernardo Gomes de Brito.

Imagem 06 – Capa da obra que narra o naufrágio



Fonte: Brito (1736)

Imagem 07 – Contracapa da obra



Fonte: Brito (1736)

A narrativa da Nau Santo Antônio (1601), fonte de análise do nosso estudo, está incluída no segundo tomo da obra História Trágico Marítima (1735 – 1736). Segundo Madeira (2005, p.25) “não se pode saber ao certo que alterações foram feitas pelo historiador no texto dos narradores originais”.

Os relatos compilados pelo historiador português estavam impressos na maioria e outros manuscritos. Segundo fontes de pesquisa dois textos só

chegaram público graças à edição e compilação realizada pelo historiador Brito. Outro ponto refletido por Madeira (2005, p.25) é que “se não fosse o trabalho de Gomes de Brito, teriam sido perdidos muitos daqueles textos de extrema beleza e relevância para as pesquisas histórica, etnográfica e literária”. Lanciani (1979), cita como foi o trabalho de Bernardo Gomes de Brito:

Publicados originariamente em folhas soltas, estes relatos confluíram depois, em parte, nos dois volumes da colectânea de Bernardo Gomes de Brito intitulada História Trágico-Marítima (Lisboa, 1735-36), onde frequentemente os encontramos sujeitos a alterações e diluições textuais consideráveis, no limiar da reescrita, segundo a Academia De História de Lisboa, esta ação por parte do historiador Bernardo Gomes de Brito teve como intenção fomentar os arquivos da Academia que iniciava seus primeiros registros e necessitava de materiais e documentos para seu arquivo histórico (LANCIANI, 1979, p. 08).

Com intenção de aprofundar na biografia do historiador português Bernardo Gomes de Brito, Madeira diz que:

Sobre o historiador pouco se sabe, menos ainda sobre as motivações que o levaram a recolher esses relatos. Barbosa Machado, contemporâneo de Gomes de Brito e pertencente, como este, à Academia Real da História Portuguesa, informa, em sua célebre Biblioteca lusitana (1741- 1759), que o compilador foi um autodidata de estudiosa aplicação, tendo como professores somente sua feliz memória e sua boa compreensão (MADEIRA, 2005, p. 28).

Ainda há uma suposição vinda do historiador Barbosa Machado de que Brito tinha intenção de publicar ao todo cinco volumes. Isso não foi possível devido às restrições impostas pela morosidade, burocracia, e as dificultosas licenças do Santo Ofício. Além destes empecilhos, Brito em sua obra privilegiava o estudo da história dos reis, dos grandes senhores, e da história eclesiástica. Na capa da primeira edição há uma dedicatória ao Rei D. João V, responsável pela criação da Academia de História de Lisboa, que por sua aprovação e apoio a instituição obteve prestígio e extensa produção intelectual naquele período. Para termos uma ideia de como era o processo de aprovação de uma obra pelos censores, Madeira descreve que,

As licenças de praxe, iniciadas em 1729 e só concluídas em 1735, assinadas por sete censores entre os do Santo Ofício e os do clero Ordinário e por burocratas do Paço, também são esclarecedoras do complexo e lento processo a que era submetida qualquer matéria a ser impressa (MADEIRA, 2005, p. 29).

Segundo consta na história portuguesa estes textos apontam de forma transparente as razões e motivos dos sucessivos naufrágios que ocorreram na empresa marítima lusitana. Segundo Ideias (1996, p. 71) a “má construção dos navios, péssima arrumação e excesso de carga, má preparação dos pilotos, ânsia de riqueza”, estão dentre os inúmeros fatores para tanta ocorrência do signo trágico pelos mares desbravados pelos navegadores portugueses. Além da descrição dos principais motivos das causas e perdas pela empresa marítima portuguesa, Ideias também menciona a análise sob a ótica da história cultural portuguesa dos séculos XV e XVI,

A análise das concepções mentais acerca da vida e da morte, do sentido do sobrenatural, dos sentimentos das gentes que andavam no mar (gentes simples e membros da elite político administrativa e do clero) que confrontadas, com situações extremas, revelavam em toda sua verdade o que sentiam mais do que pensavam. Conjunto de textos informados por uma intensa sensibilidade, expressão sofrida da dura realidade do universo da viagem transatlântica, com sua ambígua carga de heroicidade e temor (IDEIAS, 1996, p. 71).

Esta coletânea em si possui um significado histórico imensurável desde sua origem, Madeira (2005, p.29) dissertando sobre a obra cita que a obra é “considerada, segundo os censores, *as relações de naufrágios*, uma verdadeira escola de cautelas”, mas, também possui dentro de seus motivos estéticos uma abordagem que permite analisar estas narrativas do ponto de vista histórico – literário. Seixo (1996) descreve três pontos principais que descrevem este tipo de abordagem:

O primeiro, o de que consideramos que este conjunto possui um caráter orgânico que, não obstante os arranjos e as alterações efectuadas por Bernardo Gomes de Brito aos textos dos séculos XVI e XVII, faz dele um conjunto insubstituível na consideração da literatura portuguesa de viagens; o segundo consiste na interessante e curiosa sobreposição de traços estilísticos e de mundividência de tipo renascentista, maneirista e barroco, resultado eventual da sua condição de arranjos, mas decerto não só, que os torna extremamente interessante aos olhos do historiador da literatura, e sobretudo perante ao olhar crítico contemporâneo sensível ao hibridismo como noção estético ideológica; o terceiro, muito simplesmente, implica a consideração destes escritos como, textos de literatura, independentemente do código de escrita através do qual foram elaborados, e em função de uma postulação de convencionalidade histórico-literária que tende anexar todo o escrito marginal e de modo mais forte o escrito de tipo clássico, ao campo literário, e muito em especial os escritos de viagem (SEIXO, 1996, p.165).

Na relação com as narrativas presentes nesta coletânea, em um viés histórico e literário, segundo Vitorino (1996, p. 192) “a descrição das paisagens e sociedades indígenas perde a maior parte das vezes a sua importância, salientando-se os actos dos Portugueses e a intervenção divina nas suas aventuras”. Entender desta forma percebemos que o *facta*, elementos prováveis, perde espaço para que a fé e a crença estabeleçam seu lugar comum na narrativa sempre direcionada ao receptor. Ressurge então, neste ponto a oposição entre o sagrado e o profano, signos bem característicos do período barroco que vivenciavam as letras daquela época.

A obra *História Trágico-Marítima* teve seu lançamento original no século XVIII, a preço de quinhentos réis, segundo Tabucchi (*apud* MADEIRA, 2005). Após o lançamento a próxima edição só viria a ser publicada dois séculos depois,

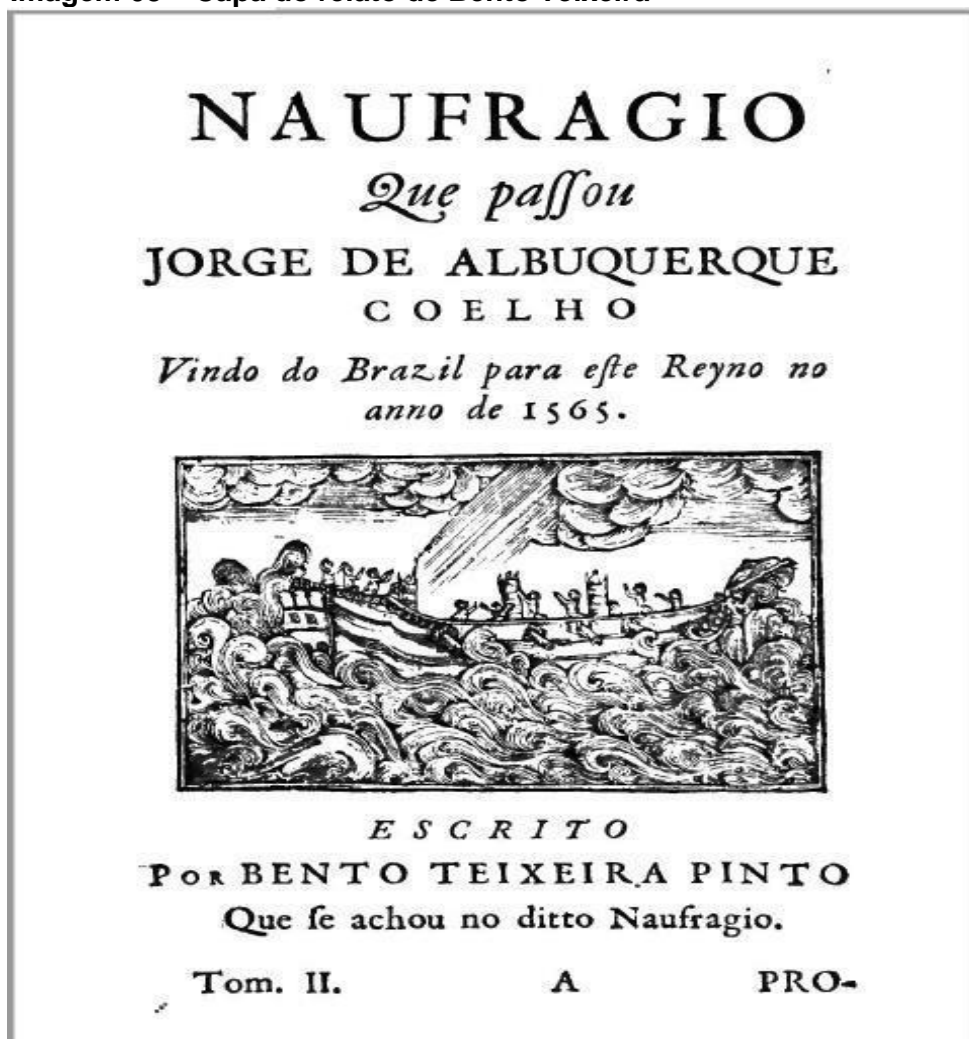
A segunda edição só veio a prelo no fim do século XIX, mesmo assim sob forma de resumo dos três primeiros relatos. Após algumas versões simplificadas ou recontadas, a primeira reedição integral ocorreu somente em 1942, em seis volumes, preparados por Damião Peres. A edição completa seguinte, com estudo notas, e glossário de Antônio Sérgio, saiu em 1956 e 1957, em três volumes, encapados em couro e com tiragem reduzida. Em 1971 e 1972, saiu uma nova edição em dois volumes anotada por Neves Águas e, em 1998, foi publicada a primeira edição brasileira, em um único volume com introdução e notas de Alexei Bueno e prefácio de Ana Miranda.” (TABUCCHI *apud* MADEIRA, 2005, p. 29).

As narrativas da obra *História Trágico Marítima* são carregadas de imagens e representações coletivas, com presença constante de afeto e emoções que desafiam a natureza humana. A comunicação ou a falta dela, devido aos primeiros encontros entre europeus e nativos, o choque entre signos, as culturas diferentes eram também essenciais para o entendimento da situação. Segundo Madeira (2005, p. 115) “uma palavra ou um gesto podiam ser diferentemente apropriados ou opostamente avaliados, o que redundaria um ato falho de comunicação”. Há neste exemplo o estudo próprio da materialidade linguística que possibilita o estudo do texto na história e na cultura. É no texto que conseguimos captar os códigos da língua escrita em pleno desenvolvimento e das tradições orais. Para complementar esta última definição cria-se o confronto da cultura erudita, representado pela escrita, pela cultura popular e pela oralidade.

Buscamos também nesta pesquisa analisar algumas diferenças e semelhanças entre a narrativa da Nau Santo Antônio, a segunda edição de 1601 e a cópia da versão publicada na obra *História Trágico – Marítima* (1735 – 1736).

A versão desta narrativa (apêndice, imagem 08) utilizada na pesquisa é uma cópia da obra original e está disponibilizada para consulta na página virtual da Biblioteca Brasileira digital da Universidade de São Paulo. A escolha e utilização desta cópia no trabalho é que a partir da segunda metade do século XIX foram lançadas algumas versões desta narrativa com alterações no texto original. Desta forma, escolhemos trabalhar com a segunda edição da narrativa (1601) como fonte principal e com a versão (cópia) da narrativa publicada no compilado *História Trágico Marítima* (1735 e 1736). A utilização da cópia tem dois motivos por excelência, a manutenção ao texto original da fonte, porém com a escrita portuguesa mais próxima do contemporâneo e, também, a existência de pesquisadores que trabalham com este material historiográfico sendo referenciado pelas suas contribuições.

Imagem 08 – Capa do relato de Bento Teixeira

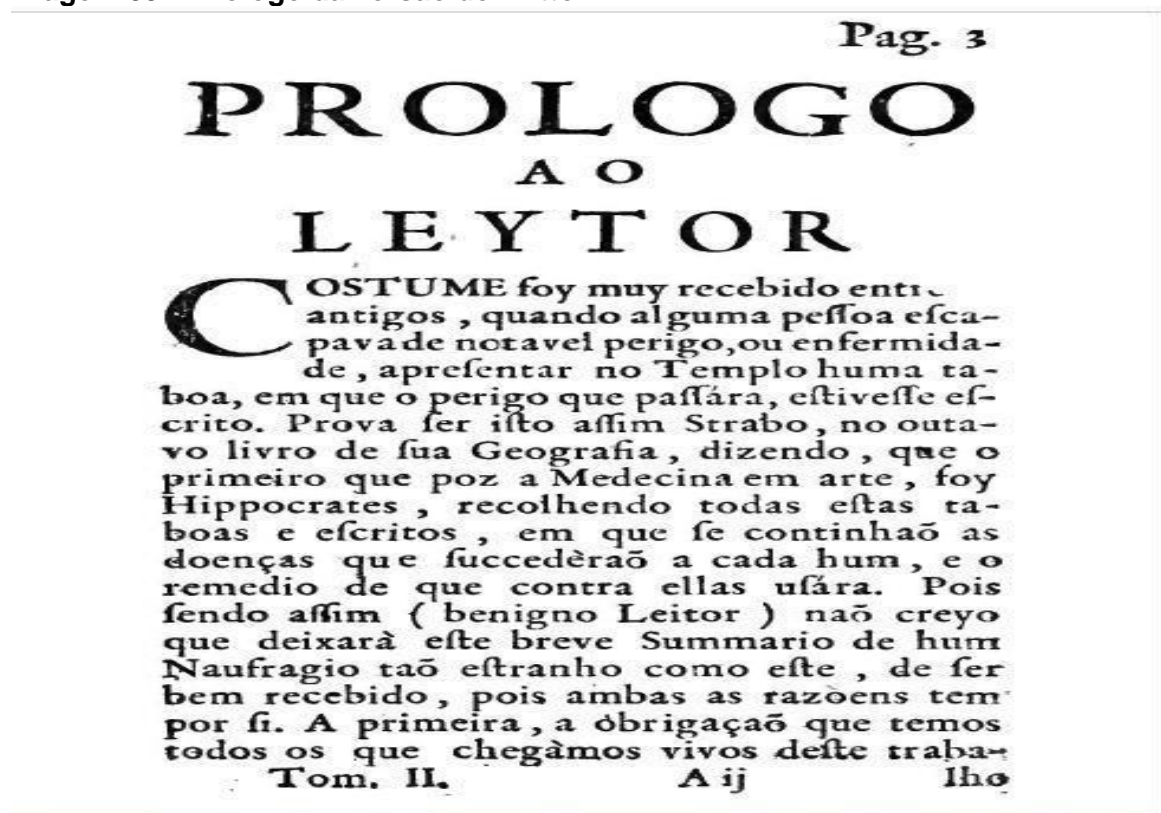


Fonte: Teixeira (1601)

A estrutura da narrativa publicada nesta obra possui o prólogo (apêndice, imagem 09) redigido diretamente ao leitor; esta parte não se encontra na segunda edição lançada em 1601. Em nenhum momento é mencionada sua autoria, porém podemos perceber que a partir do momento que iniciamos a leitura surgem aos nossos olhos a voz do piloto Afonso Luís. O autor/narrador relata situações que viveu nessa fatídica aventura. No decorrer do texto percebemos que a retórica utilizada pelo escritor tenha influenciado na escrita buscando percorrer um caminho filosófico-histórico na antiguidade para justificar as façanhas vividas neste naufrágio. Segundo consta neste prólogo há duas razões para registrar esta narrativa de insucesso:

A primeira, a obrigação que temos todos o que chegamos vivos deste trabalho a porto de salvamento, de notificarmos ao mundo a Mercê, que a Virgem Madre de Deos nos fêz, em nos livrar dos estranhos e não cuidados trabalhos que passamos: e a segunda, mostrar o remédio de que nos neste caso tão temeroso aproveitamos, que foi de muitas lagrimas, contrição e arrependimento de culpas passadas, pedindo de continuo e misericordioso nosso Senhor. E nenhuma coisa esperei menos que poder este naufrágio vir a ser sabido por escrito: porque ainda que a nossa natureza esta sujeita aos trabalhos, todavia não agasalha bem a lembrança deles, pela pena que os da o que vimos com os olhos (BRITO,1735-1736 pp. 03-04).

Imagem 09 – Prólogo da versão de Britto



Fonte: Teixeira (1601)

Nas páginas seguintes, o autor do prólogo continua sua determinação em justificar a importância de publicar este relato e em determinado momento ele confirma a presença dele na nau: “Porém por me parecer, que seria ingrato às grandes mercês que de Nosso Senhor recebemos, os que deste naufrágio escapamos, dos quais eu fui um deles, e o mais pecador (...)” (BRITO, 1735-1736 p. 05). Em seguida, ele menciona a insistência dos amigos para que publicasse este relato, mas que antes disso era imprescindível que o Capitão Jorge de Albuquerque conhecesse a descrição da narrativa. O prólogo finaliza com agradecimentos e o reconhecimento ao papel da religiosidade, principalmente aos ritos católicos e ao salvamento da tripulação que estava neste trabalho marítimo. Com este prólogo, única inserção textual a mais do que na publicação da segunda edição de 1601, encerra-se a estrutura introdutória da narrativa de insucesso publicada na *História Trágico Marítima* (1735 – 1736).

3.2 Breve síntese dos temas tratados na narrativa

Como primeiro ponto a ser discutido na análise dos temas são as condições de segurança em que embarcavam as naus portuguesas. Sabemos que devido à época questões relacionadas à prevenção de acidentes pouco, ou nunca eram refletidos. Esta situação está ligada ao pouco preparo tecnológico em que se encontrava a marinharia portuguesa apesar de estar em um período de ascensão. Desta forma, no texto do relato são descritas passagens que apresentam situações de imprudência e negligência por parte dos agentes que comandavam a viagem e que ocasionaram em grande parte os trabalhos de que tiveram os tripulantes da Nau Santo Antônio.

Um dos fatos mais significativos para esta concepção está ligado ao caráter e funcionalidade desta narrativa, que diferentemente da maior parte dos textos da época, os resultados finais dos relatos de insucesso quase sempre são catastróficos. Com mortes, perdições, tragédias imensuráveis aos seres humanos participantes das viagens. Esta narrativa caracteriza-se como um auto de fé, em que a religiosidade é uma das causas primárias e arbitrárias para o salvamento da tripulação e sua nau. Por meio das ações dos personagens diante das inimagináveis condições em que se encontravam toda a tripulação, a única salvação era se apegar aos ritos e ensinamentos morais da religião católica;

religião esta que em parceria com a nobreza portuguesa eram as instituições que mais apoiavam as grandes navegações neste período. Sendo assim, a religiosidade também é um dos temas relevantes que iremos abordar em nossas reflexões na análise desta narrativa.

Como fechamento das temáticas mais presentes no texto chama atenção as novas acepções relacionadas às ocorrências naturais durante a viagem. Este novo sentido presente nas aventuras ultramarinas do início da Modernidade desmistificam e substituem as crenças do homem medieval em relação ao mar. Essas crenças muitas vezes definiam os perigos das aventuras marítimas relacionadas a monstros, seres fantasmagóricos e interpretações maravilhosas incompatíveis com a realidade vivida na Europa. O homem moderno começa a entender que os grandes inimigos e perigos na verdade, além de sua própria espécie, são os fenômenos naturais. Entre eles, chuvas, tempestades, os ventos e até as necessidades básicas humanas, como a fome e a sede. Neste ínterim, surgem novas formas de representação humanizadas e as ocorrências naturais como maior vilã em detrimento a sobrevivência humana.

4 O RELATO DA NAU SANTO ANTONIO: ANÁLISE ESTRUTURAL E TEMÁTICA DA NARRATIVA

No capítulo a seguir analisaremos a estrutura que representa a narrativa do *Relato de Naufrágio que passou Jorge Albuquerque de Coelho, Capitão e Governador de Pernambuco* (1565), utilizando como fontes de estudo a segunda edição publicada em 1601, de autoria do português Bento Teixeira Pinto e a cópia do relato publicado na obra *História Trágico Marítima* em 1736, de autoria do historiador português Bernardo Gomes de Brito. Os modelos de análises descritas neste capítulo dialogam com os estudos de pesquisadores que utilizam como fonte as narrativas de insucesso do século XVI, referentes à marinharia portuguesa.

Iremos discorrer três maneiras de analisar a obra e em cada forma de análise aprofundaremos um pouco mais no texto-fonte. O primeiro e o segundo método de análise consistem em descrever de forma vertical os principais acontecimentos e ações do relato. Por último, o terceiro método consiste em um olhar bem mais crítico e reflexivo, de maneira horizontal, retirando do discurso (fala) as intenções, objetivas e subjetivas, da narrativa. O texto por ser um relato possibilita que suas vozes, o narrador, os personagens e as próprias ações internas, sejam materializados na trama das intenções e na construção do texto. Como forma inicial de discussão sobre as narrativas de insucesso do século XVI, observemos como Madeira (2005) define sua forma estrutural,

As narrativas de naufrágio apresentam regularidades marcantes - o que permite falar em série discursiva autônoma - e uma estrutura narrativa em tríptico (a partida, a tempestade e o naufrágio), bastante austera e codificada, que contrasta com o ritmo irregular e descontínuo, dado talvez pelo movimento e extensão desiguais das sequências, ou pelo maior ou menor grau de consciência literária ou de subjetividade de cada narrador (MADEIRA, 2005, p.36).

Os caminhos interpretativos referidos por Madeira (2005) são muito bem aceitos na análise deste tipo de narrativa. Grande parte destas narrativas é formada em tríptico, conforme ela menciona, a Partida – a Tempestade - e o Naufrágio. A narrativa que iremos analisar não obedece ao modelo estrutural, em tríptico, mencionado pela autora. Segundo Vitorino (1996, p.14) esta narrativa de insucesso possui “a Partida – a Tempestade – o Naufrágio – o Final (Salvamento), eliminando a parte da Peregrinação (Deriva em terra) e todas as

aventuras são vividas no mar”. Segundo as palavras da pesquisadora percebemos que o mar não se encontra apenas como o espaço-temporal da narrativa, ele se modifica de acordo com a retórica utilizada pelo narrador. O mar, por ora, se apresenta como espaço-temporal, mas também como personagem a ser humanizado na história.

Na visão de Vitorino (1996) o relato possui 04 partes, com o olhar mais aprofundado podemos apresentar esta divisão na seguinte maneira: a Ida – a Tempestade - o Naufrágio – a Chegada. Deste modo, podemos subdividir em outros tópicos, por exemplo: a Ida (Apresentação e Partida); a Tempestade e o Naufrágio (desenvolvimento das ações de insucesso que estão presentes no texto, sejam elas fatores naturais ou pelos acontecimentos, por exemplo, o Corsários francês quando ataca a Nau portuguesa); e por fim, a Chegada (o salvamento dos sobreviventes da viagem). Caso analisarmos o texto nestas condições que apresentamos teremos um aumento do modo tríplico proposto por Madeira, (2005) e conseqüentemente uma alteração nas quatro partes definidas por Vitorino (1996) em função de uma análise fundamentada sobre os acontecimentos e ações do próprio relato e conforme ele se apresenta. Segundo as nossas observações este método de análise nos permite definir que o relato pode ser dividido da seguinte maneira: 1) Ida - Apresentação e Permanência; 2) Partida; 3) Naufrágio - Tempestade e Ataque do Corsário francês; 4) Chegada - Salvamento.

Como segundo método de análise, utilizaremos a proposta abordada por Carvalho (1996), em que discorre sobre os sentidos das viagens, segundo ele:

Uma leitura orientada dos textos poderá esclarecer o que, mesmo por dedução lógica-factual. Cremos ser bastante plausível a respeito da qualidade e motivação dos protagonistas dos respectivos eventos, Por mais indiscriminados que tivessem sido os critérios de recrutamento e mobilização pessoal na empresa náutica, nas suas diversas versões de ‘descoberta’, ‘atividade mercantil’, ‘proselitismo religioso’, ‘colonização’, por norma a quase exclusividade seria de homens. Uns mais adestrados que os outros, mais ou menos voluntaristas, a motivação de embarcarem como marinheiros ou colonos, para encontrarem outras terras ou fixarem-se nelas, implicaria sempre a assunção de uma espécie de programa narrativo onde o protagonismo do ‘ser’, se iria definir pelo ‘fazer’, psicologicamente preparado para ‘estar’ e ir residir num determinado lugar que, por força da habituação, acabava por ganhar a qualidade de valor de referente de permanência (CARVALHO, 1996, p. 24).

Nesta segunda análise iremos discorrer em três tópicos:

Tópico I

- a) Ida _____ - Permanência
- b) Espaço natal > outro----- Espaço outro > próprio

Tópico II

- a) Ida
- b) Permanência----- Reconhecimento
- b.1.) Espaço adotado----- no espaço adotado
- b.2.) Espaço próprio----- no espaço próprio

Tópico III

- a) Ida _____ Permanência
- b) Espaço natal ----- Espaço neutro
- c) Regresso

Nestes tópicos apresentados, I, II e III, também chamados por sequências, nos são dadas informações significativas sobre o comportamento dos colonizadores portugueses e suas transformações históricas nos espaços colonizados (Índia ou Ásia, África e América). Nos relatos compilados na *História Trágico-Marítima* (1735 – 1736) cada relato se pautará por uma destas sequências lógicas propostas por Carvalho (1996). Desta forma, seguindo a metodologia analítica do autor, podemos refletir na sequência que mais se aproxima da construção textual da nossa obra fonte.

Vemos no tópico I, item a, o caminho natural de Ida e Permanência, por parte dos colonizadores. No mesmo tópico, item b, a situação começa a se transformar no sentido de que o espaço que outrora era reconhecido como *Outro* em desconhecido. Com o tempo de permanência e o trabalho da colonização portuguesa o espaço em que era desconhecido se transforma em espaço *próprio*.

No tópico III, item a, o mesmo caminho natural de Ida e Permanência que acontece no tópico I, se repete. No item b, percebemos que o sintagma *Espaço Natal* pressupõe que há nascimentos de pessoas descendentes dos colonos e que a colônia começa a se apresentar como terra natal daqueles que nela nascem. Com isso, distancia-se o sujeito da metrópole colonizadora,

configurando-se a metrópole em Espaço Outro, a ser descoberto por ele, item C, o regresso.

O tópico que mais se aproxima de nossa fonte de estudo, o *Relato de Naufrágio que passou Jorge Albuquerque de Coelho, Capitão e Governador de Pernambuco* (1565), encontra-se no tópico II, pois é descrito no início do relato, a Ida (item a) dos portugueses a pedido da Coroa, com objetivo de permanecerem (item b) na Capitania de Pernambuco, mais precisamente em Olinda. Esta missão consiste em proteger a Capitania das ações de guerras proporcionadas pelos *gentios* (índios) e os franceses que ocupavam estrategicamente a costa brasileira em busca das riquezas extraídas da terra (pau brasil e cana de açúcar). Para que o esquema se concretize, Jorge de Albuquerque é nomeado General de Guerra e é responsável pelo reconhecimento (item b) dos territórios que estavam sendo retomados pelos nativos. Neste processo, os subitens 01 e 02 (espaço adotado – espaço próprio) se convertem a partir das ações e conquistas em guerra dos portugueses, comandados pelo General. Por último, o item c, o Regresso, é o responsável pelo desenvolvimento de toda situação de insucesso na narrativa. A trama se inicia quando Jorge de Albuquerque após 05 anos de batalhas e conquistas na Capitania de Pernambuco (1560 – 1565), decide retornar a Portugal a bordo da Nau Santo Antônio. A partir daí iniciam os acontecimentos trágicos, eles se acumulam durante a narrativa até finalizar-se com o salvamento da tripulação em terras portuguesas. Contudo existe uma baixa significativa em relação ao estado que chegaram os sobreviventes e as mercadorias embarcadas no início do regresso às terras portuguesas.

Como terceiro e último método de análise, conforme mencionado anteriormente, este exercício analítico presume o aprofundamento crítico no relato da Nau Santo Antônio. Exercitar o foco criterioso à narrativa abre duas possibilidades de registro. Como primeira forma de síntese deste método de análise, vamos estabelecer tópicos e seções que determinam as ações do relato privilegiando as partes mais importantes relacionadas à situação descrita e presente na obra. A narrativa é apresentada da seguinte forma:

a) *Ida dos Portugueses ao Brasil (1560)*

1. Vinda dos irmãos Albuquerque.

2. A pedido da Rainha.
3. Dona Catarina.

b) Permanência no Brasil (1560)

1. Nomeação de Jorge de Albuquerque como General de Guerra.
2. Ações da Guerra contra os *gentios*.
 - 2.1. Comportamento dos Portugueses com suas vitórias.
 - 2.2. Dificuldades extremas nas batalhas.
 - 2.3. Descrição dos territórios conquistados
 - 2.4. Decisão de voltar a Portugal a bordo da Nau Santo Antônio.
 - 2.4.1. Jorge de Albuquerque Quebrantado (mau olhado)
 - 2.5. Confissão do Narrador - presente apenas na segunda edição da narrativa – (1601)

c) Partida - Regresso (Brasil – Portugal) – 1565

1. 1º Tentativa de embarque sem êxito (16 de maio de 1565).
2. 2º Tentativa de embarque (29 de junho de 1565) – Dia de São Pedro e São Paulo.
3. Primeiros sinais de problemas na embarcação – Quebra da gurupés da cevadeira.
4. Normalização da viagem (19 dias de calmaria).
 - 4.1. 1º Encontro com a nau francesa (corsários) - 29 de julho de 1565 - Dia de Santa Marta.

d) Parte 1 - Situação Naufrágio (encontro com os corsários franceses)

1. Nau cada vez mais danificada.
2. Necessidades básicas comprometidas.
3. Atitude de Jorge de Albuquerque repartir seus mantimentos com a tripulação.
4. 2º encontro com a nau francesa (corsários) - 03 de setembro de 1565
 - 4.1. Postura de Jorge de Albuquerque.

5. Corsários franceses começam o abalroamento junto à nau portuguesa (Combate entre as Naus).
6. Ações do primeiro contato entre os tripulantes portugueses e franceses.
 - 6.1. Corsario Francês
 - 6.2. Mau tempo
7. Tratamento a Jorge de Albuquerque prisioneiro (catolicismo x protestantismo)
8. Plano de retomada da Nau portuguesa

e) Parte 2 - Situação de Naufrágio (Tempestade – Mau tempo)

1. Primeiras causas devido ao vento forte e ondas altas estrutura da Nau cada vez mais danificada.
2. Nau francesa devido às péssimas condições de navegação se distancia.
3. Fica à deriva, portugueses e franceses dentro da Nau Santo Antônio.
4. Primeiras mortes
5. Prenúncio da morte dos mareantes.
 - 5.1. Confissão junto ao Padre Álvaro Lucena, da Cia de Jesus.
 - 5.2. Jorge de Albuquerque exalta a religiosidade para tentar organizar a tripulação diante aos problemas estruturais da embarcação e das relações entre a tripulação.
6. Mais uma revolta do tempo e de novo a situação de prenuncia do desastre.
7. Após 03 dias de tormenta começam os reparos na Nau.
8. Motim dos portugueses contra os franceses que na Nau estavam,
 - 8.1. Jorge de Albuquerque utiliza da estratégia de manter os inimigos vivos como mote para se salvarem.
9. Volta à nau francesa.
10. Proposta de salvamento dos franceses para os portugueses, recusada por J. A.
11. Franceses decidem a abalroar o que restou na Nau Portuguesa.
 - 11.1. Franceses ao mesmo tempo que deixavam os portugueses em situação de infortúnio. Alguns ajudavam os mais necessitados, por exemplo, com cuidados médicos.

f) Parte 3 - Naufrágio - (Nau à deriva - Aprofundamento da situação – trágico)

1. Religiosidade - Autos de fé pela busca da salvação das almas dos tripulantes.
2. Jorge de Albuquerque diante da situação do trágico mais uma vez assume sua posição como capitão e acalma a tripulação.
3. A constatação de um Milagre (Cruz de Ouro)
4. Reparo na Nau Santo Antônio.
5. Constatação da falta de equipamentos de navegação.
6. Tripulação incansável para conseguir chegar ao seu destino.
7. Ação arriscada para reparo na Nau.

g) Parte 4 – Naufrágio (Mau tempo – Falta de mantimentos para sobrevivência)

1. Jorge de Albuquerque e seu discurso e espírito de liderança.
2. Religiosidade: Autos de Fé
3. Descrição final da situação de Naufrágio.
4. Postura firme de Jorge de Albuquerque contornando através do ato de fé os pensamentos da morte e das tentações que rondavam entre os tripulantes.

h) Chegada – Salvamento

1. Primeira Nau avistada - recusa de salvamento.
2. Aproximação à terra.
3. Avistam outras embarcações sem sucesso na comunicação
4. Conseguem comunicação com uma caravela, porém não conseguem obter ajuda necessária para chegar à costa
5. Barco de pequeno porte socorre a Nau Santo Antônio e seus tripulantes.
6. Situação de sobrevivência: 22 dias a Deriva (17 dias sem água).
7. Infante D. Henrique, cardeal rei que governava Portugal, decide expor a Nau Santo Antônio, próximo a cidade com a intenção de mostrar ao povo português a importância da fé e misericórdia em Deus para se salvar.

8. O Narrador revela o motivo em escrever o relato.
9. Descrição dos nomes dos sobreviventes e dos mortos.
10. A deformidade da aparência física do naufrago Capitão Jorge de Albuquerque diante de seu primo D. Jeronymo de Moura.

A segunda possibilidade deste último método de análise aprofunda nas partes fundamentais do discurso narrativo e se aproxima da crítica literária, privilegiando aspectos do narrador, dos personagens, do espaço e tempo em que são realizados os acontecimentos. Com a intenção de nos organizarmos, esta análise será realizada a partir de subcapítulos referente à estrutura da narrativa definidos em nossa pesquisa. Assim, apresentaremos: 1) Ida -Apresentação e Permanência; 2) Regresso – Partida; 3) Situação Naufrágio; 4) Chegada - Salvamento.

4.1 A Ida – Apresentação e Permanência

Nesta primeira parte da narrativa, o relato é apresentado como um documento histórico e oficial. Logo no início, são mencionadas as autoridades da monarquia portuguesa daquele período e o principal motivo da vinda dos irmãos Albuquerque para a Capitania de Pernambuco, a pedido da Rainha Dona Catharina. O motivo era pela insegurança que viviam os mandatários portugueses na colônia devido às investidas dos índios e também dos franceses interessados nas riquezas que a Capitania produzia e retirava das terras brasileiras.

No tempo que a Rainha Dona Catharina Avó do Rei Dom Sebastião governava este reino de Portugal, por seu neto, veio nova do Brasil e da Capitania de Pernambuco, que os mais dos principais dos Gentios que na dita capitania havia, estavam alevantados contra os Portugueses, e tinham cercados mais dois lugares e vilas, que na dita Capitania havia. Pela qual razão a dita rainha mandou a Duarte Coelho Dalbuquerque, que era herdeiro da capitania, que a fosse socorrer. E por saber e entender, o quão necessário era levar contigo seu irmão Jorge de Albuquerque de Coelho, pediu a Rainha, que mandasse o dito seu irmão que o acompanhasse no socorro daquela capitania, e fosse com ele ajuda-la a socorrer, como foi: Por dita Senhora Rainha mandar, que acudisse aquelas necessidade, pelo serviço que nisso fazia a Deus e ao rei seu neto e ao bem do povo deste reino (BRITO, 1736, p. 07 e 08).

Quando os irmãos Albuquerque chegaram, no ano de 1560, conforme o pedido da coroa portuguesa, logo iniciaram o processo de militarização nas terras da colônia. A primeira investida oficial foi nomear institucionalmente, Jorge de

Albuquerque como General de Guerra, após uma reunião com as principais autoridades portuguesas da capitania:

Depois de seu irmão Duarte Coelho Albuquerque, tomar posse da capitania e servir de Capitão e governador dela: Chamou ao conselho, alguns padres da companhia graves que estavam no colégio que os ditos padres tem na vila de Olinda, uma das principais vilas que há na Capitania de Pernambuco e a muitos homens honrados dos principais do governo da terra, e se assentou entre todos que se elegeisse por General de Guerra e conciliador da terra da dita capitania, Jorge de Albuquerque Coelho (BRITO, 1736, p. 08).

Prontamente Jorge de Albuquerque aceitou o título “O que como lhe disseram que cumpria muito o serviço de Deus e do Rei e bem do povo daquela capitania aceitar e serviu o dito cargo” (BRITO, 1736, p. 08). Apresentando as principais marcas de honraria que servirão para construir este personagem tão digno e representante da moral e ética católica portuguesa. Toda ação de Jorge de Albuquerque durante o relato será sempre em função do “Nosso Senhor”, as demais Santidades Católicas referidas e a monarquia portuguesa. Vitorino (1996, p.192), cita dois motivos utilizados pelo narrador para publicação deste relato: “agradecer a Deus e mostrar um exemplo de fé”. Esta constatação da narrativa, sobre ser um auto de fé, será constante em todas as partes do texto. A todo o momento Jorge de Albuquerque remete a Deus os acontecimentos, sejam eles bons ou ruins que acontecem durante a viagem.

As próximas ações descritas no texto estão relacionadas diretamente às batalhas contra os *gentios* e, por ora, aos territórios conquistados pelos portugueses. Apesar de todo o sucesso nas investidas contra os indígenas, existe no relato o início do sentimento trágico, uma espécie de introdução do que o protagonista irá enfrentar durante toda a narrativa. Expressões como “(...) passou muitos e muitos trabalhos (BRITO, 1736, p.09)” ou “passando tanta fome e necessidades que muitas vezes não tinham o que comer (...) (BRITO, 1736, p.10)”, são peças chave da dimensão trágica que ainda está por vir.

Como aporte documental das conquistas realizadas pelo capitão português Jorge de Albuquerque, existe no texto o registro do desbravamento do Rio São Francisco na região de Pernambuco e também a descrição dos territórios conquistados e a importância de seus feitos para os portugueses que habitavam na colônia. O narrador cita que:

E com esta diligência e brevidade que pois nesta conquista a pode conquistar dentro em cinco anos, estando tão povoada de inimigos, que quando chegou a dita capitania por mandado da Rainha Dona Catarina, não ousarão os portugueses que moravam na Vila de Olinda, a sair fora da vila, mais que uma ou duas légoas pela terra dentro, e ao longo da costa, três ou quatro legoas. E depois que acabou de conquistar, seguramente podem ir, quinze, vinte legoas pela terra adentro, sessenta ao longo da costa, por tantas ter a dita Capitania de jurisdição (BRITO, 1736, p.10).

Neste início de narrativa um dos fatos marcantes que não aparece na cópia do relato de 1736 e foi retirada da segunda versão de 1601, é a confissão do narrador sobre um episódio de Jorge de Albuquerque na guerra, que para muitos não se sabe como pôde resistir a tantos infortúnios a começar pelo acidente em combate:

E nesta conquista que fez lhe acontecerão muitas e muitas frandes e notáveis e espantosas coisas, de que seus soldados e criados que o acompanharam, são bons testemunhas: e assim os moradores da dita Villa Olinda e uma delas foy, que na entrada de uma Fortaleza que tomou, lhe deram desde no umbigo até a testa, nove flechadas (TEIXEIRA, 1601, p. 16).

Mesmo com este episódio o capitão português não se abateu, porém, visto as dificuldades que se encontravam por estar ali naquela colônia ainda inóspita, comparada a metrópole, Jorge de Albuquerque decide retornar a Portugal. Com a decisão tomada, o capitão português “Determinou embarcar-se em uma Nau nova de duzentos toneis, por nome Santo Antônio, que estava carregando no porto da Villa de Olinda, na mesma Capitania” (BRITO, 1736, p. 10 e 11). Esta Nau, segundo consta no relato, tinha como Mestre André Rodrigues e piloto Álvaro Marinho, “homens destro na arte de navegar e tinham feito muitas viagens.” (TEIXEIRA, 1601, pp. 10-11).

Antes de iniciarmos o próximo tópico de nossa análise, cumpre mencionar que há na narrativa uma confissão do narrador. Esta descrição é realizada pelo narrador da segunda edição, provavelmente escrita pelo poeta português Bento Teixeira Pinto. Este trecho mais uma vez não se encontra na versão escrita da História Trágico-Marítima (1736), sendo exclusividade da segunda edição da narrativa (1601). Em certo momento da descrição, o poeta e narrador do relato justifica o motivo pelo qual está reescrevendo a obra:

E neste tempo estava na dita Capitania um homem que se chamava Afonso Luiz Piloto, que tinha nome e fama de ser bom piloto, e muito bom marinheiro e muito destro na arte de navegar. Sabendo Jorge de Albuquerque Coelho isto, rogou muito ao dito Afonso Luiz, que se

quisesse embarcar na Nau em que ele vinha da dita Capitania para este Reino, porque ele lhe faria nas viagens todos os mimos e favores que pudesse e lhe pedisse por em lembrança todas as coisas que acontecessem na dita viagem que por serem muitas e muito grandes, no memorial que fez, não pode por em lembrança mais que a se escrevem neste livrinho, no qual se não escreve, nem diz a décima parte do que aconteceu: e por abreviar, não conta tudo, senão algumas coisas principais das muitas que passarão nestes Naufrágio. Nas quais se podem ver a grandeza da misericórdia de Deus usou com as pessoas que nesta Nau vinham que bastam para consolarem, esforçarem e animarem os pecadores, quando se virem em semelhantes trabalhos. E depois de chegar a este reino de Portugal, o dito Afonso Luiz Piloto, mostrou a Jorge de Albuquerque Coelho, o memorial das lembranças que tinha feito, de tudo o que tinham passado na viagem: e por não virem escritas em bom estilo, nem com a linguagem bem limada, nem politica, pediram a um homem muito honrado, por nome de Antonio de Castro, que no tempo servia de Mestre do Senhor Dom Duarte, que por fama de ser bom latino e bom poeta, quisesse por em boa ordem e linguagem, as coisas que se continham no dito memorial aos quais o dito Antonio Castro, ordenou e escreveu da maneira que este livrinho se verá. E porque na primeira impressão, se não fizeram mais que mil livrinhos, que já estão gastados, se quer fazer agora mais outra impressão de outros mil livrinhos que cada volume declare e conte na verdade tudo o que se conhece neste livrinho acrescentando-lhes mais estes cadernos que andam a ele unidos, que senão poderão na primeira -*impressão por esquecerem (TEIXEIRA, 1601, pp. 17-18).

4.2 Regresso (Brasil – Portugal)

A Nau Santo Antônio é apresentada como uma embarcação nova e de porte grande para aquele período. Foi utilizada na viagem de volta por Jorge de Albuquerque e sua tripulação para Portugal. No relato percebe-se que grande parte das pessoas que estavam à volta em convívio com o capitão português não era a favor da viagem pelo período em que estava marcada a saída da embarcação. Era o mês de maio, meados de outono e não era adequado viajar neste período devido às fortes tempestades de inverno que aconteciam nas rotas do Atlântico. Esta informação, no entanto, foi totalmente ignorada por Jorge de Albuquerque.

Desta forma, a viagem de regresso a Portugal iniciou-se com duas tentativas de embarque, a primeira no dia 16 de maio de 1565 e a segunda no dia 29 de junho do mesmo ano. Na primeira tentativa de saída temos a clara sensação das más condições de segurança relacionadas ao peso que a Nau transportava bem acima do que suportava. Este abuso no peso fez com que a embarcação tivesse seus primeiros problemas apresentados, que impediram o início da viagem de volta com calma. “(...) Começava a vazar os levou a través de madeira que foram com a Nau dar em um baixo que está na boca da barra,

onde esteve quatro marés muito perto de se perder, se os mares foram mais grossos” (BRITO, 1736, p. 11). Por sorte vieram algumas outras embarcações de pequeno porte e ajudaram a tirar a Nau e seus tripulantes daquela situação.

De acordo com Carvalho (1996, p. 29) uma das principais causas dos problemas da navegação portuguesa neste período “resultariam de problemas funcionais, por exemplo, acumulação excessiva de carga nas naus”. Madeira (2005, p.79) diz que, “sabe-se bem que os naufrágios são causados, principalmente, pela incúria humana: grande dimensão e sobrecarga das naus; más condições de conservação dos navios”. A ambição desenfreada por parte dos comandantes das embarcações ultrapassava os limites de segurança para realização da viagem.

Após a primeira tentativa, Jorge de Albuquerque e sua tripulação voltam para a costa brasileira e aguardam um mês para a tentarem novamente regressar a metrópole. Neste período, o capitão português é novamente aconselhado a modificar seus planos de volta a Portugal, muitos utilizavam em justificativa ao infortúnio no início da viagem a sinais e ou presságios divinos para que desistisse desta empreitada. Mas não adiantou, o capitão e as autoridades responsáveis pela viagem vendo que a Nau não tinha sido danificada a ponto de não conseguir embarcar decidiram no dia 29 de junho de 1565, desembarcar novamente da costa brasileira.

E sem embargo de tudo isto não crendo ele Jorge de Albuquerque, nem os da sua companhia o que lhes prontificarão, antes confiando na Misericórdia de Nosso Senhor e não temendo os juízos da gente vãos e sem fundamento, se tornou a embarcar na Nau com todos os de sua companhia e se partio do Porto da Vila de Olinda sexta feira, 29 de junho dia de São Pedro e São Paulo, do mesmo ano de mil e quinhentos e sessenta e cinco (BRITO, 1736, p. 12).

Com a segunda tentativa iniciou-se então a viagem de volta a Portugal. Os primeiros cinco dias da viagem foram tranquilos e calmos. Porém, logo houve uma mudança repentina no vento de viagem e a embarcação começou a apresentar seus primeiros problemas. O vento “veio a ser tão rijo, que por a Nau vir muito sobrecarregada e não poder aguardar bem a vela nos foi forçado começarmos a alijar muita fazenda ao mar, esperando que com isso mareasse a Nau melhor” (BRITO, 1736, p. 12). Após utilizar esta estratégia de alijar o peso da nau, para facilitar o caminho no outro dia, pelo mar e o vento não estarem a favor começou a danificar algumas partes da embarcação, segundo consta no relato

“quebrou o goroupés da cervadeira” (BRITO, 1736, p.12). Em tempo, o narrador começa a constatar que os conselhos ditos a Jorge de Albuquerque poderiam ser reais e que não era a melhor opção seguir viagem naquelas condições, “(...) parece que queria nosso Senhor dar a entender aos que na Nau iam que não fossem por diante, pois em tão poucos dias de viagem se lhe ofereciam tantos trabalhos” (BRITO, 1736, p. 12).

Com todos estes acidentes de percurso relatados no início do regresso a Portugal, posteriormente, a viagem seguiu por 19 dias em calma, contudo o mastro, ou gorupés da cervadeira, ainda mareava quebrado. Como parte da finalização do regresso, ainda há o primeiro encontro com a Nau francesa, os corsários:

E tendo com a Ilha quase a vista dela nos apareceram ao mar uma Nau e uma zabra de franceses, a 29 de julho dia de Santa Marta e avendo os Franceses vista da Nau, a seguiram até as três horas da noite, em que se puserão a fala conosco, dizendo, que nos devêssemos e entendendo dos nossos que se aparelhavam para pelejar e defender se, não nos ousariam acometer logo com a grande escuridão da noite e se deixaram andar na nossa esteira, e pela manha nos abalroarem. E ao outro dia que foram trinta de julho ante manha, nos deu uma trovoada tamanha, que lhe foi forçado apartarem-se um dos outros, sem se verem pela cerração que fazia (BRITO, 1735, pp. 12-13).

A prática do corso neste período era muito presente nos mares e rotas em que passavam os portugueses. Os corsários eram pilhadores, porém com respaldo de um monarca. Aqui, no caso, eram os franceses. Uma embarcação de corsários possuía nacionalidades diversas, como, por exemplo, o Corsário francês, que, segundo a narrativa, tinha pessoas de várias nacionalidades, inclusive portuguesas.

Finalizamos este tópico referente ao início da viagem de volta, o regresso. Percebemos que pelo viés do discurso do narrador, além do excesso de peso da nau que indicava as dificuldades a serem encontrados na viagem, outros fatores como as condições naturais, por exemplo, o vento, e a pouca resistência estrutural da embarcação foram fatores relevantes para as ações de insucesso deste início de viagem.

4.3 Tempestades e Naufrágio

O próximo tópico apresentado aos leitores consiste no momento crítico da viagem, a tempestade e o naufrágio. Para compreender melhor a forma estrutural

desta parte do relato, o dividimos em quatro situações. Cada situação deste tópico se apresenta em conjunto a um fato da viagem: o vento em excesso, o mau tempo, as tempestades, a batalha contra o corsário francês e a sobrevivência da tripulação diante da nau a deriva sem mantimentos e necessidades básicas. São momentos na narrativa que desafiam a natureza humana, que são superados segundo o discurso da narrativa pela religiosidade atuante de todos.

Em vez de dividirmos em partes a descrição destes acontecimentos, decidimos nomeá-la como “Situação Naufrágio”. Este momento crítico da viagem acontece após 02 meses da saída dos portugueses do Brasil e dura ainda, segundo a narrativa, cerca de 40 dias em luta constante por sobreviver os infortúnios vividos em pleno oceano.

A primeira Situação Naufrágio é descrita após o reencontro com os corsários franceses. Visto que antes do reencontro, mais precisamente no dia 24 de agosto de 1565, a Nau portuguesa já apresentava problemas estruturais cada vez mais significativos para a segurança e continuidade da viagem. Além destes problemas estruturais na embarcação, a tripulação começou a sentir falta das necessidades básicas para a viagem: “Faltava neste tempo a água e mantimento na Nau e padeciam se muitas necessidades de fome e sede.” (BRITO, 1736, pp. 13-14). Surge então, como uma das primeiras manifestações da figura moral e cristã, o protagonista Capitão Jorge de Albuquerque na narrativa:

(...) e sabendo Jorge de Albuquerque que a necessidade em que vinhamos e que não havia na Nau mais mantimento que o que ele trazia para si e para seus criados, mandou trazer diante de todos todo o seu mantimento e o repartiu para a companhia irmãmente, sem querer nada por ele, posto que todos lhe queriam pagar por valer muito e ele não quis por ele coisa alguma, com o que ficaram contentes todos e se consolaram e se sustentaram por espaço de alguns dias (BRITO, 1736 p. 13 e 14).

Estas atitudes de Jorge de Albuquerque vão se repetir inúmeras vezes durante a narrativa, o protagonista funciona no relato, como o exemplo a ser seguido por todo cristão português independente de sua função na sociedade. De modo que a moral cristã seja resguardada principalmente nos momentos mais críticos da vida humana.

O delicado momento em que a Nau Santo Antônio se encontrava foi se agravar no reencontro com os corsários franceses. A narrativa expressa

claramente a diferença entre ambas as embarcações referentes a um possível combate:

Vindo com as necessidades que tenho ditas demandar as ilhas. Uma segunda feira, três de setembro fazendo –se o piloto com elas, veio ter conosco uma Nau de corsários franceses, artilhada e concertada como elas andam: e por a nossa vir desarmada e sem artilharia, como a maior parte delas, ou quase todas elas andavam neste tempo, vendo o piloto e mestre e os mais da Nau que não tinham com que se defender, porque não trazíamos mais artilharia que um só falcão e um berço, e as armas que Jorge de Albuquerque trazia para si e para seus criados, determinaram de defender e entregar aos franceses (BRITO, 1736 p. 14 e 15).

Temos a descrição neste trecho da narrativa sobre o ponto da cultura marítima em relação ao despreparo das embarcações do século XVI, segundo alguns historiadores do período das grandes navegações portuguesas. As embarcações marítimas portuguesas neste período navegavam pelos mares com pouco recursos de defesa, porém estavam preocupadas, e ou direcionadas, somente a transladar pessoas e mercadorias. Este fator iria modificar mais tarde na história das navegações dos descobrimentos. O século XVI funcionou como um verdadeiro laboratório para as ações posteriores da navegação lusitana.

A situação-naufrágio se inicia com os ataques do corsário francês contra a embarcação portuguesa. Segundo o relato, apesar de os portugueses não estarem preparados para uma batalha em alto mar, houve uma resistência por parte de Jorge de Albuquerque que é dada como um feito de honra e coragem. “Não achou Jorge de Albuquerque quem o quisesse ajudar a defender a Nau, mais que sete homens que para isso se lhe oferecessem” (BRITO, 1735, p. 16). Apesar do número ser extremamente pequeno em relação aos franceses, os portugueses lutaram até quando puderam resistir às investidas dos inimigos. Segundo o relato,

Durou esta briga perto de três dias, sem neles ousarem os franceses a nos abalroarem, pela brava resistência que achavam na Nau, posto que os que pelejavam eram poucos e a Nau não trazia mais que um berço, um falcão que Jorge de Albuquerque carregava e bornbeava, lhe punha fogo, pois na Nau não vinha bombardeiro, nem quem o soubesse fazer melhor que ele (BRITO, 1736, p. 20).

Após este conflito que durara 03 dias intensos de batalha, os franceses, enfim, conseguiram adentrar na embarcação portuguesa. Vendo toda a situação em que se encontravam os bravos e resistentes portugueses, havia certo espanto

nas palavras do capitão francês na narrativa. Não há nenhuma menção aos nomes dos tripulantes franceses. Há um diálogo entre Jorge de Albuquerque e o capitão francês que mostra a consciência errante do capitão português em querer defender uma embarcação despreparada para a guerra. Nas entrelinhas deste diálogo fica certo que mesmo em péssimas condições de defesa e ataque quem se atrevia a cruzar os mares tinha que possuir além dos conhecimentos técnicos e marítimos bons antecedentes perante a Deus e seus dogmas. Jorge de Albuquerque reconhece a todo instante no diálogo, embora sua coragem e determinação em não se entregar e nem se render, sua fraqueza como pecador diante da culpa daqueles infortúnios vivia em alto mar:

E chegando-se o capitão francês para Jorge de Albuquerque com rosto coberto e melancólico, lhe disse: Que coração tão temerário és o seu, que quiseste provar a defender esta Nau com tão poucos petrechos de guerra, contra nossa tão armada e que traz setenta arcabuzeiros? Ao que ele respondeu com uma segurança muito grande: Nisso podes ver quão mofino fui em me embarcar em Nau tão despercebida, que se viera concertada e aparelhada como cumpria, ou que trouxera o que a tua traz de sobejo, bem creio que tivéramos tu e eu diferentíssimos estados dos em que estamos: mas a meus pecados ponho a culpa, pois eles permitiu nosso Senhor que me embarcasse em Nau tão despercebida e desarmada como esta que vês, para me poder como me meto. Que se viera concertada e aparelhada como cumpria, ou que trouxera o que a tua traz de sobejo, bem creio que tivéssemos tu e eu diferentíssimos estados dos que em que estamos: mas aos meus pecados ponho a culpa, pois por eles permitiu Nosso Senhor que me embarcasse em Nau tão despercebida e desarmada como esta que vês, para me poder ver como me vejo; e também podes agradecer a boa ventura, que contra mim tivesse, à treidoice de meus companheiros, piloto, mestre e marinheiros, que contra mim foram, que se lhes me ajudaram como estes soldados amigos, e bom companheiros que me ajudaram, nem tu estivesse nesta Nau como vencedor, nem eu como vencido. Vendo o capitão francês a muita segurança e confiança com que Jorge de Albuquerque falava lhe disse: Não me espanta teu esforço, que isso tem todo o bom Soldado, mas espantame queres defender uma Nau tão despercebida, como esta, com tão poucos aparelhos, e menos companheiros; mas não te desconsolés, que isto é fortuna de guerra, que favorece hoje a uns e amanhã a outros; e porquão bom soldado, que es, eu te farei muito boa companhia e aos que te ajudaram a pelejar, que tudo isto se deve a quem faz o que deve, e cumpre a obrigação da sua pessoa (BRITO, 1736, pp. 20-22).

Com a presença dos franceses na Nau Santo Antônio, a narrativa aborda um ponto-chave de uma convivência de intolerância religiosa que expandia o espaço-tempo em que os tripulantes se encontravam: a forte presença dos costumes católicos dos portugueses em contraste aos costumes luteranos dos franceses. Há um fato na narrativa que fica bem clara a polarização da fé entre as duas correntes ideológicas. No momento da refeição os franceses faziam questão

que Jorge de Albuquerque se sentasse na cabeceira da mesa. Mesmo sendo prisioneiro havia um respeito pela posição do inimigo:

E pedindo lhe um dia que benzesse a mesa ao costume dos portugueses, ele o fez, fazendo o sinal da cruz, sobre o que estava na mesa. Alguns dos franceses que lá estavam o reeprnderam por fazer o sinal da cruz: ao que ele respondeu, que com aquele sinal da cruz se havia de abraçar em quanto vivesse, e nele se esperava de se salvar de todos os seus inimigos, e com ele se havia de se armar, não uma, mas muitas vezes. E benzendo-se outra vez, arremeteram com muita melancolia contra ele, e se não fora o capitão, e outros dois franceses nobres, que com ele estavam, correria muito risco matarem-no, ou botarem-no ao mar. Entendendo Jorge de Albuquerque que eram luteranos, pediu ao capitão licença para não ir comer mais com eles, e poder comer em sua câmara o que lhe dessem. E posto que Capitão mostrou agravar-se disso, todavia lhe deu a licença que lhe pedia, e vinha ele algumas vezes comer com Jorge de Albuquerque. Neste tempo começaram os franceses a publicar-se por luteranos tomando todas as contas e livros de rezar, que acharam os nossos, e botando-os ao mar: e desejando sobre isso tratar mal aos nossos, o não fizeram por intercessão de um português que com eles vinha, conhecido de Jorge de Albuquerque, e que fizera já com ele uma viagem, e por meio deste não fomos tão avexados dos franceses como se entendeu neles que o queriam fazer. Vendo Jorge de Albuquerque, que os franceses (BRITO, 1736, pp. 23-24).

Este conflito entre ambos os costumes religiosos era uma máxima que se estendia ao espaço daquela embarcação. No século XVI, a religiosidade custava vidas e promovia perseguições contra os que se atreviam a pensar ou agir de forma diferente, segundo os preceitos de quem comandava. Neste caso, não vemos a superioridade dos católicos, visto que estavam como prisioneiros, porém a ótica não era distinta quando se invertia os dominados e os dominantes. Segundo Carvalho (1996, p. 32), quando se refere a estas narrativas que estamos analisando “as significações simbólicas de origem metafísica são uma constante dos textos”. Apresentam-se na retórica dos narradores os sentidos da crença, em primeiro lugar, a Fé católica em Deus Salvador, como consequência a convicção de tutela oferecida pelo bem da Providência Divina.

Como segunda parte da Situação Naufrágio após o conflito entre os portugueses e o corsário francês surge a Tempestade. Esta ocorrência natural era um dos temores que todo navegador e sua tripulação evitavam enfrentar naqueles tempos e as embarcações, muitas das vezes não estavam preparadas para resistir à fúria do mau tempo em alto mar. Neste caso, relatado na obra em que estamos analisando, a Nau Santo Antônio, devido às ocorrências anteriores, se

encontrava em mau estado e, apesar de todos os esforços de sua tripulação, uma tempestade poderia decretar o fim daquela infortuna viagem.

Segundo o relato, “Estando ambas estas Naus na altura que tenho dito, em uma quarta feira doze de setembro lhes sobreveio a maior, e mais estranha e diabólica tormenta de vento sudeste, que até hoje se viu.” (BRITO, 1736, pp. 20-21). A chegada da Tempestade fez com que as duas embarcações, a portuguesa e o corsário francês, se distanciassem uma da outra. Ficaram na nau portuguesa 17 homens pertencentes ao corsário francês. Surge então, como uma espécie de força onipresente, a retórica do narrador em relatar todo o sofrimento e perdição daqueles que lá estavam à beira da morte.

Destaca-se aí alguns fatos importantes da narrativa: a Nau Santo Antônio cada vez menos propicia para uma viagem, as primeiras mortes dos tripulantes, o prenuncio da morte coletiva, as confissões junto ao Padre Álvaro de Lucena, pertencente à Companhia de Jesus e a presença e postura do Capitão Jorge de Albuquerque para apaziguar toda a trágica situação que a tripulação enfrentava.

Todo o discurso de Jorge de Albuquerque baseia-se nos princípios cristãos e religiosos, desta maneira o protagonista se consagra cada vez mais como uma espécie de representação do divino e misericordioso ser, presente naquele espaço trágico:

De muitos maiores trabalhos (companheiros e amigos meus) fomos merecedores os que aqui estamos. Dos em que nos vemos, porque se segundo nossas culpas houvésemos de ser castigados, já o mar nos tivera comido. Mas confiemos todos na misericórdia daquele Senhor cuja a piedade é infinita, que por quem sua fé se compadecerá de nós, e nos livrará deste trabalho. Ajudem nos das armas necessárias para este lugar, que são arrependimentos de coração das culpas passadas, protestando de não cair em outra, e com isto e fé, e esperança na bondade de quem nos criou, e remiu com seu preciosos sangue, que usara conosco de sua misericórdia é: lembre nos que nunca ninguém pediu a Deus misericórdia com pureza de coração, que lhe fosse negada: por tanto todos lhe pedimos e façamos de nossa parte o remédio possível, huns dando a bomba, outros esgotando a agua que está no convés, e debaixo da ponte, e em quanto temos a vida trabalhemos por conservar, que nosso Senhor suprirá por sua grande misericórdia e bondade a falta de nossas mãos. E quando ele outra coisa dispuser de nós, cada um o tome com paciência, pois ele só sabe o que nos é melhor (BRITO, 1736, pp. 29-30).

e,

Amigos e irmãos meus, muita razão tendes para sentir e temer muito o trabalho e perigo em que todos estamos, pois vedes, que os remédios humanos não podem valer: mais isso é o que nos há de dar muito mais motivo a confiardes na misericórdia de Nosso Senhor, com que ele costuma socorrer aos que de todos desconfiam de outro remédio

humano: por tanto vos rogo muito a todos, que confiando nele, como devemos a cristãos que fomos, lhe pedimos que da tua mão nos de ajuda, pois de toda outra estamos desamparados. De mim vos afirmo, que espero na sua bondade, que nos ha de livrar do perigo em que estamos, e que me hei de ver em terra ainda aonde ei de contar isto muitas vezes, para que o mundo saiba a misericórdia, que Nosso Senhor usou conosco (BRITO, 1736, p. 32).

Após três dias de tormenta começam os reparos estruturais da Nau Santo Antônio. Neste ponto o discurso narrativo apresenta traços técnicos pertencentes à marinharia daquele período, porém, com estas estratégias, com a intenção de salvar a embarcação e, conseqüentemente, a tripulação portuguesa, não havia eficácia para voltarem a marear com excelência. Em verdade, estes reparos funcionavam como emergência ao estado em que a embarcação se encontrava. Segundo o narrador: “Estando tudo isto aparelhado, por a Nau ser grande, e a vela muito pequena, parecia escarneo quereremos navegar com ela (BRITO, 1736, p.35).

Outro fato durante a Situação Naufrágio é a volta da Nau francesa, dos corsários, que também estava muito prejudicada pelo mau tempo em que ambas haviam passado. Após o reencontro, os franceses, vendo todo o esforço de Jorge de Albuquerque e também a preservação da vida dos franceses que estavam na nau portuguesa, fizeram-lhe, os franceses, uma proposta ao capitão português: “(...) lhe disseram, que se quisesse ir com eles, que os levariam de muito boa vontade, a ele, e a três pessoas que nomeasse, e que o lançariam na primeira terra que tomassem, se nela quisesse ficar” (BRITO, 1736, p. 36). Como sempre, o narrador aponta os valores e a honra do capitão português perante a sua tripulação, a resposta de forma direta é a recusa à proposta feita pelos franceses naquela altura catastrófica da viagem. A recusa desta oferta agrava ainda mais a situação, o narrador utiliza do preceito da religiosidade para justificar a atitude do capitão português: “O que Jorge de Albuquerque não quis aceitar, dizendo que já que assim era, antes queria passar trabalhos entre os seus companheiros Cristãos, que escapar deles em companhia de Luteranos inimigos de Deus, e hereges.” (BRITO, 1736, p. 36).

Embora houvesse insultos marcados pela forte intolerância que acontecia não somente naquele espaço de encontro da narrativa, mas em toda a Europa do século XVI, há exceções. O sinal de que apesar de toda desumanização que

ocorrera entre portugueses e franceses, o narrador cita um pequeno trecho em que existe uma comunhão, preservação da vida, entre os povos que lá estavam:

Alguns dos franceses mais humanos, enquanto outros faziam o que tenho dito, andavam curando os nossos doentes, de que havia muitos, do trabalho passado, e lhes davam de comer, o que os nossos faziam com sobeja e alegria, por haver muitos dias que não comiam, e estavam fraco, pela continuação do trabalho da tormenta (BRITO, 1736, p. 37).

A disputa entre os interesses materiais que havia nas viagens por ora eram deixados de lado e sobressaía o ato de solidariedade entre aqueles navegantes. Em seguida a estas descrições, voltaram à realidade trágica e os franceses decidem roubar o pouco do que restava aos portugueses e os abandonam literalmente à deriva.

A partir deste momento, a narrativa começa a entrar em um declínio que supera as resistências humanas. Cenas que ultrapassam o olhar e a natureza do homem, são onde se encontram no relato as duas Situações – Naufrágios que encerram nossa discussão, a nau à deriva e a falta de mantimentos para a continuação da viagem.

Com a nau à deriva os portugueses se desesperam e cada vez mais a importância do personagem central da história se evidencia. Jorge de Albuquerque assume a responsabilidade total dos atos coletivos na viagem, vendo a situação desesperadora em que se encontrava grande parte dos tripulantes. O capitão português aconselhava os tripulantes para não perder a esperança, reparava e consertava com suas próprias mãos a embarcação. Como forma de exaltar a misericórdia divina utilizava do recurso religioso para convencer a tripulação. Em um trecho o narrador descreve uma cena relacionada a um milagre que ocorreu na viagem pela ação de Jorge de Albuquerque:

O dia que nos deu a tormenta, mandou Jorge de Albuquerque por conselho de alguns companheiros lançar no mar uma cruz de ouro, em que trazia uma partícula do Santo Lenho da Vera Cruz, e outras muitas relíquias, amarrando a dita Cruz com um cordão de retroz verde a uma corda muito forte, com um prego grande por chumbada, e o cabo e ponta desta corda ataram a popa da Nau, e depois de passar a tormenta lembrou-se Jorge de Albuquerque do seu relicário, e chegou a popa da Nau a ver se via a corda em que amarrava a Cruz de ouro, e vendo a estar embrulhada em uns pregos, rogou e pediu muito a Afonso Luiz Piloto, que vinha por passageiro, que se quisesse embalesar em uma corda, e fosse desembaraçar aquela em que estava atado o relicário. E Afonso Luiz o fez assim; e tendo desembaraçada a corda, disse, que olhassem por ela os de cima, e alando por ela um homem por nome de Daniel Damil, acabando de recolher a corda toda dentro da Nau caiu a Cruz na cuberta da tolda toda desamarrada e solta, envlta um pequeno

de algodão. Vendo todos este milagre, ficaram espantados , e deram muitas graças ao Senhor por nos consolar e esforçar com um milagre tamanho, no qual parece que nos queria mostrar, que nos havia de livrar milagrosamente de tamanho naufrágio, assim como livrara de tamanha tormenta aquela Cruz de relíquias (BRITO, 1735, p. 39 e 40).

Apesar do mal-estar em que se encontrava na viagem Jorge de Albuquerque estava sempre ativo mesmo com pouquíssimos recursos. Os instrumentos de navegação, por exemplo, não existiam e os que os franceses não levaram estavam estragados. Tudo isso acontecendo e cada dia o encontro com a morte era uma constante na vida daqueles marinheiros perdidos no mar. Segundo a narrativa, os marinheiros “caiam no convés sem terem vida nos olhos, com pura fome, e muito trabalho” (BRITO, 1736, p. 42). Estas cenas cada vez mais frequentes não abalavam a estrutura do personagem ou da figura de Jorge de Albuquerque, que seguia com um propósito de vida até aquele momento em tirar e salvar a todos daquela catástrofe.

Um dos pontos fortes deste relato é uma ação de salvamento que exigia esforço sobre humano de um dos tripulantes daquela infortuna viagem. Neste trecho temos a apresentação de um dos poucos personagens sem ser o capitão Jorge de Albuquerque:

Continuando todos este trabalho rogou Jorge de Albuquerque a um Marinheiro, grande mergulhador, por nome Domingos da Guarda, que se lançasse ao mar, e visse se podia de mergulho tomar parte da muita agua que fazia a Nau, visto não se poder tomar por dentro, por ser muito embaixo nas picas de proa e popa, e termos já cortado muitos liames de pica e proa para a podermos tomar: e lhe prometeu, que se tomasse a principal agua, além de nos salvar sua vida, e a de todos seus companheiros, ele lhe pagaria muito bem. Foi coisa espantosa, e muito para louvar Nosso Senhor, porque neste dia, que era vinte e três do mês de setembro, esteve o mar tão manso como se fora rio. E em se querendo o Marinheiro lançar ao mar, nos puzemos todos os da Nau de Joelho pedindo misericórdia e ajuda a Nosso Senhor, que nos livrasse daquele trabalho em que nos víamos, como era hirmonos ao fundo, com darmosá bomba de noite e de dia. Permitiu Nosso Senhor, pra que ele se apiedasse de nós, e ouvisse-nos, porque de três vezes que o Marinheiro mergulhou, tomou a maior parte da água que a Nau fazia, coisa com que grandemente nos alegramos e consolamos, por vermos que poderíamos ter mais algum descanso do trabalho de dar a bomba. O Marinheiro veio muito contente arriba, e de todos foi abraçado com muita alegria por ver quão bem o fizera: e Jorge de Albuquerque lhe cumpriu muito bem o que lhe promete, com lhe dar coisas com que ele ficou muito satisfeito (BRITO, 1736, pp.42-43).

Com esta tentativa de salvar a Nau é finalizada a terceira parte da Situação Naufrágio e dá-se início à última parte e talvez a mais trágica de todas. Apesar dos esforços de Jorge de Albuquerque em manter ativa a tripulação da Nau Santo

Antônio, o fim para todos que lá estavam parecia se confirmar a cada segundo. A começar pela falta de mantimentos que era coisa pouca desde a saída e alboroamento do corsário francês. Logo, “o mantimento por ser pouco se nos gastou em poucos dias pela gente ser muita, por mais regra que nele se pôs” (BRITO, 1736, p.43). Não havia como controlar uma multidão sedenta por necessidades básicas, por exemplo, como a água, e coube mais uma vez a ação do personagem central da história, o capitão Jorge de Albuquerque, de utilizar princípios religiosos e passagens bíblicas para acalmar a situação trágica eminente: “E já não tinha com que os consolar, senão com lhe trazer à memória a Sagrada Morte e Payxão de Nosso Senhor Jesus Cristo, e o muito que por nós padeceu.” (BRITO, 1736, p. 44), ou então:

Como se saíra de alguma festa e começou a chamar a todos cada um por seu nome, e tirando de um livro de rezar seu, que ele escondera do franceses, duas folhas, em uma delas estava Nosso Senhor Jesus Cristo Crucificado, e em outra a Imagem de Nossa Senhora, as quais pôs pregadas ao pé do mastro, que todos vissem, e chamando –os a todos lhes disse em alta voz: Ora meus companheiros, não haja quem enfraqueça, nem desmaie, ponhemos os olhos naquelas Imagens, com cuja a vista nos podemos alegrar e consolar, conhecendo que quem tanto padeceu por nós, pois é todo misericordioso, e piedosíssimo, nos salvará deste temeroso perigo, e nos levará a salvamento, e mais tendo nos por advogada, e intercessora a Sacratíssima Virgem Maria Nossa Senhora Rainha dos Anjos, por cuja intercessão, rogos, e merecimentos eu espero e confio, que nos havemos de ver fora, de tamanho perigo: e tornovos a dizer, que não havemos de ir a qualquer terra, senão que pela intercessão da Virgem Nossa Senhora havemos de ir ter a Lisboa, para que nossa chegada em salvo faça notórios os milagres que por nos obrou (BRITO, 1736, pp.49-51).

Toda a potência religiosa utilizada no discurso de Jorge de Albuquerque não foi capaz de frear a natureza humana em relação ao estado lastimoso em que encontrava a tripulação. E em determinados momentos o próprio capitão fraquejava diante da situação em que se encontravam:

Amigos, e irmãos meus, cada um de vós tem entendido o miserável estado em que estamos, e quão alheios estamos de remédio humano, pois a Nau em que navegamos não tem velas, nem mastros, nem leme, nem enxarcea, nem nenhum aparelho dos que para a navegação havemos primeiro: além disto, não sabemos onde estamos, nem para onde caminhamos, porque de nenhuma coiza destas temos certeza: e o peor de tudo é, que não temos em toda Nau coisa com que nos possamos sustentar, pois os mantimentos acabou (BRITO, 1736, pp.45-46).

Com o fim dos mantimentos, a vida se acabava aos poucos na Nau, “Aos vinte e sete deste mesmo mês, que foi dia de São Cosme e São Damião,

começamos a lançar ao mar algumas pessoas que nos morreram de fraqueza, e com pura fome, e trabalhos.” (BRITO, 1736, p. 52). Os marinheiros que ficavam cada vez mais necessitados chegaram a fazer um pedido ao capitão que ultrapassava os limites da resistência humana:

Alguns dos nossos companheiros se foram a Jorge de Albuquerque, e lhe disseram: Que bem via os que morriam e acabavam de pura fome, e os que estavam vivos, não tinham coisa de que se sustentar; e pois assim era, lhes desse licença para comerem os que morriam, pois eles vivos não tinham outra coisa do que se manter (BRITO, 1736, p.52).

Fome, sede, enfermidades, destruição psíquica e moral era a reação da natureza humana diante daquela situação que os navegantes se encontravam. Jorge de Albuquerque, contrário a todas as ações em detrimento da moral e ética cristã, em seus períodos de lucidez discursava para os seus companheiros não perderem a fé na graça e misericórdia divina que somente ela poderia os salvar daquela situação.

Em um dos momentos de fraqueza e debilidade do Capitão frente a toda situação que se encontravam, coube a ele fazer uma declaração por escrito e colocar em um barril. Este documento dentro do barril fora jogado ao mar para caso aquela viagem terminasse no naufrágio em alto mar as pessoas pudessem saber como foi à luta e resistência de toda a tripulação antes de naufragarem. Neste trecho, é apresentado um documento que foi criado dentro da narrativa; a declaração não é apresentada e nem registrada no texto, mas mostra a consciência do personagem em registrar toda aquela situação em que passavam os tripulantes da Nau Santo Antônio.

A última Situação Naufrágio finaliza com esta incerteza do que ocorrerá adiante; tudo aparece estar fadado ao fracasso e a morte de todos que na Nau estavam. Apesar de todos os esforços realizados pelo capitão Jorge de Albuquerque para tentar manter a ordem naquele espaço em pleno mar, a falta das necessidades básicas comprometia qualquer posição hierárquica que existia naquele momento.

4.4 A Chegada - Salvamento

Nossa última parte da análise da narrativa em questão é justamente a finalização da obra, quando por fim, depois de inúmeros insucessos em alto mar,

a tripulação consegue chegar a salvo na costa portuguesa. Contudo, para realizar este feito há uma série de acontecimentos que serão relatados neste trabalho.

Em primeiro lugar, é importante mencionar que a Nau Santo Antônio, no momento final da viagem, estava em uma situação catastrófica, com a viagem a deriva por 22 dias e seus tripulantes sem consumir água por 17 dias. Com a baixa da situação em que se encontravam ocorreram de avistar outras embarcações, porém não conseguiram sucesso em nenhuma das três primeiras tentativas.

Aos vinte e nove de setembro dia do Anjo São Miguel, pela manhã tivemos vista de uma Nau, a qual campearos e fazíamos como desejosos de remédio para nos salvar, por vir muito perto de nós; mas tiveram tão pouca caridade quem quer que eram, que nos não quiseram acudir, vendonos em um pedaço de Nau, da maneira que vínhamos.

(...)

Neste comenos tivemos vista de muitas velas, as quais campearos, e o bem era, que quanto mais lhes campeávamos, mais se desviavam de nos; e alguns dos nossos cuidavam, que haviam medo de nossa Nau, por lhes parecer fantasma, porque nunca se viu no mar coisa tão dessemelhada para navegar, como o pedaço da Nau em que vínhamos.

(...)

Ao outro dia três de Outubro, véspera do Bemaventurado São Francisco, amanhecemos muito perto da Roca, e da Rocha, e indo já quase a Nau para dar a Costa, passou por nós uma Caravlea, que ia para a Pederneira, e pedindo-lhes nos outros, que honra da Morte e Paixão de Nosso Senhor nos quisessem socorrer, dando-lhes conta de todos nossos trabalhos, e que além de fazerem serviço a Nosso Senhor, lhe pagaríamos muito bem, que nos tomassem consigo para nos porem onde quisessem, pois estava em sua mão salvarnos: e pedindo-lhe isto com a instância, que nossa necessidade requeria, nos responderam: Que Jesus Cristo nos valesse, que eles não podiam perder tempo de viagem; e se foram sem nenhuma piedade de nós outros (BRITO, 1736, pp. 55-57).

E nesta situação perduravam entre a vida e a morte. Nestes momentos fazemos uma breve consideração na ação dos franceses, do corsário, e das embarcações portuguesas, próximo à costa lusitana. Há um espírito de respeito e solidariedade muito maior entre os inimigos franceses do que estas embarcações que os portugueses encontraram próximo à costa portuguesa. Vendo em tão lastimoso estado a Nau e seus tripulantes, nenhuma das três embarcações sequer cederam ajuda ou qualquer tipo de resgate aos tripulantes daquela tão malsucedida viagem organizada por Jorge de Albuquerque.

O fio de esperança se renovou para os tripulantes da Nau Santo Antônio quando “Milagrosamente uma terça feira, sem o cuidarmos, nos achamos entre as Barlengas e a Roca de Cintra, defronte de Nossa Senhora da Pena” (BRITO, 1736, pp. 55-56). A aproximação com a terra fez com que a chama da vida

daqueles miseráveis que lá estavam pudessem acender novamente, porém a realização da chegada não era possível sozinho, visto que a Nau que eles estavam se encontrava sem condição nenhuma de manobrar e, neste caso, o desespero e sofrimento eram ainda maiores.

Por fim, uma pequena barca que passavam por eles vendo tamanho desespero dos tripulantes que lá estavam, resolveu acudir-los:

Nos socorreu a misericórdia Divina com uma barca pequena, que ia para Atouguia, a qual vendo a começamos a capear, e abradar postos de joelhos, gritando e pedindo parte de Jesus Cristo nos valesse: e estando a barca de nós um tiro de berço, nos acudiu com muita pressa, como próximos, e Cristãos (BRITO, 1735, pp 57-58).

Os responsáveis pela barca são citados pelo narrador “Rodrigo Alvares da Atouguia, Mestre e Senhorio dela, e Francisco Gonçalves de Aveiro, e João Rodrigues da Atouguia, e um moço filho do mesmo Francisco Gonçalves” (BRITO, 1736, p. 59). Segundo o narrador, a glória do salvamento não se estende a esta embarcação e seus tripulantes, mas sim ao fato de que a fé e misericórdia divina eram os responsáveis pelo feito. Mais uma vez temos a certeza de que esta narrativa é concretamente um auto de fé com a intenção clara e ideológica da religião católica ao qual foi dedicada toda obra.

Após todo este período em luta constante pela sobrevivência, os tripulantes começaram a ser deslocados em pequenas barcas para a costa portuguesa. O local mencionado é Cascaes, local em que muitos desembarcaram e outros foram desembarcar no outro ponto, Belém. O narrador menciona na obra que “Uns e outros logo dali começaram a cumprir suas Romarias que traziam prometidas, dando muitas graças a Nosso Senhor pelas grandes e misericórdias mercês que conosco usara” (BRITO, 1736, p.59).

Outro ponto de ascensão moral religiosa retratada no relato é que quando a Nau chega à costa portuguesa, o Cardeal e então rei, Infante Dom Henrique, exhibe a Nau destroçada defronte da Igreja de São Paulo. O narrador menciona que a intenção desta ação, por parte do monarca, era para que aquele símbolo, a Nau destruída, fosse como um alento aos que estavam nela e conseguiram se salvar muito mais pela fé divina do que por qualquer outro motivo.

Por fim, a narrativa é finalizada com a chegada, mesmo com as péssimas condições da Nau Santo Antônio à costa portuguesa. Jorge de Albuquerque, retratado como um mártir e exemplo moral, cristão e cumpridor das regras da

monarquia portuguesa, chegava a seu destino sem sequer ser reconhecido por seu parente. Dom Jeronimo, seu primo, sabia do retorno de Jorge às terras portuguesas. De acordo com o relato, os dois se aproximaram para uma conversa e Jorge de Albuquerque disse: “Se virdes Jorge de Albuquerque , conhece-lo-heis? Disse ele que sim. Pois eu sou Jorge de Albuquerque, e vós sois meu primo D. Jeronimo filho de Dona Izabel de Albuquerque minha tia; aqui podeis ver e julgar o trabalho que passei.” (BRITO, 1736, pp. 62-63). Dom Jeronimo não queria acreditar naquilo que estava vendo, pois a figura de seu primo era tenebrosa, irreconhecível, sendo necessário, para o reconhecimento entre ambos, Jorge de Albuquerque “mostrar lhe sinais na pessoa” (BRITO, 1736, p. 63), cicatrizes e marcas para que os dois pudessem se abraçar e se reconhecerem, apesar de toda mudança física causada pela difícil missão da Nau Santo Antônio em chegar à costa.

Como última inserção junto ao texto, segue abaixo a transcrição do momento em que o narrador expõe os motivos de ter escrito a obra. Segundo ele:

Moveu me escrever este discurso de nosso naufrágio querer eu soubesse toda a gente os trabalhos que nas navegações se passam, e quão forte fraqueza é esta de nosso corpo, a qual fé se lhe representassem para passar os trabalhos com o que pode, cuido por certo que desmaiaria de os ouvir: e mais para que todos vejam claro com quanta razão devemos todos esperar, e confiar na misericórdia do Senhor, a qual não desampara ninguém em trabalhos, por grandes que sejam, se a buscarmos com pureza de coração, com que é necessário aparelharmo-nos para a recebermos: e para que se saibam as grandezas da misericórdia de Nosso Senhor, e a maravilhas que usa com os pecadores, que na sua bondade e misericórdia confiam, me pus a escrever este compendio de trabalhos, que servirão de espelho e aviso, e consolação para os que se virem em quaisquer outros semelhantes a este, saberem ter grande fé, e confiança na misericórdia de Nosso Senhor os livrar e salvar, assim como fez a nós. E por tudo seja o Senhor sempre bendito e louvado (BRITO, 1736, pp. 60-61).

Tais motivos vêm a comprovar o que foi relatado no decorrer da análise. Esta narrativa está muito mais para um auto de fé, uma manifestação de exaltação a religiosidade daquele contexto histórico de Portugal nos fins do século XVI, do que por qualquer outro motivo. É certo que detalhes como a retirada dos índios que tentavam invadir a capitania, as riquezas materiais que foram perdidas na viagem, a busca e domínio pelos mares entre portugueses e franceses, ou até o modelo de viagem a não ser seguidos pelas empreitadas daquele período devem ser consideradas como fomento da História Naval portuguesa do século XVI. Mas, o que se destaca de fato na narrativa é o apreço pela moral cristã e o

respeito pelo signo da misericórdia divina. Em resumo, a obra em si é um auto de fé.

5 O INSUCESSO NA HISTÓRIA DOS DESCOBRIMENTOS COMO OBJETO DE APRENDIZAGEM

O capítulo a seguir tem como propósito a construção de um objeto de aprendizagem, apoiado às teorias e práticas educacionais, em conjunto com a utilização de tecnologias aliadas ao ensino e aprendizagem no ensino de História.

Como início da discussão o texto apresenta caminhos percorridos para uma concepção de ensino e aprendizagem eficiente, segundo pesquisadores da área. Em continuidade, por uma exitosa prática educativa aliada as novas tecnologias, demonstramos como o processo à democratização escolar deve estar também como pilar da base para a busca por resultados satisfatórios no sistema educacional.

Como parte final do capítulo, serão apresentadas as sequências de utilização do Objeto de Aprendizagem como recurso tecnológico para ser aplicado em sala de aula.

5.1 O Ensino e aprendizagem

A reflexão sobre ensino e aprendizagem na educação contemporânea possibilita o debate amplo aos agentes envolvidos nestes estudos, devido às mudanças no âmbito social e cultural que ocorrem cotidianamente. Kant (2006, p. 27), cita que “o importante é que o aluno pense: não é suficiente treinar as crianças; urge que, aprendam a pensar”. Refletir neste caminho sobre a educação favorece ao crescimento da natureza humana e a prática educativa tem como principal objetivo despertar o caráter crítico e autônomo do aluno e, a educação não deve ser entendida como um sistema fixo, formal ou sistemático.

O tema educação necessita da compreensão de seus processos que funcionam como bases para uma prática educativa eficaz. Em primeiro lugar deve-se refletir sobre as problematizações que se encontram no ensino e na aprendizagem. Segundo Onrubia (2009), a excelência da educação pressupõe que a atuação externa, caracterizada pelo ensino, deve ser pautada pela concepção construtivista como ajuda ao processo de aprendizagem, sendo a ponte entre o ensino e a aprendizagem separando-as, porém, uma sempre relacionada ao resultado significativo da outra. Sobre as problematizações entre o ensino e aprendizagem, Zabala (1998) cita que o ensino deve ajudar a

estabelecer os vínculos essenciais e não arbitrários sobre os novos conteúdos e conhecimentos prévios, independente da situação em que ocorrem os processos. Sobre o construtivismo ele cita que,

Na concepção construtivista, o papel ativo e protagonista do aluno não se contrapõe a necessidade de um papel igualmente ativo por parte do educador. É ele quem dispõe as condições para que a construção que o aluno faz seja mais ampla ou mais restrita, se oriente num sentido ou noutro, através da observação dos alunos, da ajuda que lhes proporciona para que utilize seus conhecimentos prévios, da apresentação que faz dos conteúdos, mostrando seus elementos essenciais, relacionando-os com o que os alunos sabem e vivem, proporcionando-lhes experiências para que possam explorá-los, compará-los, analisa-los, em situações diversas, avaliando a situação em seu conjunto e reconduzindo-a quando necessário (ZABALA, 1998, p. 38).

Sendo assim é necessário o equilíbrio na relação ensino/aprendizagem, as estratégias metodológicas devem estar inseridas em ambas às partes. Como peças-chaves de um quebra-cabeça de forma que os objetivos educacionais possam ser alcançados pelo coletivo. No processo educacional tradicional, os conteúdos são repassados de forma vertical. Esta forma, em grande parte das ações educativas, trava o processo construtivo do ensino impedindo a criação do vínculo entre professor-aluno e das ações concretas do ensino e aprendizagem.

Em ações relacionadas à educação tradicional, o professor se limita a ser um ente submisso ao conteúdo, com a função catedrática de repassar os tópicos mais importantes da disciplina e corrigir as deficiências dos alunos de maneira antidemocrática. Esta reflexão entre professores e alunos alimenta o debate da não democratização escolar, ação que impede a concretização sobre a prática de ensino construtivista com isso resulta em perdas no contexto educacional. Segundo Luckesi (1994, pp. 122-123), existem três elementos básicos que favorecem diretamente a evolução do educando e possibilita a efetiva democratização escolar, “o acesso universal do ensino, a permanência na escola e a qualidade satisfatória de instrução”. Estes três elementos básicos são indissociáveis, pois os mesmos são os que demonstram verdadeiramente o papel ativo da educação quando bem estruturada. Conforme menciona o autor,

Nem todas as crianças, jovens e adultos deste país têm acesso ao ensino; muitíssimos daqueles que conseguem ingressar na escola, nela não permanecem; e, mais, aqueles que ali permanecem nem sempre obtêm uma instrução e um ensino de qualidade (LUCKESI 1994, p. 123).

Estes elementos básicos fragilizados promovem uma quebra estrutural na base educacional e reflexões devem ser priorizadas. Freire (1977) menciona em seus textos a presença massiva da educação voltada e conduzida por uma classe opressora, enquanto os oprimidos ficam expostos a uma educação “secundária”, de baixa qualidade. Luckesi (1994) utiliza os preceitos da educação elaborada por “dominantes e dominados”, em que os dominantes têm acesso aos elementos básicos para exercerem de fato suas posições de liderança na sociedade e, por outro lado, os dominados devem servir aos dominantes e sujeitar aos níveis de instrução preestabelecidos pelo sistema educacional. Esta divisão de classes na educação não permite a prática educativa efetiva e democrática, mais do que isso, estratégias propostas em ambiente escolar devem auxiliar o vínculo social e afetivo de todos. O protagonismo independente da posição social deve ser compartilhado, inclusive entre professores e alunos, pois desta forma as deficiências e dificuldades encontradas no âmbito educacional poderão ser solucionadas em conjunto como proposta reflexiva de ensino e aprendizagem.

5.2 A busca pela prática educativa democrática

Para melhoria ou a busca da educação democrática é necessário à participação de todos (as), deve existir um alinhamento entre as suas ações práticas e teóricas. Em consonância com as mudanças que acontecem na educação, percebemos o quanto é vigente a velha dicotomia entre teoria e prática, que às vezes aproxima e às vezes distancia dos resultados satisfatórios, mas que é algo latente nas discussões e servem de alicerce para as reflexões dos professores no cotidiano escolar. Lira e Sarmiento (2016, p. 442), citam que “os conhecimentos teóricos e práticos são válidos e igualmente importantes para apropriação de um saber sólido e eficaz, capaz de mobilizar uma transformação intelectual e social”. Neste processo é de grande importância também que o docente conheça socialmente e afetivamente seu público alvo, para que possa inserir seus conhecimentos teóricos e práticos alcançando os resultados esperados. De acordo com os estudos e reflexões sobre a educação, a teoria e a prática devem estar em fusão promovendo de transformações que vão refletir diretamente no ensino e na aprendizagem.

O professor deve ter em mente o comprometimento com sua função, ser curioso, não se entregar a ociosidade, ser de fato professor reflexivo. Segundo Carvalho e David,

Acreditamos que o professor necessita fundamentar sua prática nos saberes da docência, os quais sustentam e possibilitam o desenvolvimento da identidade de um profissional reflexivo, crítico e pesquisador, articulado a contextos mais amplos, considerando o ensino como uma prática social (CARVALHO; DAVI, 2015, p. 157).

As pesquisadoras mencionam como identidade do professor reflexivo, o ser crítico, o ser pesquisador e o pensar o ensino como prática social. Carvalho e David (2015) mencionam que o professor reflexivo deve levar em conta sua trajetória formativa, suas experiências profissionais e pelas diferentes interações vivenciadas em sua prática profissional. Suas práticas pedagógicas possibilitam a construção de destrezas profissionais, de esquemas, de ação e de saberes necessários no cotidiano do seu trabalho. O entendimento deste sujeito reflexivo, para se ter ideia de sua complexidade, favorece o debate e desde de sua formação. Segundo Lira e Sarmento

A formação reflexiva e crítica que o Brasil necessita, na verdade requer tempo e maturação e não pode ser mal apropriada pelos neoliberais que propõem uma formação aligeirada, restringindo o aprimoramento teórico científico". (LIRA; SARMENTO, 2016, p. 443).

Carvalho e David sobre o mesmo assunto citam que,

(...), o professor reflexivo se caracterizaria como um ser humano criativo, capaz de refletir, analisar, questionar sobre sua prática. E ao agir, não seja um mero reproduzidor de ideias e práticas definidas por outros. Consequentemente, espera-se que o professor reflexivo seja capaz de forma autônoma agir com inteligência e flexibilidade (CARVALHO; DAVID, 2015, p.157).

Os estudos propostos sobre a identidade reflexiva do professor não esgotam, o assunto pelo contrário, requer aprofundamento um caminho a ser conquistado. Para Schön (apud LIRA; SARMENTO, 2016, p. 444) é necessária "a reflexão para ação, na ação e sobre a ação". Mendel (apud LIRA; SARMENTO, 2016) divide estas ações em atos.

O pré-ato, visando à condução do processo em relação ao projeto e aos objetivos, o ato saber fazer, que mobiliza as experiências, reproduz os gestos e coloca em ação as estratégias e, por último, o pós-ato que representaria a construção permanente de novas respostas às situações

mais ou menos similares e a incessante avaliação da prática pedagógica (apud LIRA; SARMENTO, 2016 p. 444).

Ações voltadas ao contexto social na escola podem se caracterizar por serem instrumentos didáticos em potencial para a democratização na educação. Esta estratégia deve funcionar de dentro para fora da sala de aula como uma troca experiências. A fim de refletir as estratégias dentro da sala de aula refletiremos nas ponderações elaboradas por Onrubia (2009), sobre a ZPD (Zona de Desenvolvimento Proximal) proposta pelo psicólogo soviético L. S. Vigótsky e os conceitos de ajuda ajustada. Onrubia (2009) foca nas questões psicológicas dos alunos quando corretos e colocados em prática; estas questões proporcionam uma relação de grande afetividade e a coletividade resulta o aprendizado consciente e democrático.

Para que se crie a ZPD o professor deve estar ciente que as ajudas ajustadas podem servir como exemplo funcional com uma turma e o mesmo modelo de ajuda não se realizar em outras. O ensino não pode limitar-se a proporcionar sempre o mesmo tipo de ajudas nem a intervir de maneira homogênea e idêntica em cada um dos casos. A dimensão temporal das situações de ensino e aprendizagem adquire uma relevância fundamental no momento de decidir que ajuda concreta pode ser mais ajustada em cada caso ou de analisar se uma intervenção específica foi ou não ajustada.

Percebe-se que as ações voltadas para a criação de ajudas ajustadas e a ZPD não estão apenas relacionadas ao comportamento dos envolvidos é necessária uma atenção voltada aos processos e critérios que nelas existem.

Onrubia (2009) descreve em seu estudo para a criação de ajudas ajustadas e ZPD oito processos e critérios que devem ser utilizados. Dentre eles iremos destacar apenas um que se assemelha a concretização do nosso objeto de aprendizagem. Este processo consiste no estabelecimento de um clima de relacionamento afetivo e emocional baseado na confiança, na segurança e na aceitação mútua em que caibam a curiosidade, a capacidade de surpresa e o interesse pelo conhecimento em si mesmo. Como consequência deste processo, a utilização da linguagem mais clara e explícita possível trata de evitar e controlar possíveis mal-entendidos ou incompreensões sobre o conteúdo. O autor complementa:

Diante de um grupo de alunos que se sentem pouco competentes para a aprendizagem escolar, que têm uma longa história de fracasso, que não mostram interesse por aquilo que a escola possa oferecer, buscar o vínculo afetivo e emocional que sirva de suporte aos aspectos mais estritamente cognoscitivos da aprendizagem pode transformar-se em uma tarefa prioritária para o professor e a para a classe (ONRUBIA, 2009, p. 137).

A transformação em ambiente educacional realiza-se quando o professor e aluno constroem os vínculos necessários para troca de conhecimentos e saberes. Grande parte das ações realizadas em sala de aula é voltada apenas para o cumprimento das atividades relacionadas ao conteúdo disciplinar, incorporadas por suas atividades curriculares, as normas que devem ser cumpridas e realizadas e o tempo não suficiente para outras ações e trocas dentro da sala. Assim, acreditamos que a troca de conhecimento e a relação emotiva e afetiva entre professor/aluno devem estar presentes em todo processo educativo.

5.3 O Ensino de História e suas tecnologias

As estratégias de ensino devem ser repensadas, periodicamente, independente do conteúdo ou disciplina a ser repassado em sala de aula. Atualmente as informações obtidas pelo mundo tecnológico são de fácil acesso e com uma velocidade que nem sempre os professores conseguem acompanhar e esta situação pode ser agravante na relação professor/aluno.

O ensino de História não pode pautar apenas na aprendizagem mediante a memorização das datas, ou com fatos e acontecimentos do passado sem conectar com aspectos do presente e do mundo (Secretaria de Educação, CBC História, 2007). É necessário o olhar mais cuidadoso por parte dos professores na elaboração do projeto pedagógico e na aplicação das atividades cotidianas, privilegiando o protagonismo de seus alunos e também respeitando as diferenças relacionadas ao tempo de aprendizagem de cada aluno.

A utilização de novas abordagens tecnológicas aproxima a cada dia as pessoas ao redor do mundo, desta forma é imprescindível que as estratégias educacionais também façam parte desta prática virtual e social, em outras palavras, que falem a mesma língua. Atualmente, por conta das possibilidades e recursos tecnológicos empregados, as atividades de ensino alcançam resultados significativos que ajudam a complementar as deficiências que ocorrem em âmbito

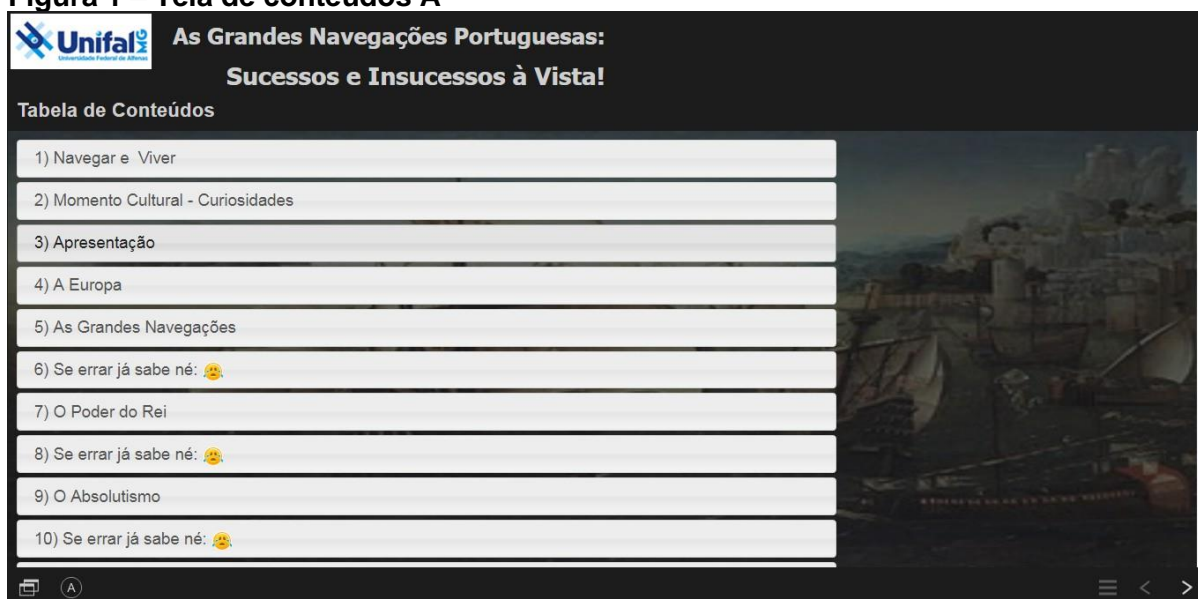
escolar. Assim, elaboramos nosso objeto de aprendizagem para ser incluído de forma democrática nas práticas escolares e que atendam às necessidades de ensino/aprendizagem sobre o tema a História dos Descobrimentos.

5.4 Sequências de atividade do objeto de aprendizagem

A ferramenta (*software*) digital utilizada para o desenvolvimento do objeto de aprendizagem será o *Xerte*. As atividades servirão de complemento e base para o aluno compreender o período da História dos Descobrimentos. Realizado estas atividades de leituras e reflexão iremos apresentar exercícios, através de jogos disponíveis no programa. Estes exercícios servirão para fixar e avaliar a compreensão do conteúdo e temática deste período da História.

Abaixo, as sequências do objeto de aprendizagem:

Figura 1 – Tela de conteúdos A



Fonte: Do autor

Figura 2 – Tela de conteúdos B

Unifal As Grandes Navegações Portuguesas:
Sucessos e Insucessos à Vista!

Tabela de Conteúdos

11) O Caminho ao Desconhecido
12) Para saber mais
13) E aí ! Vamos Desbravar o Atlântico?
14) As verdades e os mitos sobre o Mar
15) A força ou o monstro!!!!
16) As primeiras navegações
17) Para Complementar
18) Já se perguntou, o porque das Grandes Navegações?
19) As especiarias
20) Memorizando as Especiarias
21) A queda de Constantinopla

Fonte: Do autor

Figura 3 – Tela de conteúdos C

Unifal As Grandes Navegações Portuguesas:
Sucessos e Insucessos à Vista!

Tabela de Conteúdos

18) Já se perguntou, o porque das Grandes Navegações?
19) As especiarias
20) Memorizando as Especiarias
21) A queda de Constantinopla
22) Fixando a Queda
23) Doc aprendizado
24) Piratas e Corsários na Era dos Descobrimientos
25) Organizando as Informações
26) História Trágico Maritima
27) Referencias Bibliográficas

Fonte: Do autor

Figura 4 – “Navegar e viver”

Unifal Universidade Federal de Alfenas

As Grandes Navegações Portuguesas:
Sucessos e Insucessos à Vista!

Navegar e Viver

"Navigare necesse; vivere non est necesse" -
Pompeu, general romano, 106-48 AC
(Plutarco, em Vida de Pompeu)

Fonte: Do autor

Figura 5 - Curiosidades

Unifal Universidade Federal de Alfenas

As Grandes Navegações Portuguesas:
Sucessos e Insucessos à Vista!

Momento Cultural - Curiosidades

Você sabia?

Muito antes dos portugueses se aventurarem aos mares, os romanos na Antiguidade percorriam as vias marítimas conquistando e descobrindo o mundo.

No século I A.C., o general romano Pompeu, encorajava marinheiros receosos, inaugurando a frase “Navigare necesse, vivere non est necesse.”

No século XIV e o poeta italiano Petrarca transformava a expressão para “Navegar é preciso, viver não é preciso.”

“Quero para mim o espírito dessa frase”, escreveu depois Fernando Pessoa, confinando o seu sentido de vida à criação.

E cantando a coragem navegante, em jeito de fado brasileiro, Caetano Veloso escreveu Os Argonautas. “Navegar é preciso, viver ...” Com um fim inacabado, a música lança as interrogações.
(texto retirado [aqui](#))

Pense e reflita:
O que é navegar?
O que é viver?
Navegar é viver?

Fonte: Do autor

Figura 6 – Tela de apresentação

Unifal Universidade Federal de Minas Gerais

As Grandes Navegações Portuguesas: Sucessos e Insucessos à Vista!

Apresentação

Olá alunos e alunas, Tudo bem com vocês?
Vamos viajar pelos mares virtuais atrás de informações sobre as Grandes Navegações.
Este período também é conhecido por ser a História dos Descobrimentos !

REFLEXÃO

Você conhece algumas características deste período na história?
Já imaginou como os homens observavam o mundo neste período?
Se você fosse um cidadão daquele período como você imaginaria ser ?

Fonte: Do autor

Figura 7 – “A Europa”

Unifal Universidade Federal de Minas Gerais

As Grandes Navegações Portuguesas: Sucessos e Insucessos à Vista!

A Europa

Mapa Polii Mapa Polii

Mapa Político da Europa Seculo XV

Vejam como era a Europa neste período da história, estão se formando os primeiros reinos (estados modernos) que na atualidade o conhecemos por países.

Fonte: <http://tudosimehistoria.blogspot.com/2015/06/mapa-politico-da-europa-no-seculo-xvi.html>

Fonte: Do autor

Figura 8 – “As grandes Navegações” A



Unifal **As Grandes Navegações Portuguesas: Sucessos e Insucessos à Vista!**

As Grandes Navegações

Contexto Histórico

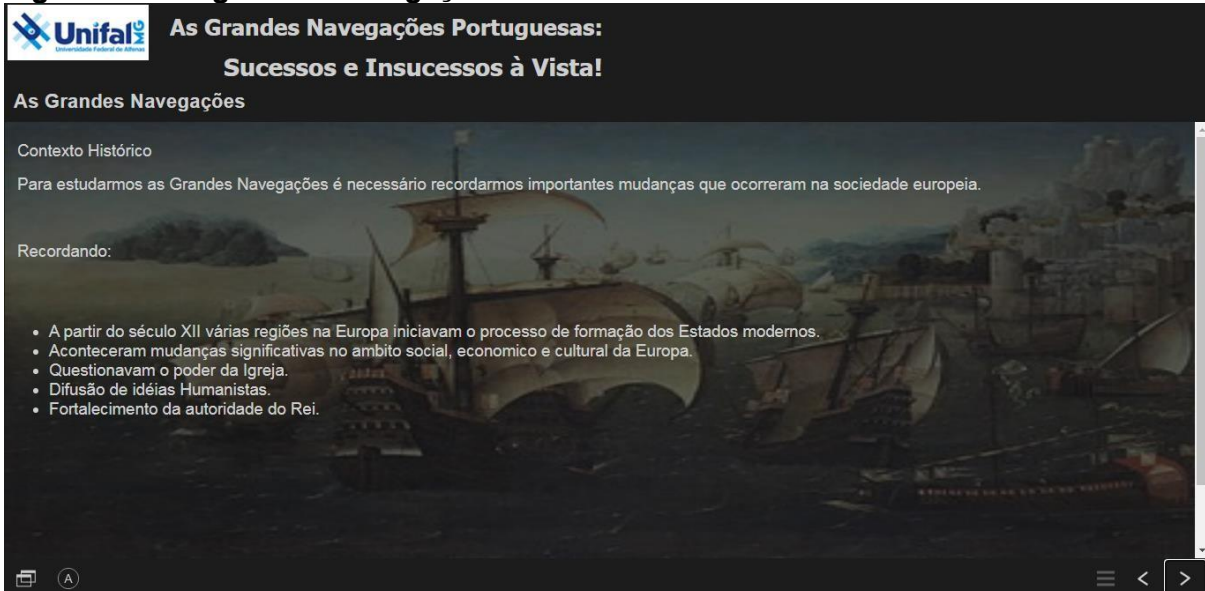
Para estudarmos as Grandes Navegações é necessário recordarmos importantes mudanças que ocorreram na sociedade europeia.

Recordando:

- A partir do século XII várias regiões na Europa iniciavam o processo de formação dos Estados modernos.
- Aconteceram mudanças significativas no âmbito social, económico e cultural da Europa.
- Questionavam o poder da Igreja.
- Difusão de idéias Humanistas.
- Fortalecimento da autoridade do Rei.

Fonte: Do autor

Figura 9 – “As grandes Navegações” B



Unifal **As Grandes Navegações Portuguesas: Sucessos e Insucessos à Vista!**

As Grandes Navegações

Contexto Histórico

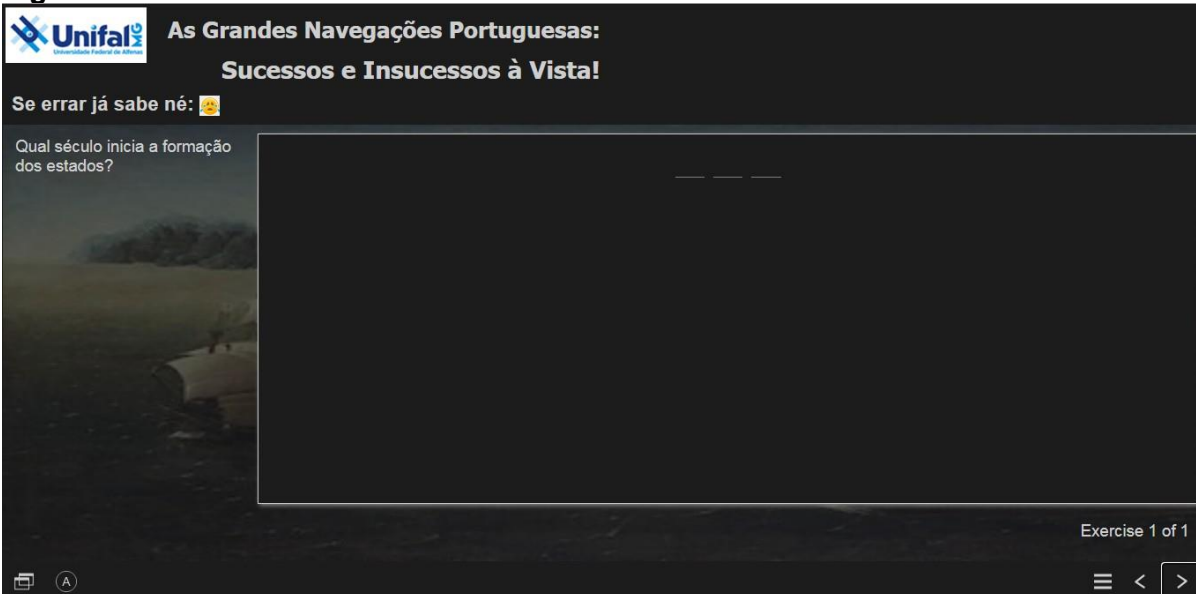
Para estudarmos as Grandes Navegações é necessário recordarmos importantes mudanças que ocorreram na sociedade europeia.

Recordando:

- A partir do século XII várias regiões na Europa iniciavam o processo de formação dos Estados modernos.
- Aconteceram mudanças significativas no âmbito social, económico e cultural da Europa.
- Questionavam o poder da Igreja.
- Difusão de idéias Humanistas.
- Fortalecimento da autoridade do Rei.

Fonte: Do autor

Figura 10 – Tela de exercício A



Unifal MG As Grandes Navegações Portuguesas:
Sucessos e Insucessos à Vista!

Se errar já sabe né: 😬

Qual século inicia a formação dos estados?

Exercise 1 of 1

Fonte: Do autor

Figura 11 – “O poder do Rei”



Unifal MG As Grandes Navegações Portuguesas:
Sucessos e Insucessos à Vista!

O Poder do Rei

Dentre as inúmeras mudanças que ocorreram entre os séculos XII ao XVI, vamos refletir um pouco na força da monarquia.

O Poder do Rei!

- A partir do século XV os monarcas (reis) europeus instituíram seu poder criando mecanismos, nem sempre pacificadores, para dominar as diversas e distantes áreas pertencentes ao seus domínios.
- Como estratégia de domínio criaram as moedas nacionais e os impostos.
- Instituíram a burocracia apoiados por funcionários administrativos que faziam valer as ordens do Rei!
- Para se proteger, os reis formaram fortes exércitos que ficavam sob seu domínio cumprindo as suas ordens seja elas quais forem.

Com todas estas investidas da Monarquia criou-se o Absolutismo.

Fonte da imagem : <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/monarquia.htm>

Fonte: Do autor

Figura 12 – Tela de exercício B

Unifal Universidade Federal de Alfenas

**As Grandes Navegações Portuguesas:
Sucessos e Insucessos à Vista!**

Se errar já sabe né: 😊

Quais estratégias os reis utilizaram para legitimar seu poder?

Exercise 1 of 2

Fonte: Do autor

Figura 13 – “O Absolutismo”

Unifal Universidade Federal de Alfenas

**As Grandes Navegações Portuguesas:
Sucessos e Insucessos à Vista!**

O Absolutismo

O Absolutismo significou a grande concentração do poder político nas mãos dos reis, numa época em que o comércio se expandia e a burguesia acumulava riqueza.

Outro fator importante para o fortalecimento dos reis neste período foi a Reforma Protestante, pois ela enfraqueceu o poder do Papa e a Igreja foi colocada sob a autoridade do Rei.

“O Estado sou Eu” (Luís XIV - Rei da França)

Fonte da Imagem: <https://www.todoestudo.com.br/historia/absolutismo>

Para saber mais:
Livro: Leviatã - Thomas Hobbes (1588 - 1679)
Filme: O Absolutismo - A Ascensão de Luis XIV (1966)

Fonte: Do autor

Figura 14 – Tela de exercício C

Unifal MG As Grandes Navegações Portuguesas:
Sucessos e Insucessos à Vista!

Se errar já sabe né: 😬

De quem era o poder no Absolutismo?

Exercise 1 of 1

Fonte: Do autor

Figura 15 – “O Caminho ao desconhecido”

Unifal MG As Grandes Navegações Portuguesas:
Sucessos e Insucessos à Vista!

O Caminho ao Desconhecido

A partir do século XII com o desenvolvimento do comércio, principalmente em relação ao marítimo, se desenvolveu em Portugal, a pesca, a agricultura e a produção artesanal.

No século XIV, após a Revolução de Avis (1383 - 1385), o comércio marítimo ganhou impulso com o reinado de D. João I. O rei tinha como planos expandir o território português com interesse em consolidar seu reinado e expandir o comércio, uma das estratégias foi se aproximar da burguesia mercantil.

Uma das conquistas mais importantes para o início das empreitadas marítimas foi a conquista de Ceuta em 1415. A cidade de Ceuta era um entreposto comercial, que recebia mercadorias da África, da Índia e da Persia, além de ser um local estratégico para controlar as rotas do Mediterrâneo.

Fonte da Imagem: <https://www.todamateria.com.br/conquista-de-ceuta/>

Fonte: Do autor

Figura 16 - Vídeo

Unifal **As Grandes Navegações Portuguesas: Sucessos e Insucessos à Vista!**

Para saber mais

O início da expansão portuguesa - A Conquista de Ceuta
 Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=pZdVP7ztge0>



00:00 11:14

Fonte: Do autor

Figura 17 – Desbravando o Atlântico A

Unifal **As Grandes Navegações Portuguesas: Sucessos e Insucessos à Vista!**

E aí ! Vamos Desbravar o Atlântico?

Mares antes nunca navegados

Hoje, se perguntarmos para você onde fica a China, Peru e África do Sul, em um instante você conseguiria identificar utilizando o mapa mundi, não é mesmo ? Mas você sabia que este conhecimento geográfico nem sempre existiu? Para encontrarmos estes determinados locais muitos e muitos estudiosos e viagens exploratórias ocorreram para hoje termos todos estes detalhes.

Até o século XIV, os europeus tinham um conhecimento geográfico muito reduzido; eles conheciam, basicamente, a Europa e as proximidades do Mediterrâneo, como o norte da África e algumas partes da Ásia. Conforme o mapa a seguir:



- Rotas comerciais terrestres
 - Rotas comerciais marítimas
 - Cerâmica
 - Vidro
 - Ouro
 - Cavalos
 - Marmoré

00:00 11:14

Fonte: Do autor

Figura 18 – Desbravando o Atlântico B

Unifal As Grandes Navegações Portuguesas:
Sucessos e Insucessos à Vista!

E aí ! Vamos Desbravar o Atlântico?

Até o século XIV, os europeus tinham um conhecimento geográfico muito reduzido: eles conheciam, basicamente, a Europa e as proximidades do Mediterrâneo, como o norte da África e algumas partes da Ásia. Conforme o mapa a seguir:

Fonte: <https://antoniocv.wordpress.com/2015/10/18/a-economia-na-epoca-imperial/>

Fonte: Do autor

Figura 19 – Conteúdo sobre o mar A

Unifal As Grandes Navegações Portuguesas:
Sucessos e Insucessos à Vista!

As verdades e os mitos sobre o Mar

Para os europeus, em terras distantes haviam seres monstruosos e assustadores. Essa crença mostram o quanto eles desconheciam certas regiões. Revela ainda um sentimento de superioridade em relação a tudo aquilo que era diferente da cultura europeia. Povos de outras culturas eram vistos e tratados como seres inferiores, incultos e sem religião.

Vejam alguns dos monstros do imaginário europeu da época:

Androginho: indivíduo que tem órgãos reprodutores dos dois sexos.

Fonte: Do autor


Figura 20 - Conteúdo sobre o mar B

 **As Grandes Navegações Portuguesas:
Sucessos e Insucessos à Vista!**


As verdades e os mitos sobre o Mar



Cincéfalo: monstro híbrido com corpo de homem e cabeça de cachorro.



Blêmio: espécie mitológica com corpo humano, mas sem cabeça.




Fonte: Do autor

Figura 21 – Conteúdo sobre o mar C

 **As Grandes Navegações Portuguesas:
Sucessos e Insucessos à Vista!**

As verdades e os mitos sobre o Mar

Blêmio: espécie mitológica com corpo humano, mas sem cabeça.



Monóculo: ser mitológico com um olho só.



Panato: monstro de orelhas enormes, que lhes servem de asas para voar e envolver o corpo, protegendo-o do frio.




Fonte: Do autor

Figura 22 – Conteúdo sobre o mar D

 **As Grandes Navegações Portuguesas:
Sucessos e Insucessos à Vista!**

As verdades e os mitos sobre o Mar



Panato: monstro de orelhas enormes, que lhes servem de asas para voar e envolver o corpo, protegendo-o do frio.




Ciápode: monstro de pés gigantescos para proteger do sol, deita-se e levanta as pernas, de modo que fique sob as sombras dos próprios pés.

Fonte: <https://www.beloit.edu/nuremberg/book/images/Miscellaneous/index.htm>


Fonte: Do autor

Figura 23 – Tela de exercício D

 **As Grandes Navegações Portuguesas:
Sucessos e Insucessos à Vista!**

A força ou o monstro!!!!!!

Descubra o nome dos monstros marinhos ou eles farão de voce a próxima refeição! 🍴



Exercise 1 of 6

Fonte: Do autor

Figura 24 – “As primeira navegações” A

Unifal Universidade Federal de Alfenas

As Grandes Navegações Portuguesas: Sucessos e Insucessos à Vista!

As primeiras navegações

Durante os fins do século XV, mais precisamente entre os anos de 1485 ao ano de 1500, os portugueses e espanhóis empreenderam suas primeiras viagens e vamos considerá-las, apesar das dificuldades, como as grandes viagens de sucesso pelos mares antes nunca navegados.

Vamos listar agora algumas das viagens mais importantes realizada pelo expansionismo marítimo ibérico (Espanha e Portugal):

- 1487 - 1488 - Viagem de Bartolomeu Dias
- 1497 - 1498 - Viagem de Vasco da Gama
- 1500 - Viagem de Pedro Álvares Cabral
- 1492 - 1493 - Viagem de Cristóvão Colombo
- 1519 - 1521 - Viagem de Fernão Magalhães
- 1499 - 1502 - Viagem de Américo Vespúcio
- 1522 - Primeira viagem de Circunavegação (Sebastião Elcano)

Veja o mapa abaixo:



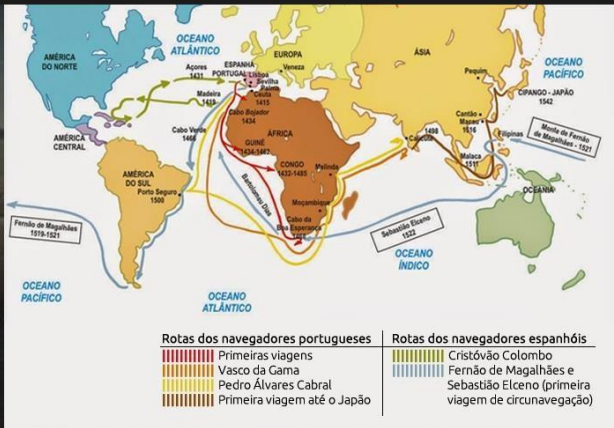
Fonte: Do autor

Figura 25 - “As primeira navegações” B

Unifal Universidade Federal de Alfenas

As Grandes Navegações Portuguesas: Sucessos e Insucessos à Vista!


As primeiras navegações



Rotas dos navegadores portugueses		Rotas dos navegadores espanhóis	
Primeiras viagens	1487-1488	Cristóvão Colombo	1492-1493
Vasco da Gama	1497-1498	Fernão de Magalhães e Sebastião Elcano (primeira viagem de circunavegação)	1519-1522
Pedro Álvares Cabral	1500		
Primeira viagem até o Japão	1542		

Fonte: Do autor


Figura 26 - Complementando



The screenshot shows a YouTube video player interface. At the top left is the Unifal logo. The video title is "As Grandes Navegações Portuguesas: Sucessos e Insucessos à Vista!". Below the title, it says "Para Complementar" and "1492 - A Conquista da América". A source link is provided: "Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=QsvF73mZgG". The video content shows a fleet of large wooden sailing ships on the ocean. A small video player window is overlaid on the right side, showing a play button and a progress bar at 00:00. The bottom of the player has standard YouTube navigation icons.

Fonte: Do autor

Figura 27 – Tela de exercício E



The screenshot shows a YouTube video player interface. At the top left is the Unifal logo. The video title is "As Grandes Navegações Portuguesas: Sucessos e Insucessos à Vista!". Below the title, it says "Já se perguntou, o porque das Grandes Navegações?". The main content area contains the following text: "Dentre as inúmeras possibilidades que os historiadores apontam vamos aos principais motivos: As especiarias, A queda de Constantinopla, as novas rotas de comércio, a exploração de metais preciosos e a ambição da exploração de terras desconhecidas. Vamos Aprender?". The background of the video content is the same fleet of sailing ships as in Figure 26. The bottom of the player has standard YouTube navigation icons.

Fonte: Do autor

Figura 28 – “As especiarias”

Unifal **As Grandes Navegações Portuguesas:**
Sucessos e Insucessos à Vista!

As especiarias

As especiarias eram vegetais tropicais inexistentes na Europa, como pimenta, cravo, gengibre, noz-moscada, cominho, açafrão, canela, ruibarbo, sândalo e aloés. Eram utilizados de muitos modos pelos europeus: na farmacopeia, serviam para a composição de remédios; na culinária, eram usadas no tempero dos alimentos, tornando-os mais saborosos e digestivos e ajudando na sua conservação, principalmente nas das carnes, que se estragavam com facilidade; na fabricação de corantes, algumas especiarias (aloés e açafrão) eram usadas na composição de tintas e no tingimento de tecidos. Eram usadas também na preparação de perfumes ou de cosméticos.

Texto adaptado de: Janaína Amado e Luiz C. Figueiredo. *A formação do Império Português*. São Paulo., Atual 1999. p. 12

Veja abaixo algumas imagens das especiarias, Você conhece alguma?



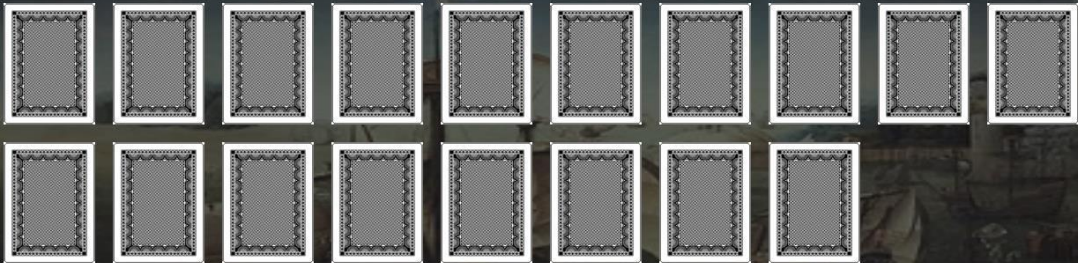
Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Especiaria>

Fonte: Do autor

Figura 29 – Exercício de memorização

Unifal **As Grandes Navegações Portuguesas:**
Sucessos e Insucessos à Vista!

Memorizando as Especiarias



Fonte: Do autor

Figura 30 – “A queda de Constantinopla” A

Unifal Universidade Federal de Minas Gerais

**As Grandes Navegações Portuguesas:
Sucessos e Insucessos à Vista!**

A queda de Constantinopla

Por muito tempo, um grande número de historiadores considerou decisiva para a expansão marítima a tomada de Constantinopla pelos turcos, em 1453. Com a queda da cidade, acreditava-se que o comércio das especiarias entre o Ocidente e o Oriente teria sido interrompido na região do Mediterrâneo.

Entretanto, é importante ressaltar que esse acontecimento, embora tenha dificultado o comércio das especiarias, não o impediu. Ele passou a ser monopolizado ainda mais pelas cidades da península itálica. Além disso, quando os turcos tomaram Constantinopla, os portugueses já haviam dado início às suas viagens marítimas e à expansão da costa africana.

Fonte: Divalte Garcia Ferreira. *História*: volume único. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2005. p. 107

**As rotas comerciais do mediterrâneo
(Séc. XI -XV)**

Fonte: Do autor

Figura 31 – “A queda de Constantinopla” B

Unifal Universidade Federal de Minas Gerais

**As Grandes Navegações Portuguesas:
Sucessos e Insucessos à Vista!**

A queda de Constantinopla

**As rotas comerciais do mediterrâneo
(Séc. XI -XV)**

Fonte: Do autor

Figura 32 – Tela de Exercício F

Unifal As Grandes Navegações Portuguesas:
Sucessos e Insucessos à Vista!

Fixando a Queda

Para fixar o conteúdo encontre as palavras

M C F D E S D L W K M A E
O O A C I L Á T I A E N S U
R N L R M G V P H A D A R U
I S U E P O R U E S I C T C
E T S T A I Y H H R T I K O
N A N M U M W I A J E R J O
T N I I L R N I O D R F S G
E T N E D I C O U E R A A I
R I E O N E C O G S Â U C
Y N P O P G F I S R N A H R
O O W S S P A P J U E T W E

constantinopla
ocidente
oriente
turcos
europeus
península
itálica
especiarias
mediterrâneo
costa africana
iberica

Fonte: Do autor

Figura 33 – Complementação com vídeo A

Unifal As Grandes Navegações Portuguesas:
Sucessos e Insucessos à Vista!

Doc aprendido

Atividade

Em movimento

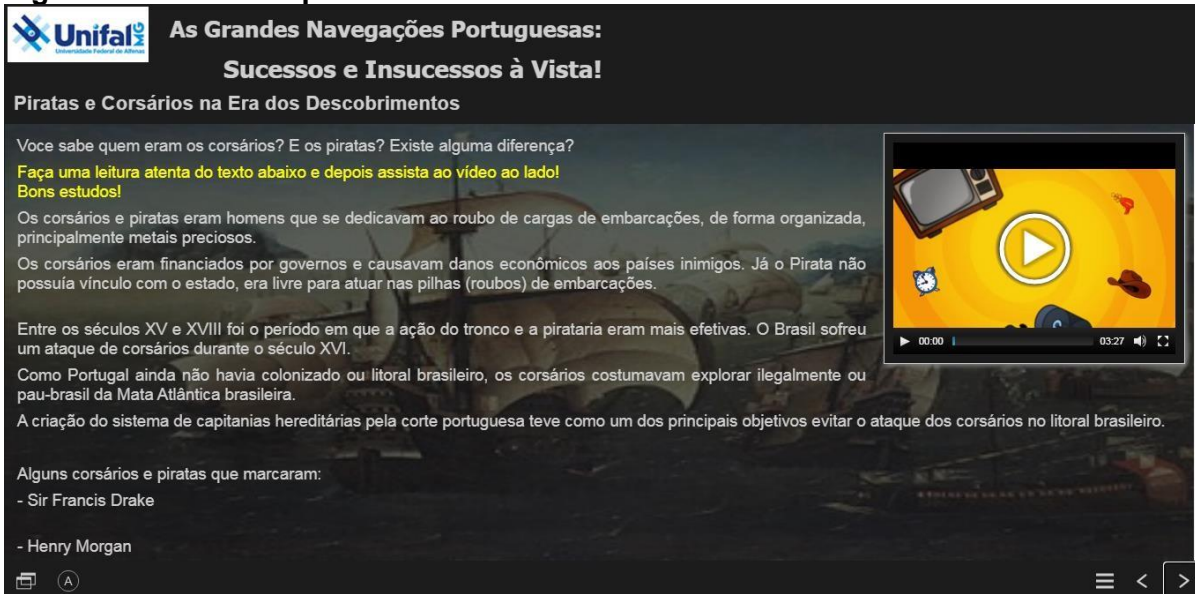
Sinopse

Caravelas e Naus um Choque Tecnológico no século XVI - 47:40"
Panavídeos Produções.

documentário que desvenda um mistério com 500 anos, dando a conhecer a razão pela qual as caravelas criadas pelos Portugueses são hoje comparadas a modernos space shuttle. O impacto desta inovação transformou Portugal na principal potência marítima e econômica do século XVI. Mas quando se lê um livro de História espanhol, inglês, francês ou holandês, as referências ao papel desempenhado pelos portugueses na época dos descobrimentos são insignificantes. Por essa razão quisemos saber a opinião dos melhores historiadores mundiais e os resultados foram surpreendentes. "Caravelas e Naus – Um Choque Tecnológico nos séculos XV e XVI" ficou em 1º lugar entre 62 documentários num concurso do Discovery Channel,

Fonte: Do autor

Figura 34 – Sobre os piratas A



Unifal
Universidade Federal de Minas Gerais

As Grandes Navegações Portuguesas: Sucessos e Insucessos à Vista!

Piratas e Corsários na Era dos Descobrimentos

Voce sabe quem eram os corsários? E os piratas? Existe alguma diferença?
Faça uma leitura atenta do texto abaixo e depois assista ao vídeo ao lado!
Bons estudos!

Os corsários e piratas eram homens que se dedicavam ao roubo de cargas de embarcações, de forma organizada, principalmente metais preciosos.

Os corsários eram financiados por governos e causavam danos econômicos aos países inimigos. Já o Pirata não possuía vínculo com o estado, era livre para atuar nas pilhas (roubos) de embarcações.

Entre os séculos XV e XVIII foi o período em que a ação do tronco e a pirataria eram mais efetivas. O Brasil sofreu um ataque de corsários durante o século XVI.

Como Portugal ainda não havia colonizado o litoral brasileiro, os corsários costumavam explorar ilegalmente ou pau-brasil da Mata Atlântica brasileira.

A criação do sistema de capitânias hereditárias pela corte portuguesa teve como um dos principais objetivos evitar o ataque dos corsários no litoral brasileiro.

Alguns corsários e piratas que marcaram:

- Sir Francis Drake
- Henry Morgan

00:00 | 03:27

Fonte: Do autor

Figura 35 – Sobre os piratas B



Unifal
Universidade Federal de Minas Gerais

As Grandes Navegações Portuguesas: Sucessos e Insucessos à Vista!

Piratas e Corsários na Era dos Descobrimentos

- Sir Francis Drake
- Henry Morgan
- Martin Tromp
- James Lancaster
- René Duguay-Trouin
- Anne Bonny (corsária irlandesa)
- John Rackham
- Mary Read (corsária inglesa)

Fonte: <https://www.brasilsaude.com.br/2014/01/corsarios.html>

Fonte: Do autor

Figura 36 – “Organizando as informações”

Unifal Universidade Federal de Minas Gerais

**As Grandes Navegações Portuguesas:
Sucessos e Insucessos à Vista!**

Organizando as Informações

Selecione as sentenças corretas para as frases de acordo com o texto e o vídeo da página anterior.

armavam poderosos navios com experientes navegadores para saquear as armadas portuguesas e espanholas

Os corsários e piratas eram homens que se dedicavam ao

Os corsários eram financiados

Os reis da França, Inglaterra e Holanda

As frotas bateladas os corsários e piratas

Fonte: Do autor

Figura 37 – Complementação com vídeo B

Unifal Universidade Federal de Minas Gerais

**As Grandes Navegações Portuguesas:
Sucessos e Insucessos à Vista!**

História Trágico Marítima

Conheça um pouco mais!

A História Trágico-Marítima é uma "coleta de notícias e notícias de notícias, e sucessos infelizes, ocorrências aos navegadores portugueses", reunidas por Bernardo Gomes de Brito e publicadas em dois tomos em 1735 e 1736, durante o reinado de D. João V, vigésimo quarto rei de Portugal, quem ou o autor oferece uma obra no frontispício.

Uma obra foi impressa em Lisboa, na Oficina da Congregação do Oratório. Os dois abrem com uma dedicatória ao rei D. João V, impressos em grandes caracteres itálicos, adornados com o escudo de armas reais.

Imagem da Obra

HISTORIA TRÁGICO-MARÍTIMA
Em que se dá conta dos descobrimentos e Naufrágios que ocorreram ao Reino de Portugal, desde que se fez em navegação a descoberta da Índia.
TOMO SEGUNDO
OFFERECIDO
A' Augusta Magestade do nosso Alte. e mais
Poderoso Rey
D. JOÃO V.
Nofto Senhor.

Proposta Cultural

Vamos Fazer Arte

Cautivo del Mar

Enter Title

Fonte: Do autor

Figura 38 - Tela de referências A

Unifal **As Grandes Navegações Portuguesas:
Sucessos e Insucessos à Vista!**

Referências Bibliográficas

ALVES, Alexandre. **Conexões com a História**. 1ª ed. - São Paulo: Moderna, 2010.

APOLINÁRIO, Maria Raquel. **PROJETO ARARIBÁ: história**. 4.ed. São Paulo: Moderna. 2014.

AZEVEDO, Gislaíne. **Projeto Teláris: Ensino fundamental 2 - 2º ed.** - São Paulo: Ática, 2015.

BRITO, Bernardo Gomes de, 1736. **História Trágico-Marítima** - Barcelos : Companhia Editora do Minho, 1942. - 3 v. ; 20 cm. - (Nova edição / publ. sob a direcção de Damião Peres) obra disponível em: <http://purl.pt/191> Acesso em 10/01/2019.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. **História: volume único**. 1º ed. -São Paulo - Ática, 2005.

LANCIANI, Giulia. **Os Relatos de Naufrágios na Literatura Portuguesa dos Séculos XVI e XVII**. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa da Secretaria de Estado da Cultura, 1979.

Fonte: Do autor

Figura 39 - Tela de referências B

Unifal **As Grandes Navegações Portuguesas:
Sucessos e Insucessos à Vista!**

Referências Bibliográficas

FIGUEIRA, Divalte Garcia. **História: volume único**. 1º ed. -São Paulo - Ática, 2005.

LANCIANI, Giulia. **Os Relatos de Naufrágios na Literatura Portuguesa dos Séculos XVI e XVII**. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa da Secretaria de Estado da Cultura, 1979.

MADEIRA, Angélica. **Livro dos naufrágios: ensaio sobre a história trágico-marítima**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

PROJETO LUME: história, 7º ano. São Paulo: Oxford University Press, 2013.

SEIXO, Maria Alzira; CARVALHO, Alberto. **A História Trágico-Marítima: Análises e perspectivas**. 1º ed. Lisboa: Edições Cosmos. 1996

Fonte: Do autor

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No pensamento de Aristóteles, mais precisamente no enunciado da *Poética*, sobre os dois tipos de narrativas, sejam elas históricas ou literárias, o filósofo estabelece que o historiador deve refletir sobre tudo o que de fato aconteceu, entendido como a verdade e, por outro lado, o literato, sobre tudo o que pode ter acontecido, entendido como a verossimilhança. Sendo assim, podemos definir que o nosso trabalho está por hora ligado à História, pois de fato o relato da Nau Santo Antônio (1601) aconteceu, como também há indícios da verossimilhança, pois o relato sendo um discurso sobre algo que ocorreu já pressupõe aspectos ficcionais em sua natureza. É necessário ir além desta discussão sobre a que ciência os relatos de insucesso pertencem.

A partir do momento em que compreendemos que as narrativas se constroem pelo discurso e pela fala de quem a produz, sendo uma verdade documentada, ao mesmo tempo, a ficção se enraíza nas ações e acontecimentos em que se desenvolvem a trama do relato; aqui, em nosso caso estudado, o relato de insucesso. Neste ínterim, chegamos ao resultado de que muito além de identificar nestes documentos suas verdades imutáveis é necessário compreender os motivos de quem os escreve. Segundo Pesavento (2014, p. 80), “a relação entre História e Literatura se resolve no plano epistemológico, mediante aproximações e distanciamentos, entendendo-as como diferentes formas de dizer o mundo, que guardam distintas aproximações com o real.”

Estamos retratando um período na história em que se desmistifica o conceito imaginário medieval relacionado às navegações, estabelecendo novos parâmetros sobre a questão da empresa marítima. Como princípio do pensamento humano, o foco neste momento não são mais as questões medievais, os monstros que habitavam os mares ou a crença de que o mar se acabava em um precipício, estamos retratando o momento em que o foco e os verdadeiros conceitos do imaginário são na verdade humanos, por exemplo, a imprudência e o desrespeito a vida dos mareantes, a ambição e o contato com outro, o colonizador e o colonizado. Desta maneira, o homem se transforma em seu próprio vilão, seus defeitos que deverão ser combatidos, administrados, para que o sucesso da empreitada se realize. Mas para que o sucesso aconteça é necessária a experiência, a vivência, e os relatos de insucesso são as

manifestações vivas destas mudanças que foram difundidas no imaginário português do século XVI.

Este conteúdo abordado em nossa pesquisa vem se concretizar no objeto de aprendizagem educacional e profissional, a partir de uma sequência didática e interdisciplinar com o intuito de complementar o estudo e ao mesmo tempo atender as demandas da Base Nacional Comum Curricular, no ensino de História na Educação Básica. O planejamento deste objeto de aprendizagem teve como referências as teorias da educação, pautada na concepção do construtivismo, dando ênfase a democratização do ensino, ao papel relevante do docente reflexivo e a autonomia dos estudantes frente as várias possibilidades e desmembramentos da atividade proposta.

Pensar em abordagens na educação é desbravar um mar cheio de percalços e possibilidades, nós docentes devemos ter em mente que é necessário para a educação motivarmos nossos alunos, seja de forma intrínseca ou extrínseca, dando a eles as bases para uma construção do saber com eficácia e qualidade.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução de: SOUZA, Eudoro de. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

BAL, Mike. **Teoría de la Narrativa (Una Introducción a la Narratología)**. 3.ed. Madrid: Catedra, 1990.

BORGES, Valdeci Rezende. **História e Literatura: Algumas Considerações**. Goiás: *Revista de Teoria da História*, ano 1, nº3, pp. 94-109. 2010.

BRITO, Bernardo Gomes de. **Naufregio que passou Jorge de Albuquerque Coelho vindo do Brazil para este Reyno no anno de 1565**. Lisboa Occidental, Portugal: Na officina da Congregacao do Oratorio. 1736. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008864&bbm/4052#page/10/mode/2up>. Acesso em 22 set. 2019.

CARVALHO, Ramires S. T. & DAVID, Alessandra. **Saberes docentes e o professor reflexivo: reflexões na prática escolar**. *Revista Debates em Educação*. Vol. 17, pp. 156-167, n. 13, jan-jun. 2015.

CASTRO, António de, 15---1603. **Naufregio, que passou Jorge Dalbuquerque Coelho, capitão, & governador de Paranamucuo**. Lisboa. Disponível em: <http://purl.pt/22627/3/#/1>. Acesso em 22 set. 2019.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. 2.ed.Trad.: Mary del piore - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998

_____. **Os desafios da escrita**. Trad.: Fulvia M. L. Moretto – São Paulo: Editora: UNESP, 2002.

_____. **A história ou a leitura do tempo**; trad. de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS DA BIBLIOTECA NACIONAL – 1677/1678. Patentes: 1534-1551. **Foraes, Doações, Regimentos e Mandados. Vol. XIII da série e XI dos Documentos**. Rio de Janeiro : Augusto Porto, 1929. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/094536/per094536_1929_00013.pdf. Acesso em 19 mar. 2020.

DOMINGUES, Juan. **As narrativas portuguesas sobre naufrágios e o texto do jornalismo literário**. *Revista Famecos, mídia, cultura e tecnologia*. Porto Alegre, v. 23, n. supl., outubro, 2016.

ESTEVES, Antonio Roberto. Narrativas de Extração Histórica: sob o signo do hibridismo. ESTEVES, Antônio Roberto. In: **O romance histórico brasileiro contemporâneo (1975-2000)**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010., cap. 1, p. 17-73.

FRANÇA Jean Marcel Carvalho, HUE Sheila. **Piratas no Brasil: As incríveis histórias dos ladrões dos mares que pilharam nosso litoral**. 1.ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2014.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

KANT, Immanuel. **Sobre a Pedagogia**. Trad. Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Editora: UNIMEP. 1996.

LANCIANI, Giulia. **Os Relatos de Naufrágios na Literatura Portuguesa dos Séculos XVI e XVII**. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa da Secretaria de Estado da Cultura, 1979.

LERY, Jean de. **Viagem à Terra do Brasil**. Trad: Sergio Milliet. Editora Biblioteca do Exército. 1961.

LIRA, Mirtes R. de & SARMENTO, Elisângela C. D. **Professor reflexivo: um contributo à epistemologia da prática e à formação de professores**. *Revista Contrapontos*, vol. 16 – n. 3, set-dez. 2016. P. 439-453.

LIBÂNEO, José Carlos. **O processo de ensino na escola**. In: _____ . *Didática*. São Paulo: Cortez, 2008. P. 77-100.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 5° Ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MADEIRA, Angélica. **Livro dos naufrágios: ensaio sobre a história trágico-marítima**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

ONRUBIA, Javier. Ensinar: criar zonas de desenvolvimento proximal e nelas intervir. In: COLL, César. **O construtivismo na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2009, pp. 123-150.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

PINTO, Milton José; BARTHES, Roland. **Introdução à Análise Estrutural da Narrativa**. In: PINTO, Milton José. *Análise Estrutural da Narrativa - Pesquisas Semiológicas*. Petrópolis-RJ. 2° v. 1972.

_____ ; GÉRARD, Genette. **Fronteiras da Narrativa**. In: PINTO, Milton José. *Análise Estrutural da Narrativa - Pesquisas Semiológicas*. Petrópolis-RJ. 2° v. 1972.

_____ ; TZVETAN, Todorov. **As categorias da narrativa Literaria**. In: PINTO, Milton José. *Análise Estrutural da Narrativa - Pesquisas Semiológicas*. Petrópolis-RJ. 2° v. 1972.

PRADO, J.F. de Almeida. **Pernambuco e as capitanias do Norte do Brasil (1530 -1630)**. 1° Tomo. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1939.

PRATA, Maria Regina dos Santos. **A produção da subjetividade e as relações de poder na escola: uma reflexão sobre a sociedade disciplinar na configuração da atualidade.** *Revista Brasileira de Educação* Jan/Fev Mar/Abr 2005, n° 28. p. 108-115, Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782005000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 08 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782005000100009>

RICOUER, Paul. **Memória, História e Esquecimento.** Conferência Internacional intitulada “Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism”. Budapeste. 2003. Disponível em: https://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia_. Acesso em 25 abr. 2020.

SEIXO, Maria Alzira; CARVALHO, Alberto. **O abismo sob o mar que se ergue. (A partir do Relato da nau *Santiago*, com recurso aos relatos das naus *São Francisco e Conceição*).** In: SEIXO, Maria Alzira; CARVALHO, Alberto. *A História Trágico-Marítima: Análises e perspectivas.* 1° ed. Lisboa: Edições Cosmos. 1996.

_____; CARVALHO, Alberto. Acerca dos relatos de Naufrágio: significações narrativas e semânticas. In: SEIXO, Maria Alzira; CARVALHO, Alberto. **A História Trágico-Marítima: Análises e perspectivas.** 1° ed. Lisboa: Edições Cosmos. 1996.

_____; IDEIAS, José Antonio Costa. **A “Relação da viagem e naufrágio da nau *São Paulo*” de Henrique Dias. Consagração martirologica e libelo acusatório.** In: SEIXO, Maria Alzira; CARVALHO, Alberto. *A História Trágico-Marítima: Análises e perspectivas.* 1° ed. Lisboa: Edições Cosmos. 1996.

_____; MATOS, Helena Maria de. **Para o estudo da Relação de Naufrágio da Nau *Conceição* nos baixos de Pero dos Banhos no ano de 1555.** In: SEIXO, Maria Alzira; CARVALHO, Alberto. *A História Trágico-Marítima: Análises e perspectivas.* 1° ed. Lisboa: Edições Cosmos. 1996.

_____; VITORINO, Clara Vitorino. **A palavra de Jorge de Albuquerque.** In: SEIXO, Maria Alzira; CARVALHO, Alberto. *A História Trágico-Marítima: Análises e perspectivas.* 1° ed. Lisboa: Edições Cosmos. 1996

_____; ZURBACH, Cristiane. **História e ficção nos relatos de naufrágios. O caso da Relação da muy notável perda do Galeão Grande São João.** In: SEIXO, Maria Alzira; CARVALHO, Alberto. *A História Trágico-Marítima: Análises e perspectivas.* 1° ed. Lisboa: Edições Cosmos. 1996.

SOLÉ, Isabel. **Disponibilidade para a aprendizagem e sentido da aprendizagem.** In: COLL, César (el al). *O construtivismo na sala de aula.* São Paulo: Ática, 2009, pp. 79-121.

TEIXEIRA, Bento. **Naufregio, que passou Jorge Dalbuquerque Coelho, capitão, & governador de Paranambuco** - Em Lisboa: por Antonio Alvarez. 1601. Disponível em: <http://purl.pt/22627/3/#/1>. Acesso em 28 abr. 2020.

SALVADOR, Frei Vicente do. **A História do Brasil**. 1º ed. Bahia. 1627. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_acion=&co_obra=2148. Acesso em 18 mar. 2020.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Edição por Varnhagen, Madri. 1851. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/lendas/h0300a2.pdf>. Acesso em 29 mar. 2020.

TORRES, Ana Cristina. **A marca tipográfica e outros símbolos de nome Antonio Alvarez**. Cultura (on line), vol. 33, 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cultura/2390>. Acesso em 05 abr. 2020.

TZVETAN, Todorov. **Los Generos del Discurso**. 1º ed. Caracas: Monte Ávila. 1996.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brazil [...] (Volume 1, 2. ed.). 2º ed.** Rio de Janeiro: Em casa de E. e H. Laemmert. 1877. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4825>. Acesso em 09 mar. 2020.

ZABALA, Antoni. **A função social do ensino e a concepção sobre os processos de aprendizagem: instrumentos de análise**. In: _____; *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 1998, pp. 27-51.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: unidades de análise**. In: _____; *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 1998, pp. 09-26.

ZURBACH, Christine. **O Naufrágio enquanto drama nos relatos da história trágico-marítima. Tentativa de descrição**. Cidehus Digital. Vols. 11 e 12. Universidade de Évora, 1996.